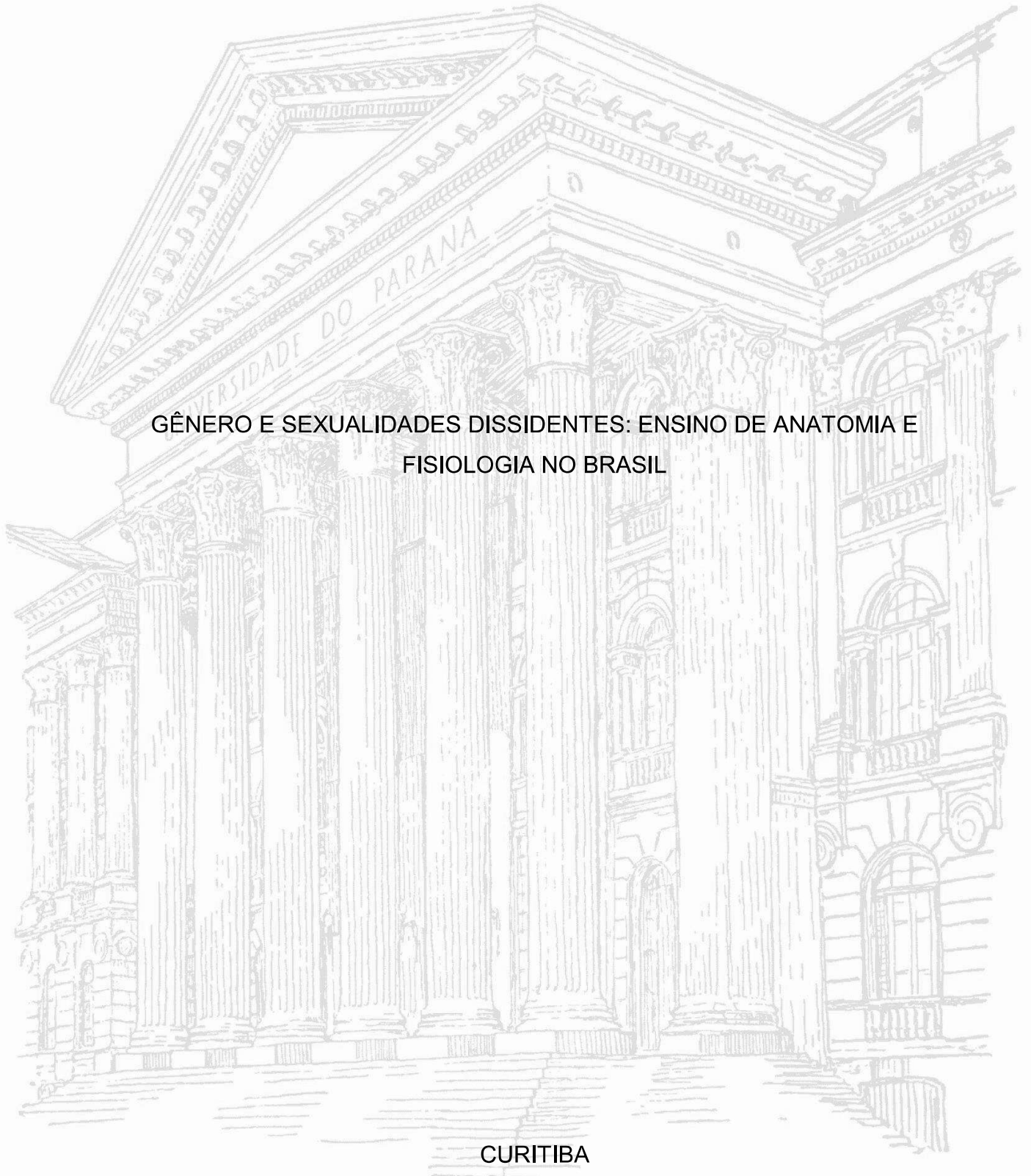


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL SANTINELLI FELIPE GODOY

GÊNERO E SEXUALIDADES DISSIDENTES: ENSINO DE ANATOMIA E
FISIOLOGIA NO BRASIL



CURITIBA

2021

GABRIEL SANTINELLI FELIPE GODOY

GÊNERO E SEXUALIDADES DISSIDENTES: ENSINO DE ANATOMIA E
FISIOLOGIA NO BRASIL

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel, Curso de Ciências
Biológicas, Setor de Ciências Biológicas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Máira Mello Rezende Valle
Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Araci Asinelli-Luz

CURITIBA

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

GABRIEL SANTINELLI FELIPE GODOY

GÊNERO E SEXUALIDADES DISSIDENTES: ENSINO DE ANATOMIA E FISIOLOGIA NO BRASIL

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel, Curso de Ciências Biológicas, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná. Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Profª Drª Maíra Mello Rezende Valle
Orientadora - Departamento de Fisiologia - UFPR

Prof Dr Sérgio Rogério Azevedo Junqueira
Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação - UFPR

Profª Drª Michelle Bocchi Gonçalves
Departamento de Teoria e Prática de Ensino - Setor de Educação/UFPR

Curitiba, 17 de dezembro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, por acolherem minha subjetividade, desejos e escolhas, mesmo que muitas vezes não as compreendam.

À Giovanna Freire, por me apoiar e ajudar a encontrar novas possibilidades de criar, escrever, sonhar, e acreditar que no final tudo se ajeita.

À Amanda Sartor, por me ouvir e incentivar a ir cada vez mais além, sempre respeitando os momentos de respiro.

À Luddy Moraes, por sempre se colocar à disposição, me auxiliar durante a revisão sistemática e tirar minhas dúvidas sobre os métodos de análise.

À Pollyana de Brito, por sempre estar de prontidão para acalmar as minhas angústias e me fazer sorrir.

À Amanda Dal Santo e Ana Beatriz, por me acolherem e me auxiliarem a encontrar o caminho que mais me contemplasse.

À Araci Asinelli da Luz e Maíra Valle, por me direcionarem durante todo o processo de elaboração deste trabalho.

Aos grupos de amizade, de dentro e fora da universidade, por todo o amor, carinho e felicidade que me proporcionam.

A todos e todas que me enchem de afeto, se fazem presentes e compartilham a vida ao meu lado.

Agradeço também aos/às participantes da nossa pesquisa, que contribuíram preenchendo o questionário e encaminhando para outros/as docentes.

“Fique tranquila está tudo dentro do imprevisto

Plantar o que acolhe

Acolher o que plantou

Será que esse nós me inclui?

Se não nós quem

Vestir as nossas fantasias

Pelos testículos da mãe terra”

Mel Bevacqua

RESUMO

A violência contra a comunidade LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero) se dá de inúmeras formas, desde pequenos comentários até atos de humilhação física e/ou psicológica. Para que a lógica cisheteronormativa opressora mude, é necessário desconstruir os mecanismos institucionais que legitimam o preconceito e cristalizam as desigualdades. Destacamos, portanto, a importância do corpo docente para o acolhimento e inclusão de pessoas dissidentes da cisheteronorma nos espaços educacionais. Os/as professores/as das disciplinas de Anatomia e/ou Fisiologia, ao se utilizarem do determinismo biológico em suas práticas educacionais, podem acabar repercutindo estereótipos binários e sexistas sob a chancela de estudos científicos, contribuindo, assim, para a perpetuação das violências sexuais e de gênero. O objetivo deste trabalho foi compreender qual a concepção de professores/as de Anatomia e/ou Fisiologia de Instituições de Ensino Superior do Brasil sobre os conceitos de sexo, gênero, sexualidade, orientação sexual e preconceitos, e se os abordam em suas aulas. Para isso, utilizamos um questionário *online*, disponibilizado via *e-mail*. Tomamos como fundamentação teórica: estudos pós-estruturalistas; produções científicas sobre gênero e sexualidade no ensino superior brasileiro; e concepções da Anatomia e da Fisiologia sobre o sexo. A pesquisa tem enfoque no modelo misto, havendo a integração de perspectivas quantitativas e qualitativas, e avalia estatisticamente os dados obtidos com os questionários sob diferentes recortes analíticos, tais como: gênero, orientação sexual, idade e região do Brasil. As análises do recorte de orientação sexual revelaram diferenças significativas entre os grupos em relação ao interesse pelo tema “questões de gênero e sexualidade”, sendo os/as professores/as dissidentes da cisheteronormatividade mais favoráveis à sua abordagem no ambiente universitário. Já o recorte de idade demonstrou que existe uma concordância maior entre as diferentes gerações em relação às questões voltadas para o sexismo e para o machismo, do que para questões que envolvem a diversidade sexual e de gênero. Observamos, ainda, contradições entre as declarações e atitudes desses grupos, que podem ser explicadas pelo viés de desejabilidade social, ou ainda pelo efeito Dunning-Kruger. Por fim, consideramos premente o desenvolvimento de novos estudos com docentes do ensino superior brasileiro, incluindo também as dimensões do currículo, da gestão e do espaço universitário, para uma formação mais inclusiva para todos os gêneros e sexualidades dissidentes da cisheteronorma.

Palavras-chave: Sexualidade. Gênero. LGBTI+fobia. Ensino superior. Docência.

ABSTRACT

Violence against the LGBTI+ (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites, Transsexuals, Intersex and other sexual orientations, gender identities and expressions) community occurs in countless ways, ranging from small comments to acts of physical and/or psychological humiliation. In order for the cisheteronormative logic to change, it is necessary to deconstruct the institutional mechanisms that legitimize prejudice and crystallize inequalities. We highlight, therefore, the importance of faculty members in the reception and inclusion of people who dissent from the cisheteronorm in educational spaces. Professors of the disciplines of Anatomy and/or Physiology, by using biological determinism in their educational practices, may end up passing on binary and sexist stereotypes under the validation of scientific studies. The objective of this study was to comprehend what is the conception that Anatomy and/or Physiology professors of Higher Education Institutions of Brazil have about the concepts of sex, gender, sexuality, sexual orientation and prejudices, and whether they include these topics in their classes. For that, we used an online questionnaire, send through e-mail. The theoretical foundation we used consists of: post-structuralist studies; scientific productions about gender and sexuality in Brazilian higher education; and studies in Anatomy and Physiology about gender and sexuality. The research statistically evaluates the questionnaire's data under different perspectives, such as gender, sexual orientation, age, and region of Brazil. Analysis related to sexual orientation revealed that dissident professors from the cisheteronormativity were more favorable to approach "issues of gender and sexuality" in the university than heterosexuals. Furthermore, age showed that there is higher agreement between generations in relation to sexism and misogyny than to issues involving sexual and gender diversity. We also observed contradictions between the statements and attitudes of these groups, which can be considered as a social desirability, or a Dunning-Kruger effect. To conclude, we find the development of new studies with Brazilian higher education professionals urgent, and that they should consider the dimensions of the curriculum, the educational management and the university surroundings in order to offer a more inclusive education to all genders and sexualities, dissidents of the cisheteronorm.

Key-words: Sexuality. Gender. LGBTI+phobia. University. Teaching

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS	37
FIGURA 2 - DIVISÃO DO QUESTIONÁRIO POR TEMÁTICA	53
FIGURA 3 - FLUXOGRAMA DAS PONTUAÇÕES DE QUESTÕES EM ESCALA LIKERT	56
FIGURA 4 - DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR REGIÃO BRASILEIRA	57
FIGURA 5 - ANO DE INGRESSO NA DOCÊNCIA E TIPO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO	60
FIGURA 6 - PONTUAÇÃO GERAL DOS/AS PARTICIPANTES SOB DIFERENTES RECORTES ANALÍTICOS	61
FIGURA 7 - COMPARAÇÃO DE PONTUAÇÃO ENTRE GÊNEROS	62
FIGURA 8 - COMPARAÇÃO DE PONTUAÇÃO ENTRE ORIENTAÇÕES SEXUAIS	64
FIGURA 9 - COMPARAÇÃO DE PONTUAÇÃO ENTRE AS REGIÕES DO BRASIL	67
FIGURA 10 - COMPARAÇÃO DE PONTUAÇÃO ENTRE OS RECORTES ETÁRIOS	68

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 - ARTIGOS SELECIONADOS	38
TABELA 1 - NÚMERO DE CONTATOS POR REGIÃO	54
TABELA 2 - DADOS DEMOGRÁFICOS	58
TABELA 3 - FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA DOS/AS PARTICIPANTES	59
TABELA 4 - CURSOS EM QUE OS/AS PARTICIPANTES LECIONAM.....	59
TABELA 5 - PORCENTAGEM DE RESPOSTAS “SIM” ENTRE GÊNEROS.....	63
TABELA 6 - PORCENTAGEM DE CONCORDÂNCIA ENTRE ORIENTAÇÕES SEXUAIS SOBRE A TEMÁTICA “AÇÕES NA UNIVERSIDADE”.....	65
TABELA 7 - PORCENTAGEM DE RESPOSTAS “SIM” ENTRE ORIENTAÇÕES SEXUAIS	66
TABELA 8 - PORCENTAGEM DE RESPOSTAS “SIM” ENTRE REGIÕES DO BRASIL	68
TABELA 9 - PORCENTAGEM DE CONCORDÂNCIA ENTRE RECORTES ETÁRIOS SOBRE A TEMÁTICA "AÇÕES NA UNIVERSIDADE"	69
TABELA 10 - PORCENTAGEM DE RESPOSTAS “SIM” ENTRE RECORTES ETÁRIOS	71
TABELA 11 - PORCENTAGEM GERAL DE RESPOSTAS SIM/NÃO	72
TABELA 12 - MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS PELOS/AS DOCENTES PARA SE ATUALIZAREM SOBRE OS TEMAS GÊNERO E SEXUALIDADE.....	72
TABELA 13 - CONTEÚDOS ABORDADOS PELOS/AS DOCENTES EM SUAS AULAS	73
TABELA 14 - UTILIZAÇÃO DA LINGUAGEM NEUTRA PELOS/AS DOCENTES....	74

LISTA DE SIGLAS

ABGLT	— Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ANTRA	— Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CAAE	— Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAFe	— Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	— Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CHC/UFPR	— Complexo do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná
CID	— Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
DCNs	— Diretrizes Curriculares Nacionais
DeCS	— Descritores em Ciências da Saúde
ERIC	— Education Resources Information Center
GGB	— Grupo Gay da Bahia
IBTE	— Instituto Brasileiro Trans de Educação
IES	— Instituições de Ensino Superior
ISTs	— Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTI+	— Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero
LGBPA+	— Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pansexuais, Assexuais e outras orientações sexuais.
LILACS	— Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
OMS	— Organização Mundial da Saúde
SCieLO	— Scientific Electronic Library Online
SIGAA	— Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
TCLE	— Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCC	— Trabalho Final de Conclusão de Curso
UFPR	— Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

MEMORIAL	13
1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 CONTEXTO E PROBLEMA.....	15
1.1.1 <i>Pré-conceitos</i>	15
1.1.2 <i>Anatomia e Fisiologia</i>	16
1.1.3 <i>Violência</i>	17
1.1.4 <i>Ensino</i>	18
1.2 OBJETIVOS.....	19
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	19
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	19
1.3 JUSTIFICATIVA	20
1.4 APRESENTAÇÃO	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 HISTÓRICO DO TEMA.....	23
2.1.1 <i>Do Sexo Único até a Diferenciação entre os Sexos</i>	23
2.1.2 <i>Estigmas de Raça e de Gênero</i>	25
2.1.3 <i>Corpo Sexuado</i>	26
2.1.4 <i>Intersexos</i>	29
2.1.5 <i>Homossexualidade</i>	31
2.1.6 <i>Transexualidade</i>	33
2.2 REVISÃO SISTEMÁTICA.....	35
2.2.1 <i>Triagem de Artigos</i>	35
2.2.2 <i>Apresentação dos Artigos Aceitos</i>	37
2.2.3 <i>Principais Achados</i>	41
2.3 CONHECIMENTOS EM ANATOMIA E FISIOLOGIA	47
2.3.1 <i>Mais de Dois Sexos</i>	47
2.3.2 <i>Sexo e Gênero</i>	49
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	51
3.1 TIPO DE PESQUISA	51
3.2 PARTICIPANTES DE PESQUISA	51
3.3 PROCEDIMENTOS ÉTICOS DE PESQUISA	51
3.4 INSTRUMENTO UTILIZADO.....	52

3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	53
3.5.1 <i>Localização de Possíveis Participantes de Pesquisa</i>	53
3.5.2 <i>Envio dos Convites e Participação</i>	54
3.6 ANÁLISE DOS DADOS	55
4 RESULTADOS	57
4.1 DADOS DEMOGRÁFICOS	57
4.2 PONTUAÇÕES E DECLARAÇÕES DOS/AS PARTICIPANTES.....	60
4.2.1 <i>Pontuação Total Sob Diferentes Recortes Analíticos</i>	60
4.2.2 <i>Temáticas do Questionário Avaliadas por Gênero</i>	62
4.2.3 <i>Temáticas do Questionário Avaliadas por Orientação Sexual</i>	64
4.2.4 <i>Temáticas do Questionário Avaliadas por Região do Brasil</i>	66
4.2.5 <i>Temáticas do Questionário Avaliadas por Grupo Etário</i>	68
4.2.6 <i>Declarações Gerais Sobre a Dimensão de Gênero e Sexualidade no Ensino</i> .	71
5 DISCUSSÃO.....	75
5.1 INCONSISTÊNCIAS	75
5.1.1 <i>Concepções Gerais</i>	75
5.1.2 <i>Desejabilidade Social</i>	76
5.1.3 <i>Efeito Dunning-Kruger</i>	77
5.2 NORMATIVAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE	78
5.2.1 <i>Superioridade Arbitrária</i>	78
5.2.2 <i>Pedagogias Higienistas</i>	81
5.2.3 <i>Teoria e Prática</i>	82
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE 1 - INSTRUMENTO DE PESQUISA	99
APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	104

MEMORIAL

O seguinte trabalho foi desenvolvido a partir da perspectiva de uma pessoa socializada homem e reconhecida enquanto ‘bixa branca’, cisgênera e do endossexo masculino. Curitiba, de família pertencente à classe média, e de ensino regular e superior públicos, localizo a minha escrita a fim de destacar a importância das minhas próprias vivências e subjetividade para a elaboração desse projeto.

Durante toda a minha vida escolar me deparei com a temática de gênero e sexualidade, questionando as diferenças existentes entre as pessoas, sejam elas de expressões, roupas ou trejeitos. Me recordo pouco das aulas de educação sexual, pois elas não me sensibilizavam e se limitavam apenas aos métodos contraceptivos e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), discursos medicalizantes e higienistas. Com a internet e o fácil acesso à informação, a minha curiosidade pelas questões de gênero e sexualidade só aumentou, assim como o meu ímpeto de buscar novas experiências e práticas pedagógicas que acolhessem a diversidade. Atualmente, trabalho como voluntário na organização não governamental Grupo Dignidade, a qual luta pela garantia de direitos de pessoas LGBTI+¹ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero).

A pesquisa representa tanto a emancipação de um estudante enquanto pesquisador e cidadão, quanto uma nova forma de observar e trabalhar com um conhecimento que é biológico, mas também político, social, ambiental e cultural. Em detrimento da necessidade metodológica de seguir as normas cultas da língua portuguesa, sempre irei me referir aos indivíduos tanto com artigos femininos quanto artigos masculinos, por exemplo “todos/as”. Todavia, considero importante a discussão e adoção da linguagem neutra em todo tipo de narrativa, seja ela escrita, sinalizada ou falada, para que todas as pessoas se sintam incluídas e contempladas, visando a equidade de direitos.

Busco partir de um ponto de vista interdisciplinar, considerando a complexidade do tema e sua abrangência teórico-metodológica. Destaco a importância de olhar a ciência, que geralmente conduz uma investigação de maneira

¹ A escolha pela sigla LGBTI+, ao invés de LGBTQIAP+ ou outras variações, se justifica pela sua utilização em pesquisas e levantamentos estatísticos de organizações/entidades como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais, a Aliança Nacional LGBTI+, e o Grupo Dignidade.

objetiva e classificatória, também como um discurso produzido por pessoas, com ideias, opiniões, vivências e crenças próprias, e que estão inseridas dentro de uma cultura e de um tempo histórico. Nesse contexto, além de localizar a minha escrita, justifico a utilização da primeira pessoa do plural ao longo de todo o texto, incluindo na minha narrativa as minhas orientadoras e as pessoas que contribuíram com o projeto.

Percebo que as disciplinas de Anatomia e Fisiologia continuam a contribuir com a genitalização de pessoas, definindo-se um indivíduo com base no seu genital ou capacidade reprodutiva. As pessoas que fogem do que se entende por um corpo tipicamente feminino ou masculino são consideradas desviantes do “natural”. Pessoas não são mais pessoas, apenas os seus órgãos reprodutivos, hormônios ou um par cromossômico.

Não desconsidero a importância das áreas da Anatomia e da Fisiologia, assim como da Genética e muitas outras áreas dentro das Ciências Biológicas e da Saúde que discorrem sobre a Sexualidade Humana, muito pelo contrário, considero essencial o entendimento do corpo humano a partir de suas partes, mas compreendendo que também é necessário o olhar para o todo e para a singularidade de cada corpo.

Ao longo de todo o trabalho, levanto diversas reflexões e questionamentos sobre o que está sendo estudado e reproduzido nas instituições de ensino superior, a fim de provocar e incomodar o que já está enraizado em nossa sociedade. Mais uma vez percebo o quanto a educação pode auxiliar a promover o respeito à cidadania de todos e todas. Os resultados da pesquisa trazem frutos tanto para a educação quanto para a saúde, com perspectivas de continuidade do trabalho por meio de publicações científicas. Para concluir, considero que a diversidade existe e deve ser respeitada, sem um viés de doença ou aberração, já que na natureza não há uma regra e sim pluralidade e riqueza, a diversidade biológica e, dentre ela, a diversidade humana.

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

1.1.1 *Pré-conceitos*

A sexualidade humana refere-se às construções culturais sobre o erotismo, os desejos, o afeto e as noções relativas à saúde, à reprodução e às relações de poder. Formada por uma combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais, abrange principalmente os conceitos: sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero. Muito presente no debate acadêmico feminista de forma transdisciplinar, a sexualidade não se limita apenas ao corpo, ela envolve também comportamentos sociais, que na espécie humana são mais complexos e diversos, e problemas de ordem política, étnica e sexual.

Sexo biológico é o que existe objetivamente, diz respeito às características biológicas que a pessoa tem ao nascer, como genitais, cromossomos e hormônios. A medicina considera tipicamente que pessoas do sexo feminino possuem vagina, ovários e cromossomos XX, pessoas do sexo masculino possuem pênis, testículos e cromossomos XY, e pessoas intersexo possuem uma combinação de ambos. Orientação sexual diz respeito a inclinação involuntária de cada pessoa em sentir atração emocional, afetiva e/ou sexual por outros indivíduos, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. As orientações sexuais mais conhecidas são a homossexualidade (gay e lésbica), a heterossexualidade e a bissexualidade, outros exemplos são a pansexualidade e a assexualidade. (Toni REIS², 2018).

Identidade de gênero diz respeito a como a pessoa se identifica na psique, enquanto ser no mundo. Os indivíduos podem ser cisgênero (cis), quando a pessoa se identifica com o gênero que lhe foi designado ao nascer, baseado no sexo biológico, ou transgênero (trans) quando a pessoa não se identifica com o gênero que lhe foi designado ao nascer, abrangendo as pessoas transexuais, travestis e

² Por defendermos uma educação não sexista, e inspirados/as por Megg Oliveira (2020), na primeira vez que houver a citação de um autor ou autora, transcreveremos seu prenome — em casos de prenome composto, citaremos apenas o primeiro elemento —, juntamente do último sobrenome, para a identificação de gênero. Esse uso rejeita a validade interpretativa de uma sociedade androcêntrica e sustenta a importância das teóricas/pesquisadoras de identidade feminina na construção do conhecimento científico.

não binárias. Expressão de gênero retrata o modo como cada indivíduo se expressa, por meio do vestuário (roupas, acessórios, estilos), modo de se comunicar e modo de agir em sociedade. O indivíduo pode se enquadrar no que é considerado tipicamente masculino e feminino, ou não, lembrando que nem todas as pessoas querem se enquadrar na noção binária de homem/mulher. (REIS, 2018).

Muitas pessoas se utilizam de termos e estudos defasados para alicerçar discursos preconceituosos contra identidades e sexualidades dissidentes da cisheteronorma, ausentando a ciência da influência da cultura e do tempo. O conhecimento biológico é tratado como neutro e imparcial, como se não fosse produzido e idealizado por pessoas com experiências e crenças individuais, marcadas por suas subjetividades³ e frutos do meio em que estão inseridas. Consideramos, então, que a ciência avança e se modifica junto com a sociedade, não fora dela ou congelada na história.

Um exemplo de linha filosófica que continua a ser utilizada como base intelectual para a discriminação e em discursos de ódio é o determinismo biológico. Criado para justificar a superioridade de algumas etnias sobre as outras, o determinismo biológico define as diferenças anátomo-fisiológicas entre os indivíduos, sejam elas físicas, comportamentais e/ou cognitivas, por meio das suas informações genéticas e processos neurofuncionais. (Fabiola BRZOWSKI; Sandra CAPONI, 2012).

A ênfase nos genes, na anatomia e na fisiologia desloca a atenção das variáveis sociais e ambientais, criando normativas sobre os corpos a partir de um conjunto de características biológicas vistas como “naturais” ou “superiores”. Assim, o determinismo biológico serve como importante ferramenta ideológica das classes dominantes, mantendo as relações de poder de acordo com os interesses da hegemonia, e como base teórica para justificar e perpetuar a hierarquização, subalternização e marginalização de grupos privados de direitos.

1.1.2 Anatomia e Fisiologia

O processo histórico de patologização tanto da homossexualidade quanto da transexualidade, assim como a lógica de funcionalidade dos corpos conforme os

³ O conceito de subjetividade destaca a importância das experiências individuais de cada pessoa para as suas relações em sociedade.

padrões anatômico-fisiológicos, reforçou diversos estigmas sociais e preconceitos. Resgatamos aqui o conceito de determinismo biológico, pois os estudos de anatomia e fisiologia foram muito utilizados nas áreas médica e biomédica para estabelecer o que seria um corpo saudável, ou “natural”.

Como tratado anteriormente, os conhecimentos biológicos também são produtos de uma cultura e de um tempo, carregando consigo as marcas históricas provocadas pelas relações de poder. Mas afinal, qual a concepção de professores/as de Anatomia e/ou Fisiologia de Instituições de Ensino Superior do Brasil sobre os conceitos de sexo, gênero, sexualidade, orientação sexual e preconceitos? Esses temas são abordados em suas aulas? Vale destacar que o entendimento da anatomia dos corpos pelo viés da funcionalidade foi importante para o desenvolvimento do conhecimento científico na época em que surgiu, mas com o passar dos anos surgiram outras demandas, principalmente sociais, que mudaram, ou devem mudar, os rumos da produção científica e do conhecimento, de modo a acolher toda a pluralidade de corpos, sexualidades e identidades existentes.

Identidades LGBTI+ ainda são invisibilizadas, sufocadas, marginalizadas, violentadas e diariamente assassinadas por vivenciarem o seu verdadeiro “eu”, fugindo dos padrões impostos pela hegemonia masculina, hétero, cisgênero e branca. A comunidade LGBTI+ ainda sofre com os estigmas criados durante o processo de patologização da homossexualidade e da transexualidade, mesmo após a sua despatologização. Nesse contexto, inserimos a compreensão da violência sofrida por essa parcela da população em diversos espaços sociais, com destaque nas instituições de ensino.

1.1.3 Violência

A violência contra pessoas LGBTI+ é manifestada em diversos grupos e instituições sociais, tendo maior relevância para núcleos familiares e ambientes educacionais, como as escolas e as universidades. A violência se dá de inúmeras formas, desde aspectos sutis, como pequenos comentários, até atos de discriminação e humilhação física e/ou psicológica, legitimados por uma estrutura social binária e heteronormativa (Marcelo VIEIRA, 2015).

Conforme o relatório do GGB (Grupo Gay da Bahia) de 2019 (José OLIVEIRA; Luiz MOTT, 2020), o Brasil é um dos países que mais mata a

comunidade LGBTI+, principalmente travestis e transexuais, com aproximadamente uma morte de forma violenta a cada 26 horas, resultante de homicídio ou suicídio, provocada pela LGBTI+fobia. Os dados alarmantes e o crescimento da violência contra a mulher e contra a comunidade LGBTI+, no período posterior às eleições de 2018, fazem urgente a necessidade de políticas educacionais de combate à homofobia, à transfobia, ao racismo e à misoginia.

De acordo com o GGB (OLIVEIRA; MOTT, 2020), estima-se que existam no Brasil cerca de 20 milhões de gays (10% da população), 12 milhões de lésbicas (6%) e 1 milhão de travestis e transexuais (0,5%), sendo o risco de uma pessoa trans ser assassinada 17 vezes maior do que o de um homem gay. Desde 2008, segundo as estatísticas da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) em conjunto com o IBTE (Instituto Brasileiro Trans de Educação) (Bruna BENEVIDES; Sayonara NOGUEIRA, 2021), o Brasil permanece o país que mais mata pessoas trans no mundo, com uma média de 122,5 assassinatos ao ano (entre 2008 e 2020). Em 2020, a cada 48 horas uma pessoa trans foi assassinada no Brasil, em sua maioria mulheres trans e travestis (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

Em 2019, de 329 mortes violentas documentadas pelo GGB (OLIVEIRA; MOTT, 2020), predominaram os homicídios (82,38% dos casos), seguidos dos suicídios (9,73%). A maior parte das vítimas de suicídio apresentavam entre 14 e 29 anos de idade (40,62% dos casos), e cerca de 25% dessas pessoas eram estudantes. Em muitos casos a vítima 'vivia no armário', sofrendo algum tipo de preconceito internalizado em relação à sua orientação sexual ou identidade de gênero, provocado pela repressão familiar e de grupos relacionados (OLIVEIRA; MOTT, 2020).

1.1.4 Ensino

As pesquisas da ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (2016) trazem, de maneira aprofundada, dados sobre as experiências de adolescentes e jovens LGBTI+ nos ambientes educacionais a nível nacional. No relatório, referente ao ano de 2015, é ressaltado que 72,6% dos/as estudantes brasileiros/as LGBTI+, em idade escolar acima de 13 anos, já foram agredidos/as verbalmente por causa de sua orientação sexual e 68% por causa de sua expressão/identidade de gênero. Dois terços

(69,1%) dos/as respondentes relataram que já ouviram comentários LGBTI+fóbicos feitos por professores/as, ou outros/as funcionários/as de sua instituição educacional. Mesmo com tantos casos de agressão e repressão, mais da metade dos/as jovens (53,9%) disseram nunca ter presenciado a intervenção de profissionais e professores/as das escolas em casos de LGBTI+fobia (ABGLT, 2016).

A ABGLT (2016) também ressalta em sua pesquisa a importância da presença de professores/as, diretores/as e outros/as funcionários/as acolhedores/as, para que estudantes LGBTI+ se sintam pertencentes à instituição educacional. Cerca de 88% dos/as educandos/as relataram ser possível identificar pelo menos um/a integrante da equipe pedagógica que acreditavam ser acolhedor/a, mas 60,9% disseram que ficariam mais à vontade para conversar sobre questões LGBTI+ com seus/suas professores/as (ABGLT, 2016).

Quanto à presença da inclusão nos componentes curriculares, como por exemplo a abordagem de eventos históricos LGBTI+ ou de representações positivas de pessoas LGBTI+, mais da metade (56,9%) dos/as respondentes da pesquisa afirmaram que esses assuntos não eram abordados na sala de aula e 16,7% afirmaram que foram ensinados/as apenas informações negativas. Quando surgiram discussões positivas sobre tópicos LGBTI+ (20,2%) na sala de aula, apenas 19,3% ocorreram na disciplina de Biologia, 9,3% em Ciências e 8,5% em Educação Física, sendo Sociologia a matéria mais frequente, com 65,6% dos casos. (ABGLT, 2016).

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 *Objetivo Geral*

Compreender a concepção de professores/as de Anatomia e/ou Fisiologia de Instituições de Ensino Superior (IES) das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, sobre os conceitos de sexo, gênero, sexualidade, orientação sexual e preconceitos, e se os abordam em suas aulas.

1.2.2 *Objetivos Específicos*

1. Verificar a percepção e atitudes dos/as docentes de Anatomia e/ou

- Fisiologia em diferentes IES no Brasil, diante dos estereótipos e da discriminação por identidade de gênero e/ou orientação sexual;
2. Observar o interesse e conhecimentos de professores/as de Anatomia e/ou Fisiologia, de universidades brasileiras, acerca do tema questões de gênero e sexualidade;
 3. Analisar a influência da regionalidade nas concepções de professores/as das áreas de Anatomia e Fisiologia em IES brasileiras.

1.3 JUSTIFICATIVA

As instituições de ensino superior lidam com a construção e a socialização de saberes, representando um espaço sociocultural e formativo para novos profissionais atuantes no mercado de trabalho, tanto bacharéis quanto licenciados. Porém, também podem ser consideradas como espaços nos quais as desigualdades e hierarquias são reproduzidas e atualizadas, perpetuando uma hegemonia branca, hétero, cisgênera e masculina (Henrique NARDI *et al.*, 2013).

As disciplinas de Anatomia e Fisiologia estão presentes no currículo das áreas de Ciências Biológicas e da Saúde. Os conteúdos contemplados no currículo dessas áreas permitem o estudo dos corpos de forma fragmentada, com ênfase em determinadas estruturas, sistemas ou funções, visando a compreensão da totalidade dos sistemas biológicos. Entretanto, são poucos os cursos que tratam sobre as dimensões políticas, sociais e ambientais que envolvem esses corpos. O currículo deve ter uma função formativa, educativa, social e cultural, mas a seleção de conhecimentos e o acesso à informação acaba ocorrendo de forma idealizada, sendo um reflexo das estruturas de poder (Ana MOLINA; Welson SANTOS, 2018).

Nas escolas da educação básica, as questões de gênero e sexualidade usualmente são direcionadas para os/as docentes de Ciências e Biologia (André MORANDO; Nadia SOUZA, 2019). O assunto, na maioria das vezes, resume-se a uma abordagem higienista da reprodução humana, buscando a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência. Tais abordagens não criam condições para que os/as estudantes falem e reflitam sobre seus corpos, desejos e prazeres, entre outras questões advindas de suas vivências (MORANDO; SOUZA, 2019).

Para que a lógica reprodutora de hierarquias mude, é necessário desconstruir os mecanismos institucionais que legitimam o preconceito e cristalizam as desigualdades no espaço acadêmico, dentre eles destacamos a importância do corpo docente na formação de futuros profissionais. Os/as professores/as das disciplinas de Anatomia e/ou Fisiologia, presentes no currículo de cursos das áreas de Ciências Biológicas e da Saúde, que lecionam em IES nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste ou Sul do Brasil, ao se utilizarem do determinismo biológico em suas práticas educacionais, podem acabar repercutindo estereótipos binários e sexistas sob a chancela de estudos científicos produzidos dentro de um raciocínio classificador e normalizador, contribuindo, assim, para a perpetuação das violências sexuais e de gênero (Francisco ANDRADE, 2013).

A compreensão das atitudes e opiniões de docentes de Anatomia e/ou Fisiologia se faz premente, com base na historicidade dessas áreas e na sua influência nos estudos de gênero e sexualidade, para que as instituições de ensino formem educadores e profissionais da saúde bem qualificados/as e preparados/as para trabalhar com a diversidade. Desta forma, entender o atual panorama dos cursos superiores, especialmente os voltados para a docência e para a saúde, é fundamental para que as instituições e os/as próprios/as profissionais possam intervir neste cenário, planejando estrategicamente ações mais inclusivas. Com isso, será possível que novos/as profissionais de Ciências Biológicas e da Saúde, tanto bacharéis quanto licenciados, ofereçam cuidados de saúde de modo integral e construam uma prática pedagógica inclusiva à população LGBTI+, lutando contra o preconceito dentro dos serviços de saúde, nas instituições de ensino e na sociedade em geral.

1.4 APRESENTAÇÃO

O presente estudo foi dividido em seis capítulos, dentre eles: Introdução, Referencial Teórico, Materiais e Métodos, Resultados, Discussão e Considerações Finais. Anterior à “Introdução” existem as páginas pré-textuais, contando com a folha de avaliação, os agradecimentos, a epígrafe, os resumos em português e inglês, as listas de figuras, siglas, quadros e tabelas, e o memorial, no qual destacamos a história de identificação e motivações de escrita do pesquisador Gabriel Godoy. Em seguida, na “Introdução”, discorreremos sobre o problema de pesquisa, o contexto do

tema, os objetivos e a justificativa deste trabalho. Trouxemos um panorama sobre a violência e as problemáticas do ensino que atravessam a comunidade LGBTI+, com foco nos conceitos de sexualidade humana, determinismo biológico e subjetividade humana.

O “Referencial Teórico” da pesquisa foi subdividido em três eixos: Histórico do Tema, Revisão Sistemática, e Conhecimentos em Anatomia e Fisiologia. O “Histórico do Tema” traz um levantamento sobre os principais marcos históricos da Anatomia e Fisiologia sobre sexualidade e gênero, assim como o processo de patologização e despatologização da homossexualidade e da transexualidade. Na “Revisão Sistemática”, discorremos sobre as questões de gênero e sexualidade no ensino superior, seguindo a metodologia de mesmo nome para a triagem dos artigos. Já no subcapítulo “Conhecimentos em Anatomia e Fisiologia”, abordamos alguns conceitos que fogem da lógica binária e cisheteronormativa que podem ser utilizados em práticas pedagógicas de Anatomia e/ou Fisiologia, incluindo a diversidade de sexos, orientações sexuais e gêneros.

O capítulo dos “Materiais e Métodos” foi organizado em cinco eixos, para elucidar o tipo de pesquisa, os/as participantes de pesquisa, os procedimentos éticos de pesquisa, o instrumento de pesquisa utilizado, os procedimentos de coleta de dados e a análise dos dados. No capítulo dos “Resultados” da pesquisa, apresentamos os dados demográficos e em seguida os gráficos e tabelas elaborados durante as análises estatísticas.

Na “Discussão”, apoiando-nos em teóricos/as da área de sexualidade e gênero, discorreremos sobre as principais questões observadas nos questionários e na análise dos dados. Já o capítulo das “Considerações Finais” traz para a reflexão diferentes aspectos sociais da construção do conhecimento, como a cisheteronormatividade, os símbolos e significados, as dimensões do currículo, gestão e espaço, entre outros conceitos mais tratados pela área das humanidades, mas que são relevantes para todas as áreas acadêmicas. Por fim, após o sexto capítulo disponibilizamos as referências e os apêndices do trabalho, tais quais o instrumento de pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo traremos perspectivas teóricas e histórico-sociais das questões de gênero e sexualidade alinhadas às Ciências Biológicas. Não buscamos esgotar o assunto, mas sim observarmos e entendermos a ciência também como uma construção, que sofre influência de um tempo histórico e de uma cultura. Iniciaremos com um breve levantamento bibliográfico, discorrendo sobre alguns marcos históricos que contribuíram com o surgimento de crenças binárias, patologizantes e LGBTIfóbicas. Em seguida, investigaremos as produções científicas sobre a temática de gênero e sexualidade no ensino superior brasileiro, atendendo aos procedimentos metodológicos estabelecidos para uma revisão sistemática. Por fim, traremos alguns conceitos que fogem da lógica binária e cisheteronormativa, e servem como alternativas para a abordagem de conteúdos de anatomia e fisiologia que incluam a diversidade de sexos, orientações sexuais e gêneros.

2.1 HISTÓRICO DO TEMA

2.1.1 Do Sexo Único até a Diferenciação entre os Sexos

A discussão em torno das semelhanças e diferenças entre os sexos tem ocupado, há séculos, o pensamento de filósofos, naturalistas, médicos, biólogos, entre outros. Thomas Laqueur (2001), em seu livro “Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud”, realizou um importante levantamento histórico da tradição ocidental sobre os paradigmas criados para o sexo, a partir do “modelo de sexo único” até a diferenciação entre os sexos. O autor propõe, ainda, que desde o período pré-Iluminista o conceito de gênero é compreendido como categoria cultural e de papel social.

O “modelo de sexo único” considerava que os conceitos de sexo e gênero estariam ligados a um círculo de significados que não perpassavam pelo biológico, mas pelo social e cultural. Esse modelo dominou os discursos sobre os sexos a datar da antiguidade clássica até o final do século XVII, tendo seus alicerces

estabelecidos por Aristóteles⁴ e, posteriormente, por Cláudio Galeno⁵ (LAQUEUR, 2001). Nesse sentido, Laqueur considera que:

Foi no mundo do sexo único que se falou mais diretamente sobre a biologia de dois sexos, que era mais arraigada no conceito do gênero, na cultura. Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou o outro de dois sexos incomensuráveis. Em outras palavras, o sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica. (LAQUEUR, 2001, p. 19).

Para Aristóteles a natureza dos sexos masculino e feminino seria pré-ordenada pela vontade divina, havendo um papel específico atribuído para cada sexo para que pudessem ter uma vida em comum, mas que essas atribuições não seriam sinais de oposição sexual (LAQUEUR, 2001). Como filósofo, considerava a existência de dois sexos, mas a característica distinguível da masculinidade era imaterial; já como naturalista, acabou com as distinções orgânicas entre os corpos, restando a ideia de uma carne única, que poderia ser classificada de acordo com circunstâncias especiais (LAQUEUR, 2001). Logo, Laqueur destaca que:

O que nós pensaríamos serem construções sociais com carga ideológica de gênero — que os homens são ativos e as mulheres passivas, os homens contribuem com a forma e as mulheres com a matéria para a geração — eram, para Aristóteles, fatos indubitáveis, verdades "naturais". O que nós pensaríamos serem fatos básicos de diferença sexual, por outro lado — os homens têm um pênis e as mulheres uma vagina, os homens têm testículos e as mulheres ovários, as mulheres têm um ventre e os homens não, os homens produzem um tipo de produto germinal, as mulheres outro, as mulheres menstruam e os homens não — eram, para Aristóteles, observações contingentes e filosoficamente pouco interessantes sobre a espécie específica em certas condições. (LAQUEUR, 2001, p. 44).

Cláudio Galeno, assim como Aristóteles cinco séculos antes, acreditava na existência de um sexo comum, ou seja, homens e mulheres não estariam divididos por suas anatomias reprodutivas. Nessa concepção, o médico e filósofo romano defendia que as mulheres seriam homens invertidos, logo, menos perfeitas. Elas teriam “exatamente os mesmos órgãos mas em lugares exatamente errados”

⁴ Aristóteles (384-322 a.C) realizou as primeiras figuras anatômicas do corpo humano que se tem conhecimento. Interessado pelos hábitos e doenças de um animal, criava analogias entre as estruturas, que contemplavam as circunstâncias da vida animal (Camille STULP; Samira MANSUR, 2019).

⁵ Cláudio Galeno (129–199 ou 217 d.C), também conhecido como Galeno de Pérgamo, foi o mais influente anatomista do ocidente. Fortemente influenciado pelos estudos de Aristóteles, dedicou a sua atenção especialmente à taxonomia (STULP; MANSUR, 2019).

(LAQUEUR, 2001, p. 42). Devido a uma espécie de paridade topográfica, o inverso também seria garantido, assim, Galeno afirmava que se “virarmos [os órgãos genitais] da mulher para fora e, por assim dizer, virarmos para dentro e dobrarmos em dois os do homem, teremos a mesma coisa em ambos sob todos os aspectos” (*apud* LAQUEUR, 2001, p. 41).

O sexo biológico passou a ser diferenciado entre as categorias “masculino” e “feminino” no final do século XVII e ao longo do século XVIII. Da antiguidade clássica até o período anterior ao Iluminismo, os corpos masculino e feminino eram interpretados “como versões hierárquica e verticalmente ordenadas de um sexo” (LAQUEUR, 2001, p. 21), tendo como “realidade” a imperfeição da mulher. Após esse movimento filosófico, durante o século XVIII, os sexos passaram a ser considerados “opostos horizontalmente ordenados e incomensuráveis” (LAQUEUR, 2001, p. 21). A hierarquia entre os sexos não deixou de existir, mas foi deslocada e passou a se subsidiar em registros biológicos. Não obstante, a biologia foi utilizada como estratégia para sobrepor a ideia de uma só carne, buscando diferenças entre os sexos e contribuindo para os paradigmas e papéis sociais impostos aos corpos.

Um novo modelo de divergência biológica ganha evidência, tornando a anatomia e a fisiologia dos corpos determinantes, intransferíveis e rígidas a apenas duas possibilidades de sexos (Bárbara SORDI; Ana MOREIRA, 2014). Pierre Bourdieu, em seu livro “A Dominação Masculina” (2019), considera que a diferença anatômica entre os órgãos sexuais masculinos e femininos poderia ser vista como “justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho” (BOURDIEU, 2019, p. 26). Logo, as diferentes intersecções sociais dos sexos, como as divisões de trabalho ou papéis culturais, passaram a ser legitimadas pelo determinismo natural dos corpos, legitimando também crenças de exclusão feminina (SORDI; MOREIRA, 2014).

2.1.2 Estigmas de Raça e de Gênero

Em 1800, ainda no século XVIII, Georges Cuvier deu início a uma virada epistemológica ao desenvolver suas lições de Anatomia Comparada (*Leçons d'anatomie comparée*), publicadas em forma de notas. Nesses estudos, ele expôs o princípio da “correlação das partes”, o qual considera que a estrutura anatômica de cada órgão está funcionalmente relacionada a todos os outros órgãos do corpo de

um animal, e as características funcionais e estruturais dos órgãos resultam de sua interação com o meio ambiente. Cuvier acreditava, ainda, que cada órgão foi criado para uma função especial. (BRITANNICA, 2021).

Os trabalhos de Cuvier representam um grande marco histórico nas áreas de Anatomia e Fisiologia, entretanto, também contribuíram para arraigar a superioridade arbitrária dos homens, assim como da hegemonia branca. A teoria racista moderna ganhou corpo com os estudos desenvolvidos por Cuvier com a escrava sexual Sara Baartman, a Vênus Hotentote⁶. Sara foi vendida para o zoólogo francês em 1814, sendo disposta aos olhares de cientistas europeus, que “manipularam, mediram e analisaram cada centímetro de Sara” (Janaína DAMASCENO *apud* João GUSMÃO, 2014, p. 3).

Examinada durante três dias por cientistas do Museu de História Natural de Paris, Sara Baartman desenvolveu um vício em álcool e foi contaminada por uma doença venérea, morrendo em Paris aos 26 anos (GUSMÃO, 2014). Após a sua morte, seu corpo foi dissecado e tornou-se propriedade do Museu até a década de 1980, tendo a sua vulva tratada como troféu por Cuvier. Como cita Damasceno, Cuvier afirmou que tinha a “honra de apresentar os órgãos genitais desta mulher” e que não havia “nada mais famoso na história natural que o tablier das hotentotes” (DAMASCENO, 2007, p. 1).

Georges Cuvier definia Sara como “primitiva, selvagem, quase um animal”, retirando sua existência como pessoa e reduzindo-a ao seu corpo e órgãos sexuais (DAMASCENO, 2007). Foi Cuvier que inaugurou na ciência, com seu estudo sobre a Vênus Hotentote, a noção hierarquizada de raça e a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos, universalizando a raça européia como superior e fetichizando o corpo negro feminino (GUSMÃO, 2014).

2.1.3 Corpo Sexuado

Anne Fausto-Sterling, em sua obra “*Cuerpos Sexuados: la política de género y la construcción de la sexualidad*” (2006), se utiliza da bioquímica e da neurobiologia para discutir a construção social do gênero, trabalhando

⁶ Sara foi denominada como Vênus Hotentote nas feiras e circos de Londres, pois possuía grande beleza como a deusa do amor, mas era vista como “alguém de cultura e intelecto inferior” (GUSMÃO, 2014, p. 2).

especialmente com casos de crianças intersexuais⁷. Na década de 1940, Albert Ellis estudou 84 casos de neonatos intersexuais, concluindo que no desenvolvimento da masculinidade e feminilidade, ou de inclinações sexuais como a homossexualidade e a heterossexualidade, a criação seria muito mais importante do que a biologia (FAUSTO-STERLING, 2006).

Na década de 1950, o psicólogo e sexologista John Money e seus colegas psiquiatras John e Joan Hampson, da Universidade Johns Hopkins, passaram a estudar o caso de crianças intersexuais, proporcionando valiosos materiais de comparação da morfologia e da fisiologia corporal humana, assim como do desenvolvimento psicossocial. Contribuíram, ainda, com a tese de Ellis, concluindo que o sexo — masculino ou feminino — de uma criança não seria definido de forma inata ou automática, por meio de suas gônadas, hormônios e cromossomos. Portanto, crianças intersexo, que seriam fundamentalmente “anormais”, deveriam passar por um tratamento médico para se adequar ao sexo apropriado. O tratamento tinha como objetivo garantir o desenvolvimento psicossocial correto, fazendo o que fosse necessário para garantir que a criança e seus pais acreditassem no sexo atribuído. (FAUSTO-STERLING, 2006).

Os estudos de John Money, abordados pela obra de Fausto-Sterling (2006), contribuíram para o desenvolvimento da teoria dos diferentes “sexos”, denominados: cromossômico, gonadal, hormonal-fetal, reprodutivo interno, genital, cerebral, hormonal da puberdade e morfológico da puberdade. A partir disso, a formação da identidade de gênero funcionaria em camadas, mas nem sempre o desenvolvimento de uma camada necessitaria do desenvolvimento da outra. Conforme destaca Francisco Andrade (2014):

Fausto-Sterling argumenta que nem sempre tais camadas envolvem outras esperadas, o que se destaca pela imprevisibilidade constante na formação de indivíduos. Deste modo, o sexo pode ser definido como masculino, feminino, ambos ou nenhum, biologicamente, mas o gênero depende da interpretação externa da sociedade. (ANDRADE, 2014, p. 182).

⁷ O termo intersexo é utilizado em investigações médicas para incluir todas as pessoas que possuem características masculinas e femininas misturadas, visto que a porcentagem de características masculinas e femininas pode variar enormemente entre esses indivíduos (FAUSTO-STERLING, 2009). Intersexo é termo guarda-chuva que compreende as pessoas que nascem com sistema reprodutor, hormônios e/ou cromossomos que não podem ser classificados como sendo tipicamente masculino ou feminino.

Segundo Joan Scott, a “preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Ela está ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX” (1995, p. 85). Algumas teorias construíram a lógica de gênero a partir da dicotomia entre os sexos masculino e feminino, ou ainda como uma “questão feminina”, mas não de forma sistêmica, que considerasse as relações sociais, culturais e sexuais entre os gêneros para a sua construção. Por essa razão, Scott considera que:

Esta falta poderia explicar em parte a dificuldade que tiveram as feministas contemporâneas de incorporar o termo "gênero" às abordagens teóricas existentes e de convencer os adeptos de uma ou outra escola teórica de que o gênero fazia parte de seu vocabulário. (SCOTT, 1995, p. 85).

As discussões sobre o determinismo biológico são fundamentais para as pautas de gênero, integrando-se na agenda feminista desde a segunda onda do feminismo, no final dos anos 1960 (ANDRADE, 2011). Logo após, no início dos anos 1970, emergiram novamente os debates sobre a origem da identidade de gênero ser biológica ou cultural (Gilbert HERDT, 2020). As feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente para se referir à organização social da relação entre os sexos, rejeitando o determinismo biológico implícito no uso dos termos “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT, 1995). Assim, cria-se uma oposição entre os termos sexo e gênero, o primeiro designando o que é dado biologicamente e o segundo “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75).

As estratégias políticas feministas sugerem que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunto com as visões de sexo, classe e raça, considerando a interseccionalidade⁸ para atingir uma igualdade política e social (SCOTT, 1995). Desta forma, as críticas feministas ao determinismo biológico não rejeitam a influência do biológico sobre as relações de gênero, mas a forma como isso foi pensado e construído ao longo da história.

⁸ Conceito sociológico que “investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (Patrícia COLLINS; Sirma BILGE, 2021, p. 2). Considera as categorias de: raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária (COLLINS; BILGE, 2021).

2.1.4 Intersexos

John Money, de acordo com Fausto-Sterling (2009), sugere que pessoas intersexos podem constituir até 4% do total de nascimentos. Avanços nas áreas de Fisiologia e Tecnologia Cirúrgica, permitiram que médicos identifiquem a maioria dos bebês intersexuais antes mesmo do seu nascimento. Assim que ocorre a identificação, é quase imediata a inserção dessas crianças em programas de controle hormonal, ou a realização de cirurgias plásticas para adequar a genitália a um dos sexos. Apesar dessas intervenções possuírem objetivos humanitários, de poupar o indivíduo de um possível sofrimento por não se “encaixar” tanto física quanto psicologicamente na sociedade, elas partem do pressuposto de que existem apenas dois sexos e de que a heterossexualidade é a norma (FAUSTO-STERLING, 2009). Para Michel Foucault (1982):

As teorias biológicas da sexualidade, as concepções jurídicas do indivíduo, as formas de controle administrativo nos Estados Modernos, acarretaram pouco a pouco a recusa da idéia de mistura dos dois sexos em um só corpo e conseqüentemente à restrição da livre escolha dos indivíduos incertos. A partir de então, um só sexo para cada um. A cada um sua identidade sexual primeira, profunda, determinada e determinante; quanto aos elementos do outro sexo que possam eventualmente aparecer, eles são apenas acidentais, superficiais, ou mesmo simplesmente ilusórios. (FOUCAULT, 1982, p. 2).

Na medida em que pessoas intersexo assumem ambos os sexos, elas passam a desafiar crenças tradicionais ocidentais sobre as diferenças entre os sexos, assim como papéis sociais e culturais (FAUSTO-STERLING, 2009). No livro “Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita”, Foucault (1982) realiza uma introdução aos relatos de Herculine Barbin, uma pessoa intersexo nascida em 1838, na França, socializada enquanto mulher e que se identificava fora do binarismo, com um “sexo incerto”. Barbin é um dos exemplos históricos de pessoa intersexo que foi obrigada legalmente a trocar de sexo, mas que, incapaz de se adaptar a uma nova identidade exclusivamente masculina, terminou por se suicidar em 1868 (FOUCAULT, 1982). Foucault destaca que nos diários de Herculine Barbin:

[...] ela tem sempre pra ela mesma um sexo incerto; mas é privada das delícias que experimentava em não ter esse sexo, ou em não ter totalmente o mesmo sexo que tinham aquelas com as quais vivia, amava e desejava tanto. E o que ela evoca do seu passado é o limbo feliz de uma não-identidade, que protegia paradoxalmente a vida dentro daquelas sociedades

fechadas, estreitas e calorosas, onde se tem a estranha felicidade, ao mesmo tempo obrigatória e interdita, de conhecer apenas um único sexo. (FOUCAULT, 1982, p. 6–7).

Os laudos médicos, publicados por Foucault juntamente dos diários de Barbin, sugerem que ele/a possuía um pênis imperfurado pequeno, ou um clitóris aumentado, suscetível de ereção; uma vagina que terminava em uma espécie de “beco sem saída”, como relatam os médicos; a capacidade de ejacular esperma, por meio de dois pequenos condutos, mas que não é bem explicada no laudo; barba concentrada no queixo e acima dos lábios; e seios não mais desenvolvidos do que de um homem XY típico (FOUCAULT, 1982; Judith BUTLER, 2020). Não obstante, houve uma intensa luta para explicar as relações sexuais de Herculine com meninas, visto que a heterossexualidade era considerada a regra e a existência de Herculine trazia à tona o espectro da homossexualidade. Por ser intersexo, era difícil definir conceitualmente suas características sexuais primárias, identidade de gênero e orientação sexual, mas os médicos buscaram provas nas estruturas anatômicas, hormonais ou cromossômicas de Herculine que sugerissem a presença de um sexo distinto masculino, logo, justificando seus desejos “heterossexuais” (BUTLER, 2020).

Outros exemplos que contrapõem a existência de apenas dois sexos, são as/os hijras da Índia e as/os guevedoche da República Dominicana, apresentadas/os no livro *“Third Sex, Third Gender: Beyond Sexual Dimorphism in Culture and History”* de Gilbert Herdt (2020). As noções culturais das/os hijras enfatizam que elas/es não são nem homem nem mulher, são pessoas intersexuais, veículos do poder divino hindu e devotas/os de Bahuchara Mata, uma das várias versões da Deusa Mãe. Essa deusa, de acordo com as crenças hindus, chama homens que não são capazes de se reproduzir para se vestirem e agirem como mulheres. As/os hijras passam por uma operação de remoção dos órgãos genitais masculinos, para que, assim, Bahuchara Mata possa lhes conferir o seu poder (HERDT, 2020).

Na visão hindu, todas as pessoas contêm dentro de si princípios masculinos e femininos, de modo que o hermafroditismo verdadeiro é considerado o sexo ideal e, em algumas seitas, ser travesti é uma forma de transcender o próprio sexo e alcançar a salvação (HERDT, 2020). Antigos textos hindus retratam sexos e gêneros alternativos, divididos em quatro categorias: o eunuco⁹ macho “sem água”, que tem

⁹ Eram denominados “eunuco” as pessoas do sexo masculino que tiveram a sua genitália removida parcial ou totalmente, não sendo mais capazes de se reproduzir (HERDT, 2020).

testículos ressecados; o eunuco macho com “testículo anulado”, que foi castrado; o/a hermafrodita; e a “não mulher”, ou eunuco, isto é, uma mulher que não menstrua (HERDT, 2020, p. 18, tradução livre).

Embora as/os hijras às vezes sejam temidas/os e zombadas/os, pois elas podem abençoar ou amaldiçoar as pessoas, os papéis mitológicos que lhes são conferidos histórica e culturalmente dão um significado positivo para a vida dessas pessoas. Ao contrário da cultura ocidental, na Índia não se tenta resolver ou reprimir as “ambiguidades sexuais”, ou as transgeneridades, pois a sua cultura não deu lugar a uma fobia e repressão institucionalizada. (HERDT, 2020).

Os/as guevedoche — “pênis aos doze anos” — vivem em uma zona rural na República Dominicana. Em resumo, são pessoas com par cromossômico sexual XY com um traço autossômico recessivo que impede a masculinização da genitália externa durante o período pré-natal, sendo considerados/as mulheres ao nascerem e socializados/as com papéis de gênero femininos. Esses indivíduos apresentam “pênis ausente ou semelhante ao clitóris, testículos não descidos e traços hermafroditas associados” (HERDT, 2020, p. 19, tradução livre). Entretanto, durante a puberdade, começam a desenvolver um pênis funcional e sofrem mudanças físicas repentinas (HERDT, 2020).

Os estudos de Gilbert Herdt identificaram 38 guevedoches, distribuídos/as em 23 famílias de 3 aldeias da República Dominicana, ao longo de 4 gerações. O pesquisador evidenciou, ainda, que as crianças guevedoche já demonstravam preocupação com o seu “verdadeiro gênero” entre sete e doze anos, conscientes de que a sua anatomia era diferente. Os/as aldeões/ãs sabiam da existência de pessoas intersexo, o que sugere que historicamente, ao longo de gerações, em resposta à presença dessas pessoas, foram construídas normas, regras e atitudes relacionadas ao gênero para incluir os/as guevedoche em um sistema cultural de três sexos. (HERDT, 2020).

2.1.5 Homossexualidade

O relacionamento entre pessoas do mesmo gênero sempre existiu em todas as culturas, sendo admitida e explicada de diferentes maneiras ao longo da história.

O termo “homossexual” surgiu em 1869, criado por Karl Maria Kertbeny¹⁰ para legitimar o caráter biológico da homossexualidade e isentar de culpa os indivíduos que se atraem pelo mesmo gênero, permitindo aprofundamento nas discussões acerca da homossexualidade nas investigações científicas (Eliana NUNES; Kátia RAMOS, 2008).

O termo “homossexualismo”¹¹ foi utilizado inicialmente para retratar uma anormalidade no desenvolvimento da sexualidade, carregando uma conotação negativa de doença. A partir do século XIX a medicina definiu a homossexualidade como uma doença fisiológica (Everton ALVES; Luiza TSUNETO, 2013), defendendo a não punição do comportamento homossexual e a investigação por uma possível “cura”. Até a primeira metade do século XX muitas das pesquisas realizadas na área médico-biológica buscavam padrões anatômicos para diagnosticar indivíduos homossexuais (NUNES; RAMOS, 2008).

Em 1938, o entomologista e zoólogo Alfred Kinsey — considerado o pai da sexologia enquanto campo de estudo — deu início a um programa de estudos sexuais e em 1947, juntamente de seus assistentes de pesquisa, fundou na Universidade de Indiana o instituto de pesquisa sobre sexo, que hoje é conhecido como Instituto Kinsey para pesquisa sobre Sexo, Gênero e Reprodução. Os trabalhos de Kinsey tiveram grande visibilidade e repercussão, conduzindo pesquisas com milhares de homens e mulheres estadunidenses de diferentes classes sociais, o que resultou na criação do Relatório de Kinsey. Nesse relatório, Kinsey propõe um modelo escalar da sexualidade, que possui sete níveis de classificação, desde “exclusivamente heterossexual” até “exclusivamente homossexual”, e prevê também um ponto neutro, denominado assexual. Uma das críticas ao modelo de Alfred Kinsey decorre da não incorporação da condição transexual em seus estudos, sendo inoperante nesse aspecto. (Pedro CASTRO, 2016a).

Durante o final da década de 1940, a homossexualidade foi enquadrada como uma psicopatologia na 6ª versão da CID — Classificação Estatística

¹⁰ Karl Maria Kertbeny (1824–1882) foi um médico austro-húngaro, autor de muitos textos sobre relações entre pessoas do mesmo sexo, e considerado criador dos termos “homossexualidade” e “heterossexualidade”. Defendia em suas obras que a homossexualidade não é pecado, doença ou crime, mas sim uma qualidade inata de um grupo de indivíduos (Jean-Claude FERAY; Manfred HERZER; Glen PEPPEL, 1990).

¹¹ O termo mais correto, e que será utilizado ao longo de todo o projeto, é “homossexualidade”, atuando, de acordo com a etimologia da palavra, como agente de qualidade, ou modo de ser.

Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (NUNES; RAMOS, 2008). No campo das terapias de “reversão” de orientação sexual, houve uma tendência a considerar a homossexualidade uma “falha ambiental”, ou seja, seria desenvolvida por um erro dos familiares em direcionar o indivíduo à heterossexualidade, apresentando caráter cultural. Durante a década de 1960, as propostas mais influentes para o tratamento da homossexualidade na área da psicanálise foram as do pesquisador Irving Bieber. O pesquisador considerava a homossexualidade como resultante de relações patológicas entre pais e filhos na infância, sendo, portanto, curável através da psicoterapia de longo prazo (Marcos GARCIA; Amana MATTOS, 2019).

A homossexualidade deixou de ser categorizada como distúrbio mental em 1973 pela Associação Psiquiátrica Americana e em 1975 pela Associação Americana de Psicologia. No Brasil, em 1985 o Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade da categoria de desvios e transtornos sexuais (ALVES; TSUNETO, 2013). Apenas em 1990 a OMS (Organização Mundial da Saúde) retirou a homossexualidade da CID-10 (Edison VEIGA, 2020).

2.1.6 Transexualidade

Em 1948, uma das participantes da pesquisa de Kinsey, de biotipo dito masculino, desejava “transformar-se” em mulher, levando o professor de sexologia a buscar o auxílio do médico Harry Benjamin (Richard EKINS, 2005). Tendo essa paciente como ponto inicial e motivador para as suas investigações, Benjamin passou a teorizar e descrever o fenômeno de rejeição ao sexo biológico (Márcia ARÁN, 2006). Em 1954, introduziu em seus estudos o termo “transexual”, criado por Magnus Hirschfeld em 1923 (EKINS, 2005). Assim como a homossexualidade, inicialmente o termo “transexual” era acompanhado do sufixo -ismo, sendo descrito como uma patologia derivada da psiquiatrização da homossexualidade (ARÁN, 2006).

Para Harry Benjamin, o sexo seria constituído por diversos componentes, dentre eles “cromossômico, genético, anatômico ou morfológico, genital, gonádico, legal, germinal, endócrino (hormonal), psicológico e social” (ARÁN; Sérgio Zaidhaft; Daniela MURTA, 2008, p. 71). A predominância de um destes fatores definiria o sexo do indivíduo. Segundo o pesquisador, somente o sexo genético seria

fixo, os outros poderiam ser modificados por meio de tratamentos hormonais ou procedimentos cirúrgicos (ARÁN; Zaidhaft; Murta, 2008). Na década de 1960, inspirado pelo modelo escalar de Kinsey, Benjamin criou a Escala de Orientação Sexual, que consistia em um guia para diagnosticar as discordâncias entre os sexos, tornando-se um marco na conceituação da diferença entre homossexuais e pessoas transgênero¹² (CASTRO, 2016a).

O conceito de gênero foi utilizado pela primeira vez pelo psicólogo John Money, em 1955. Money contribuiu com o aprimoramento do raciocínio sobre a transexualidade ao ancorar “sexo” à biologia e “gênero” à cultura, preconizando uma separação entre sexo biológico e identidade de gênero. Com o auxílio de estudos realizados com crianças, Money demonstrou que há uma independência radical entre sexo e gênero, e a transexualidade se caracterizaria pela não adequação entre esses dois conceitos. Outro pesquisador importante foi Robert Jesse Stoller, psiquiatra e psicanalista que, apesar de tratar a transexualidade como uma patologia, ofereceu a descrição de uma experiência, considerando que a transexualidade não seria uma psicose. (ARÁN, 2006).

Ao longo do século XX, duas grandes linhas teóricas foram produzidas: uma endocrinológica e outra psicossocial. Com a linha endocrinológica, a medicina passou a propor tratamentos direcionados a transexuais e, a partir de demanda popular para a redefinição do sexo civil, normatizar processos terapêuticos formais. Em 1975, a 9ª revisão da CID inseriu a transexualidade na categoria de desvios sexuais e a 10ª versão, em 1990, redefiniu essa decisão, deslocando-a para a categoria de transtorno de identidade de gênero (ARÁN; Zaidhaft; Murta, 2008). Somente em 2018 a OMS oficializou a retirada da classificação da transexualidade como transtorno mental da 11ª versão da CID, a qual só entrará em vigor no dia primeiro de janeiro de 2022 (CFP, 2019).

O final do século XIX e o início do século XX representaram o auge da linha filosófica denominada determinismo biológico (Gustavo Piovezan, 2010). Durante o período que compreende os anos 1920–1980, inúmeras pesquisas em biologia deixaram marcas na história da sociedade ocidental, reforçando ainda mais os estigmas criados pelo determinismo, pautados nas normativas heterossexuais ou

¹² Transgênero é um termo utilizado para descrever “pessoas cuja identidade transcende as definições convencionais de sexualidade” (REIS, 2018, p. 30). Pessoas travestis, transexuais e não binárias são consideradas transgênero, de acordo com a definição teórica.

heteronormativas (PIOVEZAN, 2010). A partir de 1990, as hipóteses teóricas sobre o caráter inato da orientação sexual começaram a ganhar força, levando ao aumento do número de pesquisas de cunho genético (NUNES; RAMOS, 2008).

2.2 REVISÃO SISTEMÁTICA

Neste eixo investigaremos a abordagem de questões de gênero e sexualidade no ensino superior, utilizando os procedimentos metodológicos que legitimam uma “revisão sistemática”. O objetivo dessa revisão é realizar um levantamento de estudos sobre sexualidade e gênero no ensino superior, desenvolvidos nos últimos 20 anos, tendo como foco as práticas de ensino e o aprofundamento conceitual de discentes e docentes universitários/as brasileiros/as frente à diversidade sexual e de gênero.

2.2.1 *Triagem de Artigos*

As buscas foram realizadas em seis bases de dados, são elas: Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); Biblioteca Digital ERIC (Education Resources Information Center); LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde); Biblioteca Eletrônica SCieLO (Scientific Electronic Library Online); SciVerse Scopus; e Plataforma Web of Science. A seleção destas bases de dados ocorreu em função delas indexarem estudos multidisciplinares, contemplando as áreas da educação e da saúde, e serem reconhecidas cientificamente.

A pesquisa foi realizada por meio do acesso ao sítio eletrônico das próprias bases, ou por intermédio da rede *CAFe*¹³ (Comunidade Acadêmica Federada), a partir dos seguintes descritores e operadores booleanos: “sexualidade OR minorias sexuais OR gênero OR diversidade sexual OR LGBT OR orientação sexual OR homofobia” AND “educação superior OR docente OR docência OR professor OR universidade OR faculdade OR graduação”. Esses operadores também foram

¹³ A rede *CAFe* pode ser acessada por meio do sítio eletrônico do Portal de Periódicos da CAPES. Esta rede permite o acesso remoto ao conteúdo assinado do Portal de Periódicos, disponível para qualquer instituição de ensino que tenha aderido à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Para acessar esse serviço, é necessário informar sua instituição de ensino, assim como o nome de usuário e a senha de acesso que foram cadastradas na biblioteca da instituição.

utilizados em inglês, sendo traduzidos como: “sexuality OR sexual minorities OR gender OR sexual diversity OR LGBT OR sexual orientation OR homophobia” AND “higher education OR faculty OR teaching OR professor OR undergraduate OR university OR college”. A definição dos descritores foi realizada por meio das plataformas Thesaurus ERIC e DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), observamos quais eram as palavras-chave que mais incidiram nas pesquisas.

De acordo com Sílvia Koller, Maria Couto e Jean Hohendorff (2014), a revisão pelos pares (*peer review*) garante maior confiabilidade das informações científicas, diminuindo os riscos de enviesamento dos dados. Portanto, todas as etapas da triagem de artigos foram realizadas com a contribuição do pesquisador Luddy Moraes, buscando o consenso entre os pares para a inclusão e exclusão de artigos de acordo com o foco de investigação.

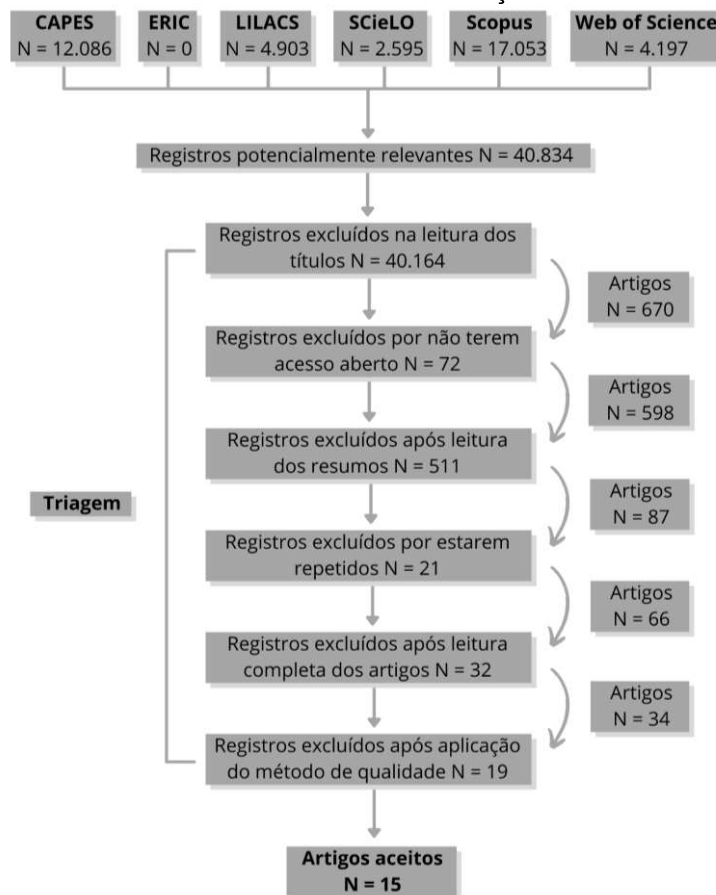
Utilizamos descritores e operadores booleanos tanto em português quanto em inglês, a fim de aumentar o número de artigos coletados, porém, estudos que não estavam disponíveis na língua portuguesa foram excluídos. Em pesquisa prévia, observamos que artigos em inglês ou espanhol, por exemplo, raramente tratavam sobre o ensino superior no Brasil ou, quando discorriam sobre o assunto, também podiam ser encontrados em português. Assim, escolhemos incluir apenas artigos em português para otimizar o processo de busca e leitura.

Incluímos apenas os artigos publicados entre janeiro de 2001 e julho de 2021, em função da qualidade desse tipo de publicação e o tempo disponível para a leitura e análise do material coletado. Excluímos livros, teses, dissertações ou outras publicações que não estavam disponíveis online gratuitamente. Outros critérios de exclusão estabelecidos foram: artigos que não investigassem docentes ou discentes do ensino superior brasileiro, estudos que não tratassem sobre a diversidade sexual ou de gênero, e estudos voltados apenas para a formação continuada.

Como consta na Figura 1, inicialmente localizamos 40.834 artigos, destes 40.164 registros foram excluídos por não apresentarem pelo menos dois operadores booleanos — um de cada conjunto de palavras-chave, por exemplo: gênero e universidade — em seu título. Em seguida, dos 670 artigos que restaram, excluímos 72 estudos por não apresentarem acesso aberto, 511 por se distanciarem do nosso foco de investigação e não atenderem aos critérios de inclusão estabelecidos, e 21 por serem duplicatas. Com isso, 66 artigos passaram para a etapa de leitura na íntegra, mas apenas 34 foram selecionados, satisfazendo o foco investigativo. Ao

final da triagem, 15 artigos foram selecionados pelo critério de qualidade Qualis A1 e A2.

FIGURA 1 - PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS



FONTE: Elaborado por Gabriel Godoy, Araci Asinelli-Luz e Maíra Valle (2021).

2.2.2 Apresentação dos Artigos Aceitos

Buscando mapear as informações coletadas, no Quadro 1 destacamos o título, autores/as, ano de publicação, participantes de pesquisa e objetivos de cada um dos 15 artigos aceitos. Destes, 12 são pesquisas investigativas, apresentando participantes de pesquisa, e 3 são pesquisas exploratórias, de observação direta, sistemática e não participante (Heraldo VIANNA, 2007 *apud* ANDRADE, 2011). Dos 12 artigos, 9 apresentam as perspectivas de estudantes da graduação, 1 de professores/as universitários/as, 1 de docentes e discentes da graduação e 1 de coordenadores/as de cursos do ensino superior.

No que tange a região do Brasil, 2 artigos investigaram IES do Norte, 4 do Sudeste, 3 do Sul, 2 não especificaram o local, 2 realizaram uma revisão de artigos

e 1 um mapeamento de dados de IES das cinco regiões brasileiras. Quanto aos cursos de graduação contemplados pelas pesquisas, 11 foram desenvolvidos somente com cursos de licenciatura, 2 somente com cursos de bacharelado e 2 com cursos de licenciatura e/ou bacharelado. Dentre os cursos de licenciatura, Pedagogia foi o que mais incidiu, aparecendo como população de estudo em 8 artigos, seguida do curso de Ciências Biológicas, que apareceu 3 vezes. Por fim, no que diz respeito ao ano de publicação, todos os artigos aceitos se encontram dentro do intervalo entre 2010 e 2021.

QUADRO 1 - ARTIGOS SELECIONADOS

Título	Autores/as	Ano	Participantes de Pesquisa	Objetivos
Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia	Leandro Souza; Nilson Dinis	2010	Formandos/as do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná	Discutir as concepções sobre gênero e sexualidade na formação em Ciências Biológicas.
Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia	Ana Costa; Paulo Ribeiro	2011	Alunas do quarto ano do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, que já atuam na educação escolar como professoras.	Investigar as concepções de relações de gênero de um grupo de alunas do curso de Pedagogia que já atuam na educação escolar como professoras.
Categorias multiculturais na pesquisa sobre formação docente: reflexões a partir da classe social, raça/etnia e gênero e sexualidade	Andre Mariano	2012	Não há. Realizou um levantamento de estudos sobre formação docente, com o recorte temporal de 2000 a 2006.	Compreender as relações existentes entre multiculturalismo e formação docente.
"Nossa! Eu Nunca Tinha Parado Para Pensar Nisso!" — Gênero, Sexualidades e Formação Docente	Anderson Ferrari; Roney Castro	2013	Estudantes do curso de Pedagogia de três Universidades públicas, federais e mineiras da zona da Mata e das Vertentes (Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal de São João del-Rei), matriculados/as na disciplina "Tópicos Especiais: Gênero, Sexualidade e Educação".	Questionar os seus pressupostos em diálogo com as construções, saberes e experiências das alunas e alunos que possibilitam ler, entender e interagir com os conteúdos. Contribuir para os debates em torno da formação docente relacionada às questões de gênero e sexualidades.

				Problematizar as práticas formativas e os processos pelos quais graduandas\os constroem, desconstroem e\ou reconstroem concepções de gênero e sexualidades.
Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente	Helena Altmann	2013	Não há. Pesquisou os arquivos de um jornal, combinando as palavras-chave “diversidade sexual” e “educação”.	Abordar a temática da diversidade sexual a partir das suas relações com a educação e suas implicações com a formação docente.
"... Ele Ficava Apavorado e Tampava Os Olhos": Provocações de um Filme Atravessando Formação Docente, Sexualidades e Religiosidades	Roney Castro	2016	Graduandas do curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Juiz de Fora, que cursaram a disciplina de “Tópicos Especiais: Gênero, Sexualidade e Educação”.	Conhecer e problematizar a relação que estudantes de Pedagogia estabeleceram com o enredo e as imagens do filme "Milk - a voz da igualdade".
Religião, formação docente e socialização de gênero	Adriane Knoblauch	2017	Estudantes que ingressaram em 2012 no curso de Pedagogia de uma instituição federal do sul do Brasil.	Apresentar os resultados da pesquisa que tratou da interface entre religião e formação docente, sobretudo, no que se refere às questões relativas à produção de gênero, orientação e identidade sexual.
A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as	Juliana Rizza; Paula Ribeiro; Maria Mota	2018	Não há. Realizaram um mapeamento das universidades federais nas cinco regiões brasileiras, credenciadas no site do Ministério da Educação.	Investigar algumas políticas de formação de professores/as; e analisar, a partir de algumas interlocuções com os elementos do dispositivo da sexualidade proposto por Foucault, os campos de saber nos quais a oferta de disciplinas que discutem a sexualidade em universidades federais aparece em relação com a escola.
Opção sexual ou orientação sexual? A compreensão de professores de um	Yalin Yared; Sônia Melo	2018	Docentes do curso de Medicina de uma universidade comunitária brasileira.	Investigar a compreensão de docentes de Medicina sobre a dimensão

curso de Medicina sobre sexualidade				humana da sexualidade para desvelar processos de educação sexual vividos numa proposta de currículo inovador.
Jornalismo e gênero: a emergência de uma disciplina e um relato de docência compartilhada	Daiane Bertasso; Fernanda Nascimento; Jessica Gustafson	2019	Estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.	Desacomodar, instigar, desconstruir determinadas maneiras tradicionais de pensar as relações de gênero historicamente constituídas socialmente.
"Formação Docente em Universidades Públicas do Nordeste: gênero como resistência democrática nos currículos"	Camila Roseno; Daniela Auad	2019	Coordenadores/as dos cursos: Geografia, Pedagogia, Letras Português/Espanhol, Ciências Biológicas, Matemática e História da Universidade de Pernambuco; Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia; e Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco.	Identificar a existência ou não de disciplinas obrigatórias e/ou eletivas sobre os estudos de gênero e sexualidade nos cursos de licenciatura das universidades públicas das cidades de Juazeiro - Bahia e Petrolina - Pernambuco.
A Formação de Futur@s Professor@s de Educação Física: reflexões sobre gênero e sexualidade	Camila Vasconcelos; Lilian Ferreira	2020	Graduandos/as que estavam no último ano do curso de licenciatura em Educação Física.	Identificar e analisar o modo como as temáticas gênero e sexualidade vêm sendo trabalhadas na formação inicial de futuros/as professores/as de Educação Física.
Formação docente crítica em torno das questões de raça, etnia, gênero e sexualidade à luz da concepção de educação libertadora de Paulo Freire	Juliana Torres; Lourdes Carril	2021	Graduandos/as de licenciatura em Biologia, Geografia e Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos, em parceria com uma escola pública estadual e com o Quilombo Cafundó - São Paulo.	Identificar e explicitar situações-limite e atos-limite a partir de processos formativos freireanos desenvolvidos com licenciandas/os na relação universidade - instituição parceira.
Formação docente e as relações de gênero e sexualidade no curso de Pedagogia	Nilson Cirqueira; José Santana; Reginaldo Pereira	2021	Docentes e discentes do curso de Pedagogia, campus de Itapetinga - Bahia.	Problematizar os discursos sobre gênero e docência a partir dos enunciados dos/as discentes e docentes do referido curso.
Gênero na Formação em Pedagogia: concepções de	Matheus Silva; Tânia Brabo; Alessandra Morais	2021	Estudantes matriculados/as nos anos inicial e final do curso de Pedagogia de uma universidade pública	Apresentar as concepções de graduandas/os em Pedagogia sobre o

futuras(os) docentes a partir de cinco conceitos			Paulista.	conceito de gênero, relacionando-os com a produção da literatura de gênero feminista.
--------------------------------------------------------	--	--	-----------	------------------------------------------------------------------------------------------------

FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

Conforme destacado no Quadro 1, 6 artigos possuem o objetivo de apresentar as concepções de docentes e discentes do ensino superior sobre as questões de gênero e sexualidade, 6 buscam analisar as implicações envolvidas na abordagem desses temas na formação docente, e 3 buscam problematizar discursos e práticas educativas de docentes/discentes de IES. No tocante à abordagem das pesquisas, identificamos que todas são qualitativas e apenas duas delas foram articuladas com uma dimensão quantitativa. Diante disso, os procedimentos metodológicos envolvem: pesquisas bibliográficas, análises de discurso, análises documentais (da legislação e de documentos da instituição-alvo), entrevistas semiestruturadas, e observação participante ou não participante, realizada com base em relatórios ou diários de bordo.

O referencial teórico dos artigos aceitos se baseia em teorias pós-críticas, autoras feministas e bibliografias base da área de sexualidade e gênero, dentre elas estão Michel Foucault, Joan Scott, Judith Butler, Guacira Lopes Louro e Donna Haraway. Por meio desses/as teóricos/as, os/as autores dos artigos trabalharam os conceitos de gênero, sexualidade, binarismo, padrões de gênero, relações de poder, violência contra a mulher, violência homofóbica e aspectos históricos do tema na área da educação. Outros temas importantes abordados no referencial teórico dos artigos aceitos foram: kit anti-homofobia, relação entre a produção do conhecimento e os movimentos sociais, demandas depositadas na educação e na formação docente em relação à abordagem dos temas sexualidade e gênero em sala de aula, masculinização ou feminilização de determinadas profissões, construção de identidades, discriminação interseccional, entre outros.

2.2.3 Principais Achados

Seguindo a ordem cronológica de publicação dos artigos, neste sub-eixo descrevemos os principais resultados obtidos em cada uma das quinze pesquisas. O primeiro artigo, publicado por Souza e Dinis em 2010, evidenciou que os/as

formandos/as do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) demonstraram um posicionamento politicamente correto frente a diversidade sexual, o que, segundo os autores, parece confirmar que os/as entrevistados/as sentem receio em declarar seu preconceito, ao mesmo tempo que não justificam a postura que acreditam ter quanto ao relacionamento com pessoas de diferentes orientações sexuais. Apesar de ainda existir a ideia de que a heterossexualidade seja uma condição natural, um percentual de 60% dos/as entrevistados/as acreditavam que a homossexualidade é uma construção biológica e cultural. Vale destacar, também, que a pesquisa demonstrou que os/as participantes, no geral, rejeitaram o determinismo biológico, mantendo-se uma perspectiva sustentada nos dualismos corpo/cultura e heterossexualidade/homossexualidade. (SOUZA; DINIS, 2010).

A pesquisa de Costa e Ribeiro (2011), evidenciou que as alunas do quarto ano do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Paulista, consideram que ser mulher ultrapassa os limites estipulados pela feminilidade, entretanto, o conceito de gênero está impregnado pela religiosidade. Os discursos das participantes levaram as/os autoras/es a observar como as relações de gênero e sexualidade ainda encontram respaldo nas diferenças biológicas, fazendo com que essas mulheres admitissem características inatas ao sujeito masculino e ao sujeito feminino. Portanto, o conceito de gênero, para as estudantes, assume um caráter binário e heterossexual, resumindo-se como única possibilidade de viver os desejos e as práticas sexuais. (COSTA; RIBEIRO, 2011).

Os estudos analisados por Mariano (2012), referentes aos anos 2000–2006, revelam que a perspectiva multicultural ainda tem uma presença frágil na formação docente, havendo poucos estudos sobre gênero, por exemplo. O Rio de Janeiro foi o estado que mais fez publicações sobre o multiculturalismo, representando 40% do total. A maioria dos trabalhos são sobre formação continuada e tendem a centralizar suas análises a partir do curso de Pedagogia. Quase todos os textos analisados pelo autor operam através de uma lógica binária, abordando a "diferença" como referência a um "problema", ou seja, a diferença é entendida como um desvio. Além disso, os estudos sobre o multiculturalismo que foram localizados salientam o longo caminho que a formação docente ainda precisa percorrer, com vistas à inserção das questões multiculturais de maneira menos ingênua. (MARIANO, 2012).

Ferrari e Castro (2013) trazem, em sua pesquisa, questões interessantes levantadas a partir do diálogo com os/as graduandos/as matriculados/as na disciplina "Tópicos Especiais: Gênero, Sexualidade e Educação", como o preparo docente para lidar com questões de gênero e sexualidade em sala de aula, evidenciando a tendência de não falar sobre o assunto para "preservar" as crianças. A disciplina em questão propôs que os/as estudantes questionassem e repensassem as formas de agir frente e leitura dos corpos, desejos, gêneros e sexualidades, trazendo à tona temas como masturbação, masculinidades, feminilidades, papéis de gênero, heteronormatividade e a marginalização de identidades não hegemônicas. Os pesquisadores perceberam também a falta de autoanálise e autoreflexão dos/as graduandos/as, apesar de mostrarem preocupação para tratar o tema com seus/suas estudantes e exibirem interesse em obter conhecimentos que "libertem da ignorância". (FERRARI; CASTRO, 2013).

De acordo com Altmann (2013), apesar da escola ser um local privilegiado de combate à homofobia, nem sempre essas ações são aceitas socialmente, sendo entendidas como uma forma de "incentivar a homossexualidade", ou outras orientações sexuais e identidades de gênero. A autora constatou que as práticas educativas sobre sexualidade, quando concebidas de uma perspectiva biológica, tendem a não contemplar a diversidade sexual e as relações sexuais acabam adequando-se a uma lógica reprodutora. Outro fator observado foi que a sexualidade é abordada mais frequentemente em escolas do que em universidades, pois a autonomia dos/as docentes de IES acaba facilitando a ausência da abordagem do tema nesse ambiente. Desta maneira, muitos/as professores/as e formandos/as nunca têm contato com a temática. (ALTMANN, 2013).

Em continuidade à pesquisa de Ferrari e Castro (2013), Castro (2016b) observou as perspectivas das estudantes de Pedagogia que cursaram a disciplina de "Tópicos Especiais: Gênero, Sexualidade e Educação", por meio de seus diários de bordo. A disciplina se mostrou inquietante para muitas/os estudantes e as suas reflexões reverberaram mesmo após o seu término. A utilização do filme "Milk - a voz da igualdade" como proposta didática possibilitou uma maior sinceridade de opiniões e sentimentos das estudantes em seus diários de bordo, sobressaindo temas como religiosidade, masculinidade, normativas sexuais e relações de poder. O autor destaca que ainda há muito preconceito dentro do ambiente universitário,

uma vez que muitas estudantes relataram, por si mesmas e/ou de suas famílias ou companheiros, desconforto e aversão ao filme proposto. (CASTRO, 2016b).

O trabalho de Knoblauch (2017) compreendeu os/as estudantes que ingressaram em 2012 no curso de Pedagogia de uma instituição federal do sul do Brasil. A autora realçou a importância da trajetória, anterior ao curso, dos/as graduandos/as, assim como a influência de suas relações familiares e de amizade para a elaboração de uma concepção sobre gênero e sexualidade. Ademais, é reforçado que a religião acaba definindo o que pode ser incorporado ou barrado da aprendizagem, naturalizando as diferenças de gênero. (KNOBLAUCH, 2017).

No mapeamento de Rizza, Ribeiro e Mota (2018), foram encontradas 60 universidades federais credenciadas no site do Ministério da Educação, mas os/as autores/as só conseguiram acesso de 44 universidades. Destas, 38 (86%) oferecem disciplinas relacionadas à temática de gênero e sexualidade, e 6 (14%) não oferecem. Os/as pesquisadores/as constataram o seguinte panorama: na região Norte, apenas 1 disciplina; na região Nordeste, 36 disciplinas; na região Centro-Oeste, 31 disciplinas; na região Sudeste, 30 disciplinas e na região Sul, 39 disciplinas (RIZZA; RIBEIRO; MOTA, 2018, p. 12). Do total de 137 disciplinas ofertadas, 117 eram optativas e 20 obrigatórias. Além disso, das 137 disciplinas, 82 falavam em gênero, 34 em sexualidade, 26 em diversidade, 8 em educação sexual e somente 2 em orientação sexual. A oferta destas disciplinas se distribuiu entre 27 cursos de licenciatura e 55 de bacharelado. É notório, ainda, que os cursos com o maior número de disciplinas ofertadas foram: Pedagogia (58) e Ciências Sociais (41). (RIZZA; RIBEIRO; MOTA, 2018).

Os resultados encontrados por Rizza, Ribeiro e Mota (2018) mobilizam algumas reflexões acerca dos tensionamentos existentes entre o currículo e as pedagogias da sexualidade. Os/as autores/as perceberam que políticas educacionais brasileiras têm impulsionado o debate sobre a diversidade e o respeito às diferenças. Por conseguinte, a sexualidade já não é mais abordada apenas por um viés determinista e higienista nas universidades federais brasileiras.

A pesquisa de Yared e Melo (2018) retrata as vivências dos/as docentes de Medicina de uma universidade comunitária brasileira, que são influenciadas concomitantemente por dois paradigmas:

[...] o velho olhar, que representa uma formação tradicional, cartesiana, tecnicista, fundamentado pelo paradigma da medicina científica em interface com a vertente médico-biológica; e o novo olhar, que representa uma educação problematizadora, centrada no estudante, que almeja a formação de profissionais médicos críticos, humanos, cidadãos e autônomos [...] (YARED; MELO, 2018, p. 192).

Yared e Melo (2018) mostram que a reprodução frequente de termos como “opção sexual” é acrítica e inconsciente com o respeito à diversidade, denunciando a urgência da formação continuada e permanente desses/as docentes. Neste contexto, problematizar a sexualidade humana por um viés emancipatório se faz necessário para uma mudança de paradigma, buscando a compreensão das vivências não heterossexuais como um aspecto saudável e de direito humanitário.

Com o relato de experiência dos/as estudantes do curso de Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina, sobre a criação da disciplina de Jornalismo e Gênero e do Coletivo Jornalismo sem Machismo, Bertasso, Nascimento e Gustafson (2019) puderam inferir os principais pontos positivos das pedagogias de gênero na universidade. Durante o desenvolvimento da disciplina, os/as professores/as (colegas das autoras) relataram as mudanças nos interesses dos/as estudantes, principalmente na escolha do tema para o Trabalho Final de Conclusão de Curso (TCC), e as transformações ocorridas no curso, iniciadas pelo protagonismo das/os próprias/os estudantes. Dentre elas está a alteração no modo de aprendizado em sala de aula, no que se refere ao relacionamento entre professores/as e alunos/as. (BERTASSO; NASCIMENTO; GUSTAFSON, 2019).

O trabalho de Roseno e Auad (2019) investigou a existência de disciplinas específicas voltadas aos estudos de gênero e/ou sexualidade nos cursos de licenciatura, das universidades públicas das cidades de Juazeiro e Petrolina. Os/as autores/as atestaram que essas disciplinas se encontram à margem do currículo dos cursos pesquisados, mesmo com legislações e diretrizes que determinam a garantia de conteúdos específicos na área. Em 7 dos 9 cursos de licenciatura, não houve nenhuma menção sobre as categorias "gênero" ou "sexualidade" no currículo. Quando elas se fizeram presentes, é destacado que a abordagem dos conceitos de gênero e sexualidade só ocorre devido a professores/as que se movimentam para criar tais disciplinas, ofertadas como optativas. (ROSENO; AUAD, 2019).

Para Vasconcelos e Ferreira (2020), a educação básica tende a incentivar o individualismo, a competitividade, a falta de solidariedade, a ideia de igualdade de

oportunidades, a desigualdade “natural” dos resultados e a função das capacidades e dos esforços individuais dos/as estudantes. Com a aplicação de um questionário semiestruturado para formandos/as no curso de licenciatura em Educação Física, constataram a insuficiência do debate em torno do gênero e da sexualidade no curso. Do mesmo modo que houve graduandos/as reconhecendo o valor do entendimento dos temas, apareceram outros/as que confundiam os conceitos de sexo com gênero, definiam gênero e orientação sexual como elementos biológicos, tratavam a orientação sexual como sinônimo de opção sexual, e demonstravam a impossibilidade de compreender como construir diálogos em sala de aula sobre os temas. Os resultados obtidos pelos/as pesquisadores/as evidenciam que os/as entrevistados/as tinham carência de debates em torno das temáticas de gênero e sexualidade, tanto na graduação quanto na educação básica. (VASCONCELOS; FERREIRA, 2020).

Segundo Torres e Carril, no contexto de um país ocidentalizado, cujo ideal é “branco e de tradição patriarcal, a teoria como prática libertadora implica abandonar o ensino e a transmissão de conhecimentos de forma bancária” (2021, p. 19). As autoras destacam a necessidade de reconhecer as experiências de vida dos/as estudantes, para que seja possível criar métodos que permitam reconhecer a prática libertadora, de Paulo Freire, no conhecimento que está sendo construído em sala de aula. Portanto, a compreensão dos temas de gênero e sexualidade favorece uma educação transformadora, propiciando o desenvolvimento do pensamento crítico e facilitando a visualização das situações-limite, que são produzidas na vida social, como obstáculos à desalienação a serem superados. (TORRES; CARRIL, 2021).

Os/as docentes e discentes que participaram da pesquisa de Cirqueira, Santana e Pereira (2021) elucidaram que, no curso de Pedagogia, existe apenas uma disciplina que trabalha os conceitos de gênero e sexualidade, mas ela por si só não abarca todo o conteúdo existente sobre o assunto. As discussões sobre sexualidade e gênero acabam ficando em segundo plano, já que dependem dos interesses individuais dos/as docentes e discentes em incluí-las nas disciplinas. Os pesquisadores reconheceram que a universidade tem sido demandada a se posicionar e assumir sua responsabilidade a respeito dessas discussões, após a onda de pânico moral que se alastrou por todo o país durante o governo Bolsonaro. Caso isso não aconteça, as instituições corroborarão com a prática de preconceitos. (CIRQUEIRA; SANTANA; PEREIRA, 2021).

O estudo de Silva, Brabo e Morais (2021) evidenciou que a formação de licenciandos/as em Pedagogia, sobre gênero e sexualidade, está abaixo do esperado. A maior parte dos/as graduando/as não detêm uma formação sobre gênero fundamentada no conhecimento científico, proveniente da literatura base de sexualidade e gênero e de teóricas feministas. Os/as estudantes possuem uma concepção biológica de gênero, negando qualquer outra variável, inclusive a da construção social. Para concluir, as/os autoras/es consideram preocupante o fato de a sua pesquisa, com o objetivo de investigar as concepções de discentes de Pedagogia de uma universidade pública paulista, ser o primeiro em mais de 60 anos de vigência do curso, todavia, não especificam qual universidade é essa. (SILVA; BRABO; MORAIS, 2021).

2.3 CONHECIMENTOS EM ANATOMIA E FISIOLOGIA

Com o intuito de verificar como o conhecimento de sexo, sexualidade e gênero tem sido construído, buscamos nas ementas das disciplinas de Anatomia e Fisiologia, dos cursos de Ciências Biológicas e da Saúde, da Universidade Federal do Paraná, pelas principais bibliografias básicas utilizadas. Percebemos que os/as autores/as que mais incidiram nessas disciplinas, e que estão disponíveis gratuitamente no site *Minha Biblioteca* da UFPR, foram: Keith Moore, Arthur Dalley e Anne Agur (2018); Richard Drake, Wayne Vogl e Adam Mitchell (2013), e Frank Netter (2018) sobre anatomia humana; Bruce Koeppen e Bruce Stanton (2018), John Hall e Michael Hall (2021), e Margarida Aires (2018) sobre fisiologia humana. É notório que esses materiais tratam principalmente do conteúdo de sistema reprodutor/genital masculino e feminino. A partir disso, neste eixo abordaremos brevemente sobre alguns conceitos que fogem da lógica binária e cisheteronormativa, e incluem a diversidade de sexos, orientações sexuais e gêneros.

2.3.1 *Mais de Dois Sexos*

Para Anne Fausto-Sterling, a formação da identidade de gênero é marcada pela estrutura familiar, pelo ambiente e os símbolos nele dispostos, e pela relação entre mãe e bebê. Isso pode ser observado antes mesmo da criança nascer, com as

escolhas que os/as pais/mães fazem, por exemplo, as cores azul ou rosa nas paredes do quarto, nos móveis e nas roupas. Esses marcadores sociais permitem que as crianças, antes de um ano de idade, assimilem os papéis de gênero que as cercam e, a partir do terceiro ano de vida, a especificação cultural de gênero fica ainda mais evidente, permitindo o ‘desabrochar’ de sua identidade de gênero. (ANDRADE, 2014).

Em “Os Cinco Sexos: porque macho e fêmea não são o bastante”, Fausto-Sterling (2009) propõe a existência de, pelo menos, cinco sexos, fugindo do binarismo masculino/feminino. A autora considera que a “cultura ocidental é profundamente comprometida com a ideia da existência de apenas dois sexos” (FAUSTO-STERLING, 2009, p. 1), estabelecendo normativas de linguagem, de comportamento ou até mesmo estatais para recusar outras possibilidades sexuais. Portanto, os sistemas genitais masculino e feminino, para além de suas funções reprodutivas e hormonais, carregam marcadores sociais profundos, criados antes mesmo da lógica ocidental de dois sexos.

No livro “Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar”, Saulo Ciasca, Andrea Hercowitz e Ademir Junior (2021) utilizam o termo “endossexo” para se referirem às pessoas que não são intersexo, ou seja, que nasceram com sistema genital, gônadas, cromossomos e hormônios que se encaixam na definição normativa de masculino e feminino. Esse termo foi criado em 2018 pela militância intersexual, considerando o sexo também como marcador social e importante no debate sobre a hierarquização das diferenças (Guilherme VICENTE, 2020). A utilização desse termo evidencia, principalmente, a existência de mais de dois sexos, conferindo normalidade a outras possibilidades de combinações cromossômicas, fisiológicas e/ou anatômicas.

Biologicamente falando, existem muitos graus entre o masculino e o feminino. Os três maiores subgrupos do espectro intersexo, que ganham destaque na obra de Fausto-Sterling (2009), são: hermafroditas¹⁴ verdadeiras/os (possuem gônadas ambíguas — um testículo e um ovário), pseudo-hermafroditas masculinas/os (têm testículos e alguns aspectos da genitália feminina, mas não ovários) e pseudo-hermafroditas femininas/os (têm ovários e alguns aspectos da

¹⁴ Atualmente o termo “hermafrodita” é considerado pejorativo pela comunidade intersexo, devido a todos os estigmas que a palavra carrega, com conotação de “anormalidade” e “monstruosidade” (Paula MACHADO, 2005).

genitália masculina, mas não testículos). Quando esses corpos são apresentados em livros didáticos, geralmente é por meio de um viés clínico, como podemos ver no livro de Koeppen e Stanton (2018) por meio do termo “genitália ambígua”:

A gametogênese normal nas gônadas e o desenvolvimento e a fisiologia do trato reprodutor são absolutamente dependentes da função endócrina das gônadas. As ramificações clínicas desta dependência hormonal incluem infertilidade em face da baixa produção de hormônios sexuais, genitália ambígua pela expressão desregulada de hormônios ou de receptores [...]. (KOEPPEN; STANTON, 2018, p. 787).

Fausto-Sterling (2009) destaca em sua obra que a origem embriológica de pessoas intersexo se encaixa naquilo que é conhecido sobre desenvolvimento sexual masculino e feminino. Todos os embriões de mamíferos possuem estruturas que podem se tornar um sistema genital composto por útero, ovários, vulva etc., ou por escroto, testículos, pênis etc. As gônadas embrionárias costumam se diferenciar em ovários ou testículos, mas em hermafroditas verdadeiras/os há o desenvolvimento de um ovário e um testículo. Tipicamente, apenas um dos dois conjuntos de órgãos se desenvolve, dando origem a um corpo do endossexo feminino ou do endossexo masculino, mas em pessoas intersexo ambos se desenvolvem em diferentes graus. Assim, a existência de pessoas intersexo não é novidade para a comunidade médica, conforme vimos no subcapítulo “Intersexos” deste trabalho, porém esse conhecimento acaba sendo omitido do senso comum. (FAUSTO-STERLING, 2009).

2.3.2 Sexo e Gênero

Outro fator importante a ser considerado ao trabalhar sobre endossexos masculino e feminino é que sexo não é sinônimo de gênero, logo, a espermatogênese e a ação de penetrar não é exclusiva apenas de homens, e a gestação e a lactação não são exclusivas de mulheres, como trabalhado no livro de Hall e Hall (2021). A reprodução é um aspecto importante para todas as espécies, mas entre seres humanos não existe apenas a possibilidade de casais héteros, cisgêneros e endossexos procriarem. Existe a possibilidade de pessoas com vulva e útero — homens trans, mulheres cis, não binárias e intersexuais — engravidarem de pessoas com pênis e testículos — mulheres trans, homens cis, não binárias e

intersexuais. Portanto, a neutralidade de gênero em discursos biológicos, por meio da utilização da linguagem neutra ou de termos neutros da língua portuguesa culta, como por exemplo ‘pessoa’, permite o distanciamento entre os conceitos de sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero, e a definição dos corpos sem invisibilizar pessoas intersexo e transgêneros (transexuais, travestis e não binárias), que também fazem parte da diversidade humana.

As camisinhas “femininas” e “masculinas” também podem ser consideradas como dispositivos de manutenção da cisheteronormatividade e de controle das sexualidades. Elas reiteram que vagina é sinônimo de feminilidade e pênis de masculinidade. Para tanto, da mesma maneira que Vicente (2020) defende em seu trabalho, consideramos os termos ‘camisinha interna’ e ‘camisinha externa’ mais apropriados para nos referir à essas tecnologias de prevenção que podem ser utilizadas, respectivamente, na vagina e no pênis, ou ainda no ânus e no dedo, a depender da conformação sexual entre os indivíduos. De acordo com Bourdieu (2019):

[...] o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica, e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, ordenam a percepção das divisões objetivas. (BOURDIEU, 2019, p. 26–27).

Desta forma, os significados dados aos símbolos e indivíduos que constroem as diferenças entre os sexos, não o contrário. Existem diferenças cromossômicas, anatômicas e fisiológicas entre os sexos que possibilitam determinadas ações, como a gestação por pessoas do endossexo feminino, ou potencializam outras, por exemplo o desenvolvimento de músculos em pessoas do endossexo masculino, mas não há uma definição intrínseca do que é masculino ou feminino, tal qual os papéis sociais que cada gênero desempenha em diferentes sociedades e culturas.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A partir das perspectivas histórico-sociais sobre a diversidade sexual e de gênero, atravessadas pelas áreas de Anatomia e Fisiologia, explicaremos ao longo deste capítulo os procedimentos metodológicos elaborados para o desenvolvimento do referido trabalho de pesquisa. Separamos as informações nos seguintes eixos: Tipo de Pesquisa, Participantes de Pesquisa, Procedimentos Éticos de Pesquisa, Instrumento Utilizado, Procedimentos de Coleta de Dados, e Análise dos Dados.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa tem enfoque no modelo misto, havendo a integração de perspectivas quantitativas e qualitativas. Dessa forma, utilizamos um questionário de entrevista para o levantamento de dados quantitativos, que tem como objetivo fornecer uma descrição numérica de tendências, atitudes ou opiniões de uma certa população por meio de uma amostra da mesma (John CRESWELL, 2007), estabelecendo padrões de comportamento através da medição numérica e análise estatística (Roberto SAMPIERI; Carlos COLLADO; Maria LUCIO, 2013). Perspectivas qualitativas também foram utilizadas na análise dos dados, auxiliando o aprofundamento e melhoria da interpretação dos resultados (Rosana CÂMARA, 2013).

3.2 PARTICIPANTES DE PESQUISA

Compreendemos como participantes de pesquisa os/as docentes de instituições de ensino superior, públicas ou privadas, que lecionam em disciplinas de Anatomia e/ou Fisiologia para os cursos das áreas de Ciências Biológicas ou da Saúde. Tais docentes devem residir e lecionar no Brasil, ofertando pelo menos uma das disciplinas mencionadas e desempenhando suas atividades de forma ativa na instituição.

3.3 PROCEDIMENTOS ÉTICOS DE PESQUISA

Este projeto foi devidamente apresentado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do CHC/UFPR¹⁵ (Complexo do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná), sob o número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 13312019.4.0000.0102, e parecer número 5.098.979. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos tem como objetivo proteger os/as participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos, considerando o progresso da ciência e da tecnologia (BRASIL, 2012).

3.4 INSTRUMENTO UTILIZADO

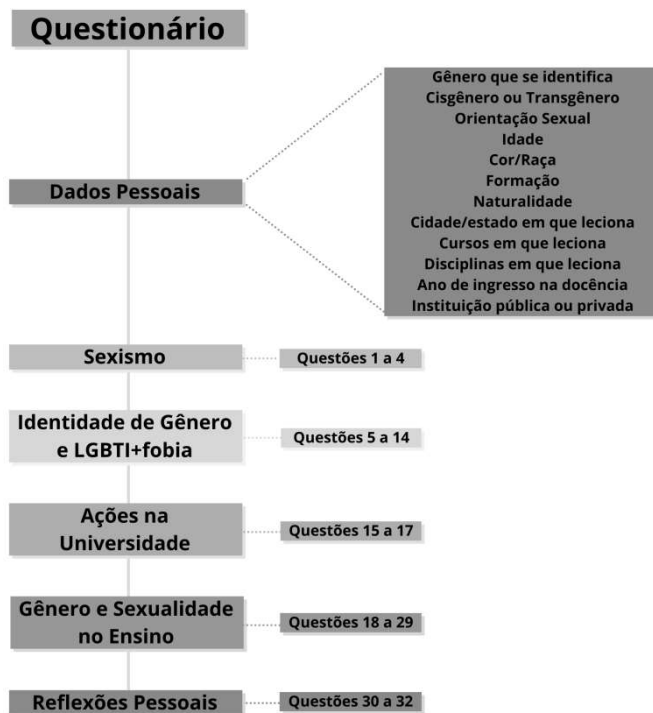
As informações sobre os/as participantes de pesquisa foram obtidas por meio de um questionário *online* (Apêndice 1), aplicado através do serviço *Google Forms*. Originalmente de Fernanda Moreira e Maria Budel (2019), o questionário foi revisto e adequado para a presente pesquisa, contendo 12 questões de identificação, que não incluem o nome real do/a entrevistado/a e sim outros dados que não comprometem o anonimato, mais 32 questões específicas sobre a temática de gênero, sexualidade, sexismo e LGBTIfobia no ensino superior. Dentre as questões específicas, 20 estão estruturadas em escala intervalar de *Likert* (Bruno DAMÁSIO, 2012), compostas por cinco alternativas variando de “concordo totalmente” até “discordo totalmente”, 9 questões apresentam caráter objetivo e 3 são semiestruturadas. Ao final do questionário, foi disponibilizado um espaço para comentários, sendo este facultativo.

As questões do instrumento de pesquisa de Moreira e Budel (2019) foram construídas e organizadas por temáticas, tais como: dados pessoais, heteronormatividade, sexualidade, identidade de gênero e LGBTQIA+fobia, ações na universidade, e reflexões pessoais. Porém, apesar de o questionário adequado seguir a mesma sequência de perguntas, houve uma separação categórica diferente, motivada pela similaridade entre os temas das perguntas e tendo em vista os objetivos estabelecidos para este trabalho. Desse modo, como pode ser observado na Figura 2, a divisão do questionário abrange as seguintes temáticas:

¹⁵ O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, responsável por avaliar de maneira ética e metodológica os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil (BRASIL, 2012).

Dados Pessoais (1), Sexismo (2), Identidade de Gênero e LGBTI+fobia (3), Ações na Universidade (4), Gênero e Sexualidade no Ensino (5), Reflexões Pessoais (6).

FIGURA 2 - DIVISÃO DO QUESTIONÁRIO POR TEMÁTICA



FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

3.5.1 Localização de Possíveis Participantes de Pesquisa

Em pesquisa prévia, percebemos que as disciplinas de Anatomia e Fisiologia geralmente são mais encontradas no currículo dos cursos de Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição e Odontologia. Além disso, esses cursos apresentaram grande incidência na maior parte das diferentes instituições de ensino superior encontradas nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil. Desse modo, outros cursos da área da Saúde, como por exemplo Psicologia e Fonoaudiologia, não foram considerados durante a localização dos contatos de possíveis participantes de pesquisa, visando a padronização dos dados.

O levantamento de contatos, realizado entre os meses de março e julho, consistiu na busca pela lista de docentes dos cursos pré-estabelecidos, das áreas de

biológicas e da saúde, no site oficial de cada instituição e na coleta de seus *e-mails* para contato. Em casos de dúvida, utilizamos a plataforma *Currículo Lattes* para conferir o departamento e as disciplinas em que cada docente leciona. Na ausência do *e-mail* dos/as docentes, optamos por coletar o contato das coordenações de curso ou ainda da própria instituição. Para instituições federais, na ausência de informações, realizamos uma pesquisa secundária no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Os *e-mails* coletados foram armazenados em uma planilha na nuvem, através do serviço *Google Sheets*, de acesso exclusivo do pesquisador e da sua orientadora. Na Tabela 1 é possível observar o número de contatos de docentes, coordenações e secretarias coletados de cada região, totalizando cerca de 2700 *e-mails*.

TABELA 1 - NÚMERO DE CONTATOS POR REGIÃO

Região	Docentes	Coordenações	Secretarias	Total
Norte	220	127	49	396
Nordeste	362	309	75	746
Centro-Oeste	151	86	15	252
Sudeste	327	457	48	832
Sul	55	411	8	474

FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

3.5.2 Envio dos Convites e Participação

O questionário foi antecedido por um convite, enviado individualmente ou por lista oculta, respeitando o direito de não identificação dos/as convidados/as ou visualização de seus dados de contato por terceiros. Nesse convite, explicamos sobre os objetivos e encaminhamentos da pesquisa, qual o teor do conteúdo do questionário, assim como de seu anonimato, não havendo necessidade de informações distintivas como, por exemplo, nome ou documentos pessoais, e sobre a não obrigatoriedade de responder todas as perguntas.

As/os participantes também foram informadas/os sobre a impossibilidade de exclusão dos dados da pesquisa após o envio do questionário respondido, caso desistam posteriormente do consentimento de utilização de seus dados, devido à incapacidade de identificação do questionário de cada participante. Todavia, caso optassem por desistir de participar da pesquisa durante o preenchimento do

formulário, poderiam fazê-lo sem o menor problema, visto que os dados são registrados apenas após o envio das respostas.

Após as explicações, destacamos que o TCLE (Apêndice 2) poderia ser encontrado no mesmo link do questionário, na primeira sessão do formulário, sendo necessário o consentimento do/a participante para que pudesse acessar o formulário de pesquisa. No caso de não haver consentimento, o formulário foi programado para direcionar a página na *web* diretamente para os agradecimentos à participação, não sendo possível visualizar as perguntas do instrumento de pesquisa.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

A ferramenta de pesquisa foi aplicada para mais de 100 professores/as de cada região do território brasileiro (Tabela 1), enquadrando-se em uma pesquisa do tipo *Survey* (Henrique FREITAS *et al.*, 2000; Joseph HAIR *et al.*, 2009). Com o número estimado da amostra, pretendemos tornar os resultados da pesquisa confiáveis. Freitas e colaboradores/as (2000) ressaltam que a chance de conseguir respostas que se aproximam da realidade da população estudada aumentam consideravelmente com 100 observações. Outrossim, Jean Perrien, Emmanuel Chéron e Michele Zins (1984) argumentam que a precisão e probabilidade de resultados confiáveis aumentam de acordo com a expansão do número de observações, estimulando a obtenção de mais respostas do que o mínimo necessário para a validação dos dados.

As respostas obtidas com os questionários foram lidas e analisadas estatisticamente pelos/as pesquisadores/as. Para isso, inferimos um valor numérico para as respostas em escala *Likert*, transformando “Concordo Totalmente”, “Concordo”, “Indiferente/Neutro”, “Discordo” e “Discordo Totalmente” em valores de 1 a 5, sendo 5 o valor máximo designado para as respostas mais progressistas e 1 o valor mínimo para as respostas menos progressistas. Os critérios para a definição de qual resposta seria mais progressista — se “Concordo Totalmente” ou “Discordo Totalmente” — variaram de acordo com o enunciado da questão.

Organizamos as pontuações em categorias, de acordo com os dados demográficos dos/as participantes, sendo elas: gênero, orientação sexual, região do Brasil e idade. Como podemos observar na Figura 3, trabalhamos com dois tipos de pontuações, a pontuação da temática e a pontuação total. A pontuação da temática

consistiu na soma dos pontos obtidos em cada questão dentro de uma mesma temática, variando as pontuações máximas — Sexismo = 20 pontos; Identidade de Gênero e LGBTI+fobia = 45 pontos; Ações na Universidade = 20 pontos; e Reflexões Pessoais = 15 pontos. A pontuação total dos/as participantes, por sua vez, foi calculada pela soma das pontuações nas quatro temáticas, possibilitando a máxima de 100 pontos e a mínima de 20. Vale ressaltar que apenas a temática “Gênero e Sexualidade no Ensino” não foi analisada por pontos, mas sim por porcentagem de concordância, visto que esse bloco é composto por 9 questões objetivas e 3 semiestruturadas.

FIGURA 3 - FLUXOGRAMA DAS PONTUAÇÕES DE QUESTÕES EM ESCALA LIKERT



FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

Realizamos as análises estatísticas de todas as temáticas por meio do software *GraphPad Prism 9.2.0*. Para averiguar se os dados obtidos estavam dentro da normalidade, aplicamos o teste Shapiro-Wilk (Samuel SHAPIRO; Martin WILK, 1965), observando que todas as temáticas apresentaram grau de normalidade, ou valor de p , abaixo de 0,05 (valores significativos), considerados fora da normalidade, aplicamos testes não paramétricos e a partir das medianas. Em seguida, utilizamos o teste t , do tipo Mann-Whitney (Henry MANN; Donald WHITNEY, 1947), para analisar as categorias com dois conjuntos de dados (ex.: gênero — feminino e masculino), o teste ANOVA, do tipo Kruskal-Wallis (William KRUSKAL; Wilson WALLIS, 1952), e o teste de Comparações Multivariadas (Olive DUNN, 1964) para as categorias com três ou mais conjuntos de dados (ex.: regiões do Brasil — Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul).

4 RESULTADOS

4.1 DADOS DEMOGRÁFICOS

Com a aplicação do questionário obtivemos 177 respostas de docentes de Anatomia e/ou Fisiologia em IES no Brasil, sendo 28 (15,82%) da região Norte, 37 (20,90%) do Nordeste, 19 (10,74%) do Centro-Oeste, 54 (30,51%) do Sudeste e 39 (22,03%) do Sul (Figura 4). A distribuição de participantes nas cinco regiões brasileiras de alguma forma é reflexo do número de IES em cada região. Foram encontradas, aproximadamente, 74 IES que ofertam cursos das áreas de biológicas e da saúde no Norte, 161 no Nordeste, 45 no Centro-Oeste, 185 no Sudeste, e 80 no Sul. Portanto, ainda que de maneira desigual, conseguimos cobrir todas as regiões do país como era o objetivo inicial.

FIGURA 4 - DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR REGIÃO BRASILEIRA



FONTE: Adaptado de Imagepng.org (2017).

NOTA: Cada ponto vermelho representa um/a docente de Anatomia e/ou Fisiologia de IES brasileiras.

Os dados demográficos dos/as participantes de pesquisa foram adquiridos através da seção “Dados Pessoais”, que possibilitou a caracterização dos/as participantes de pesquisa de acordo com sua orientação sexual, gênero, declaração de cor/etnia, idade, tempo de docência e região do Brasil em que leciona. Na Tabela 2, é possível observar que o perfil dos/as participantes de pesquisa é predominantemente: feminino (54,24%), cisgênero (82,49%), branco (75,71%),

heterossexual (86,44%) e com idade entre 38 e 51 anos (46,33%). A faixa etária dos/as participantes foi de 24 a 65 anos, desta forma, para análises posteriores com ênfase etária, estabelecemos três grupos com um intervalo de 13 anos.

TABELA 2 - DADOS DEMOGRÁFICOS

Variável	N amostral	%
Gênero		
Feminino	96	54,24
Cisgênero	83	86,46
Transgênero	0	0
Não conhece os termos	10	10,42
Outra	3*	3,13
Masculino	80	45,20
Cisgênero	63	78,75
Transgênero	0	0
Não conhece os termos	15	18,75
Outra	2*	2,5
Travesti	1	0,56
Orientação Sexual		
Heterossexual	153	86,44
Homossexual	17	9,60
Bissexual	4	2,26
Pansexual	2	1,13
Assexual	0	0
Outra	1**	0,56
Cor/Etnia		
Amarela	3	1,69
Branca	134	75,71
Indígena	1	0,56
Negra	5	2,82
Parda	34	19,21
Idade		
24–37 anos	63	35,59
38–51 anos	82	46,33
52–65 anos	32	18,08
Total	177	100

FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

NOTAS: *participantes que responderam “não”, “não sou”, “não me considero” ou ainda “heterossexual”; **participante que se autodeclarou como demisssexual.

No que diz respeito à formação universitária dos/as docentes de Anatomia e/ou Fisiologia (Tabela 3), os cinco cursos que mais apareceram foram Biologia (22,60%), Fisioterapia (15,25%), Educação Física (10,17%), Biomedicina (9,60%) e Farmácia (9,60%). Dos/as 177 participantes da pesquisa, apenas 6 (3,39%) possuem formação inicial em dois cursos. Já os cinco principais cursos em que os/as participantes lecionam (Tabela 4) foram Biologia (33,33%), Enfermagem (32,77%), Medicina (32,77%), Farmácia (29,38%) e Fisioterapia (27,68%).

TABELA 3 - FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA DOS/AS PARTICIPANTES

Curso	N amostral	%
Biologia	40	22,60
Fisioterapia	27	15,25
Educação Física	18	10,17
Biomedicina	17	9,60
Farmácia	17	9,60
Medicina Veterinária	13	7,34
Outro*	10	5,65
Odontologia	8	4,52
Enfermagem	7	3,95
Medicina	6	3,39
Nutrição	4	2,26
Farmácia e Bioquímica	3	1,69
Biotechnology	1	0,56
Esporte	1	0,56
Engenharia Elétrica	1	0,56
Zootecnia	1	0,56
Biologia e Física	1	0,56
Biologia e Odontologia	1	0,56
Biologia e Medicina Veterinária	1	0,56
Total	177	100

FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

NOTA: *participantes que não especificaram o curso de formação universitária, apenas o seu título acadêmico ou nível de ensino.

TABELA 4 - CURSOS EM QUE OS/AS PARTICIPANTES LECIONAM

Curso	N amostral	%
Ciências Biológicas	59	33,33
Enfermagem	58	32,77
Medicina	58	32,77
Farmácia	52	29,38
Fisioterapia	49	27,68
Educação Física	45	25,42
Nutrição	44	24,86
Odontologia	40	22,60
Biomedicina	36	20,34
Medicina Veterinária	12	6,78
Psicologia	7	3,95
Fonoaudiologia	6	3,39
Terapia Ocupacional	5	2,82
Zootecnia	5	2,82
Agronomia	4	2,26
Estética	3	1,69
Biotechnology	2	1,13
Ciências Ambientais	1	0,56
Ciências da Natureza	1	0,56
Saúde Coletiva	1	0,56

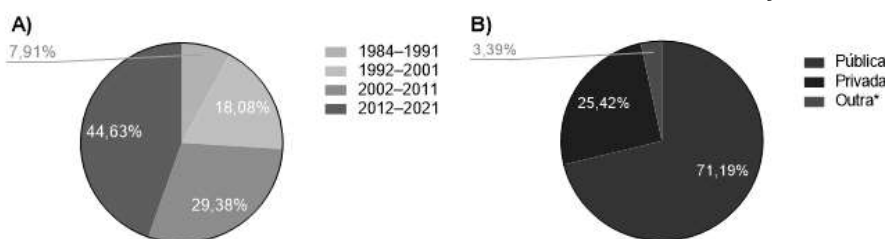
FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

NOTA: Essa questão foi elaborada como múltipla escolha, portanto, os/as participantes puderam assinalar um ou mais cursos.

Em relação ao ano de ingresso na docência (Figura 5A), separamos as respostas em períodos de 10 anos, partindo do mais recente para o mais antigo, de

2021 até 1984. Grande parte dos/as entrevistados/as, cerca de 44,63%, começaram a dar aula no período entre 2012 e 2021. Quanto ao tipo de IES em que lecionam (Figura 5B), 71,19% dos/as participantes declararam que a sua instituição é pública. A administração pública possui como princípio democrático garantir a transparência e o acesso à informação (Lei nº 12.527 de 2011), por essa razão, durante a etapa de levantamento de contatos, notamos maior facilidade em encontrar as informações do corpo docente nos sites de instituições públicas do que nos sites de instituições privadas.

FIGURA 5 - ANO DE INGRESSO NA DOCÊNCIA E TIPO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO



FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

LEGENDA: A - Gráfico sobre o ano de ingresso dos/as professores/as na docência. B - Gráfico sobre o tipo de instituição de ensino em que os/as docentes lecionam.

NOTA: A - O gráfico foi dividido em intervalos de 10 anos, partindo do mais recente (2021) até o mais antigo (1984), entretanto, como a contagem não foi exata, o intervalo entre 1984 e 1991 apresenta 8 anos de diferença. B - *compreende as instituições do tipo mista, comunitária e de autarquia.

4.2 PONTUAÇÕES E DECLARAÇÕES DOS/AS PARTICIPANTES

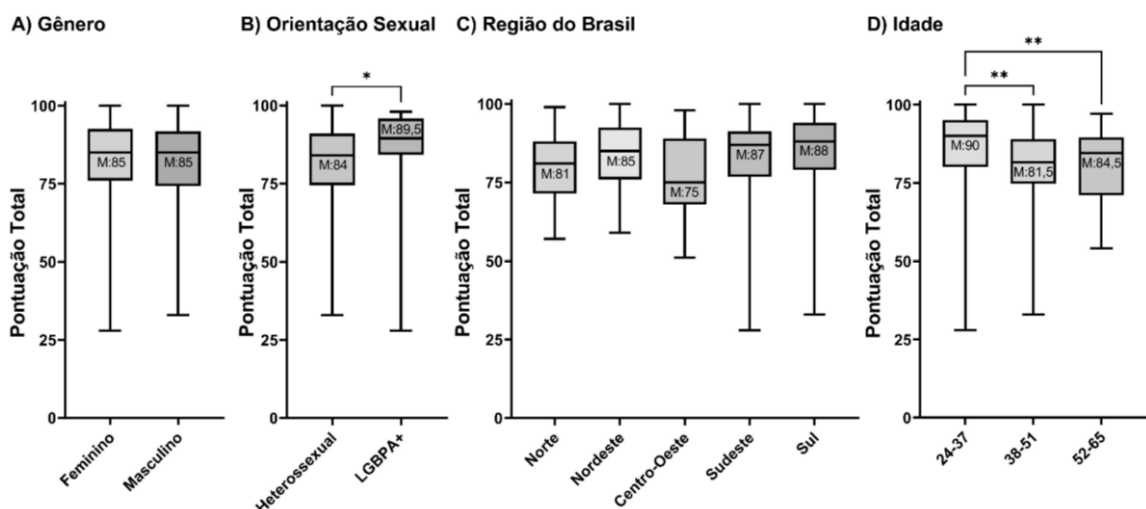
4.2.1 Pontuação Total Sob Diferentes Recortes Analíticos

Dos/as 177 docentes que participaram da pesquisa, 116 (65,54%) pontuaram entre 80 e 100 pontos, se mostrando mais progressistas. Destes/as, apenas 4 professores/as (2,26%) atingiram a pontuação máxima do questionário (100 pontos, e 2 docentes (1,13%) se aproximaram da pontuação mínima (20 pontos), sendo considerados/as pontos discrepantes da resposta geral. Quanto maior a pontuação, mais progressistas os/as docentes foram considerados/as, visto que as respostas refletem um maior interesse, abertura e entendimento sobre os conceitos de gênero e sexualidade, assim como da importância da sua abordagem dentro do ambiente universitário e na sociedade em geral.

Na Figura 6, tomando como base as medianas das pontuações, obtidas com a aplicação dos testes de Mann-Whitney, de Kruskal-Wallis e de comparações

multivariadas, notamos que não houve diferenças significativas nas categorias “gênero” e “região do Brasil”, porém, nas categorias “orientação sexual” e “idade” os valores de p foram menores do que 0,05, sendo considerados significativos. Podemos observar ainda que pessoas do gênero feminino¹⁶ e pessoas do gênero masculino tiveram resultados similares, com o mesmo valor de mediana (M=85). Pessoas LGBPA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pansexuais, Assexuais e outras orientações sexuais)¹⁷ (M=89,5) fizeram mais pontos do que indivíduos heterossexuais (M=84), o que demonstra posicionamento mais progressista. Em relação ao recorte regional, apesar da não significância estatística das diferenças, os/as docentes que residem e lecionam nas regiões Sudeste (M=87) e Sul (M=88) pontuaram mais do que os/as do Norte (M=81), Nordeste (M=85) e Centro-Oeste (M=75).

FIGURA 6 - PONTUAÇÃO GERAL DOS/AS PARTICIPANTES SOB DIFERENTES RECORTES ANALÍTICOS



FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

LEGENDA: Cada boxplot representa a comparação da pontuação geral de uma categoria analítica, sendo elas: gênero, orientação sexual, região do Brasil e idade. M = valor da mediana.

NOTA: B - * valor de $p = 0,0166$. D - **valor de $p < 0,01$.

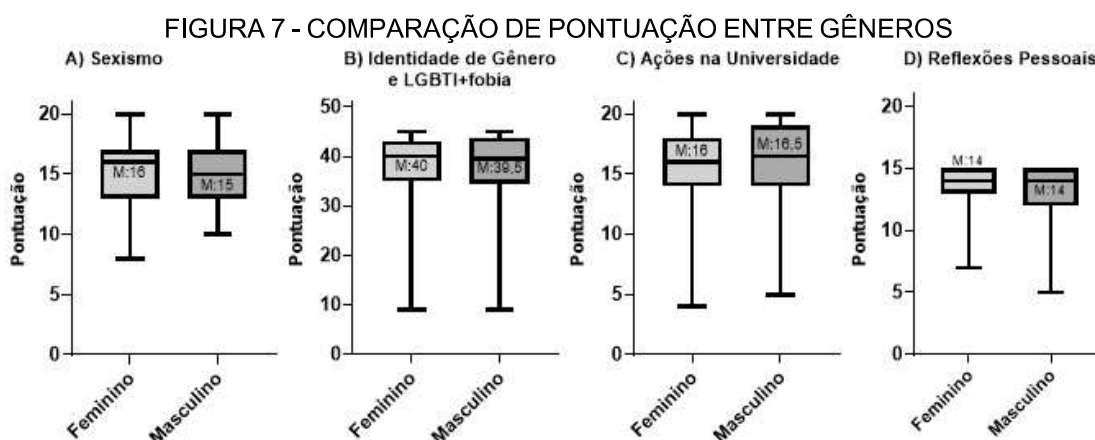
¹⁶ Para as análises estatísticas, optamos por incluir a única pessoa que se identificou enquanto travesti no grupamento “gênero feminino”, pois trata-se de uma identidade de gênero alinhada ao feminino, podendo ser considerada ainda um terceiro gênero ou até mesmo um gênero não binário.

¹⁷ As pessoas LGBPA+ foram analisadas juntas pelo pequeno número de participantes de cada letra. A sigla LGBPA+ possui significado semelhante ao da sigla LGBTI+, com a diferença de que nela consideramos apenas as orientações sexuais dissidentes da norma. Deste modo, as letras T (travestis e transexuais) e I (intersexo) não foram consideradas por serem espectros inseridos, respectivamente, nos conceitos de identidade de gênero e de sexo. Acrescentamos ainda, nesse grupo de pessoas, as orientações pansexual e assexual, respeitando as respostas que surgiram no questionário.

É interessante salientar que, apesar das pessoas do Sul e Sudeste em média pontuarem mais que as outras regiões, também apresentam uma maior dispersão de dados, com indivíduos com pontuações muito baixas. Por fim, dentre as características analisadas, o recorte etário se mostrou bastante relevante pois os/as docentes mais jovens, com idade entre 24 e 37 anos (M=90), obtiveram uma pontuação mais alta do que aqueles/as com idade entre 38–51 (M=81,5) e 52–65 anos (M=84,5).

4.2.2 Temáticas do Questionário Avaliadas por Gênero

A separação do questionário por temáticas nos permitiu discernir em quais delas houveram de fato diferenças significativas. Em “Sexismo” avaliamos as questões relativas ao machismo, sexismo e misoginia, baseadas em crenças cristalizadas sobre os papéis sociais de homens e de mulheres. “Identidade de Gênero e LGBTI+fobia” une as perguntas relativas aos direitos de pessoas LGBTI+, em especial de pessoas trans, e o preconceito contra essa comunidade. A temática “Ações na Universidade” é destinada ao interesse dos/as participantes pelo tema questões de gênero e sexualidade, e na sua abordagem no ambiente universitário. “Gênero e Sexualidade no Ensino” é composto por questões objetivas e semiestruturadas sobre as práticas pedagógicas dos/as docentes, reconhecendo possíveis fragilidades no entendimento sobre o tema. Por fim, “Reflexões Pessoais” trata sobre as percepções dos/as participantes após responderem ao questionário.



FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

LEGENDA: Cada boxplot representa uma temática, comparando a pontuação entre gêneros. As temáticas são: sexismo, identidade de gênero e LGBTI+fobia, ações na universidade e reflexões pessoais. M = valor da mediana.

A pontuação dos/as docentes, de acordo com o gênero (Figura 7), não diferiu mais do que em um ponto para cada uma das quatro temáticas — Sexismo, Identidade de Gênero e LGBTI+fobia, Ações na Universidade e Reflexões Pessoais —, seguindo o mesmo resultado encontrado para a pontuação geral. Apesar de o N amostral das pessoas alinhadas ao feminino ser maior (=97), estas apresentaram grande variação de pontos, representando os maiores e os menores valores em quase todas as temáticas, exceto em “Reflexões Pessoais”.

Quanto ao bloco “Gênero e Sexualidade no Ensino” (Tabela 5), vemos que professores reconhecem mais a abordagem das questões de gênero e sexualidade durante a sua vida escolar e acadêmica universitária do que professoras, correspondendo a quase o dobro de respostas afirmativas. Apesar disso, apenas a questão sobre a abordagem desses temas durante a vida escolar apresentou valor de p menor do que 0,05. Outra informação interessante é que não houve muita diferença entre os gêneros em relação às questões 20, 21 e 25, demonstrando que o gênero do/a docente não é um fator que contribua ou dificulte a abordagem das questões de gênero e sexualidade, e a identificação da LGBTI+fobia em sala de aula. As porcentagens também foram próximas para o reconhecimento de privilégios, sendo 60% para o gênero masculino e 56,70% para o gênero feminino. Em relação à busca pelos temas que contemplam a sexualidade humana, 63,75% dos professores e 73,20% das professoras relataram que se atualizam sobre os temas. É curioso percebermos que os docentes, do gênero masculino, se sentem mais confiantes em relação ao seu conhecimento sobre gênero e sexualidade, durante o preenchimento do questionário ou para lidar com esses temas em sala de aula, mesmo que se atualizem menos sobre o assunto do que as docentes.

TABELA 5 - PORCENTAGEM DE RESPOSTAS “SIM” ENTRE GÊNEROS

Nº	Questão	% Sim	
		Masc.	Fem.
18	Pelo menos um(a) professor(a) discutiu/apresentou questões de gênero e sexualidade na sala de aula durante minha vida acadêmica universitária.	27,50	16,49
19	Pelo menos um(a) professor(a) discutiu/apresentou questões de gênero e sexualidade na sala de aula durante minha vida escolar.	22,50	11,34*
20	Abordo questões de gênero e sexualidade em minhas aulas.	50,00	51,55
21	Oferece alguma disciplina que envolva a temática gênero e sexualidade?	17,50	18,56

22	Você acha que tem privilégios diante da sociedade devido ao seu gênero e a sua orientação sexual?	60,00	56,70
23	Você busca se atualizar sobre os temas que contemplam a sexualidade humana?	63,75	73,20
25	Você já presenciou casos de LGBTI+fobia em sala de aula?	30,00	28,87
28	Você teve dificuldade em responder ao questionário?	32,50	42,27
29	Me sinto plenamente capaz de lidar com questões de gênero e sexualidade em sala de aula.	52,50	43,30

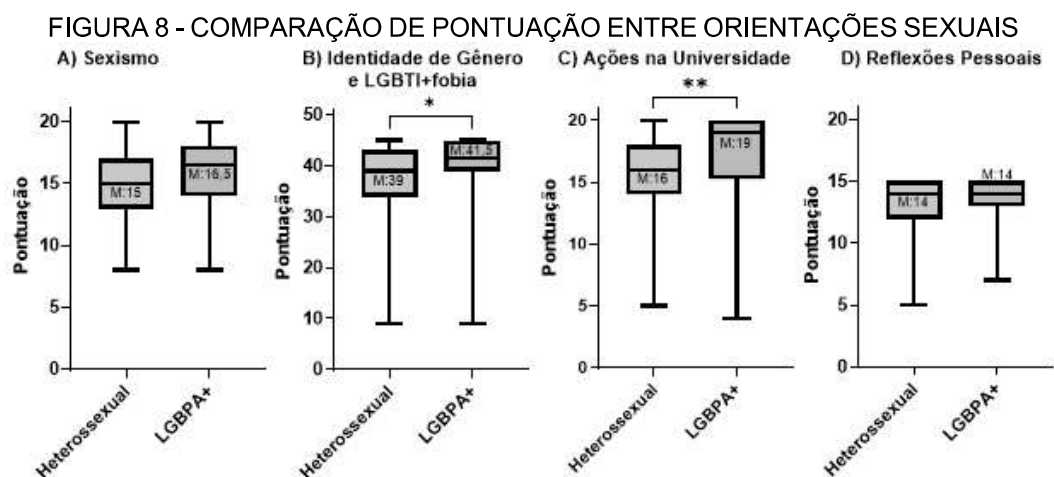
FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

LEGENDA: Masc. - pessoas alinhadas ao gênero masculino; Fem. - pessoas alinhadas ao gênero feminino.

NOTA: *diferença significativa ($p = 0,04$).

4.2.3 Temáticas do Questionário Avaliadas por Orientação Sexual

Em relação à orientação sexual (Figura 8), evidenciamos diferenças significativas nas temáticas “Identidade de Gênero e LGBTI+fobia” e “Ações na Universidade”. A primeira demonstra que professores/as LGBPA+ concordam que pessoas LGBTI+ devem ser respeitadas por quem elas são, além de ter acesso a direitos básicos, como, por exemplo, de constituir uma família ou de utilizar o banheiro público referente ao gênero com o qual se identifica. Por sua vez, as diferenças significativas na temática “Ações na Universidade” revelam que os/as docentes LGBPA+ possuem maior interesse pelo tema, e pela sua abordagem no ambiente universitário, do que heterossexuais. Vale destacar que parte das diferenças observadas nessas categorias podem decorrer da discrepância entre a quantidade de pessoas de cada grupo, sendo mais de 86% heterossexual e aproximadamente 14% LGBPA+.



FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

LEGENDA: Cada boxplot representa uma temática, comparando a pontuação entre orientações sexuais. As temáticas são: sexismo, identidade de gênero e LGBTI+fobia, ações na universidade e

reflexões pessoais. M = valor da mediana.
 NOTA: B - *valor de p igual a 0,0439. C - **valor de p igual a 0,0023.

Ao dissecarmos as respostas do bloco “Ações na Universidade” (Tabela 6) para a categoria de orientação sexual, notamos que as porcentagens de concordância — respostas “Concordo” e “Concordo Totalmente” —, tanto de docentes LGBPA+ quanto de heterossexuais, é de mais de 50% para as quatro perguntas, ou seja, a maioria dos/as docentes de Anatomia e/ou Fisiologia é progressista. Porém, assim como mostram os gráficos (Figura 8), as pontuações de docentes LGBPA+ foram maiores para todas as questões, havendo diferenças significativas nas perguntas sobre interesse pelo tema gênero e sexualidade e na sua abordagem no ambiente universitário. Dos/as professores/as LGBPA+, 79,17% possuem interesse pelo tema, 91,67% relatam que é importante que a universidade ofereça apoio à comunidade LGBTI+, 79,17% reconhecem que a comunidade LGBTI+ sofre preconceito no ambiente universitário, e 91,67% acreditam que gênero e sexualidade devem ser temas abordados pelos/as professores/as durante a formação universitária.

TABELA 6 - PORCENTAGEM DE CONCORDÂNCIA ENTRE ORIENTAÇÕES SEXUAIS SOBRE A TEMÁTICA “AÇÕES NA UNIVERSIDADE”

Nº	Questão	% concordância	
		Hétero	LGBPA+
14	É importante que a universidade ofereça apoio à comunidade interna LGBTI+.	81,70	91,67
15	Tenho interesse pelo tema questões de gênero e sexualidade.	58,17	79,17*
16	Gênero e sexualidade devem ser temas abordados pelos/as professores/as durante a formação universitária.	68,63	91,67**
17	A comunidade LGBTI+ sofre preconceito no ambiente universitário.	67,32	79,17

FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

NOTA: *diferença significativa ($p = 0,05$). **diferença significativa ($p = 0,02$).

As questões 20, 21 e 23 (Tabela 7) mostraram diferenças significativas entre as práticas pedagógicas de docentes LGBPA+ e docentes heterossexuais. Dos/as professores/as LGBPA+, 75% abordam os assuntos de gênero e sexualidade em suas aulas, e 33,33% oferecem uma disciplina que envolva esses temas. Em comparação, 47,06% dos/as docentes heterossexuais dizem abordar essas questões e 15,69% oferecem uma disciplina específica, reforçando os resultados observados com o bloco “Ações na Universidade”. Outras informações

interessantes, que ressaltam o posicionamento mais progressista de professores/as LGBPA+, são que 87,50% desses/as docentes buscam se atualizar sobre os conceitos de sexualidade humana e 41,67% já presenciaram casos de LGBTI+fobia em sala de aula. Somente 25% dos/as docentes LGBPA+ reporta ter apresentado dificuldades para responder o questionário, enquanto mais da metade (54,17%) se sente plenamente capaz para lidar com essas questões em sala de aula.

TABELA 7 - PORCENTAGEM DE RESPOSTAS “SIM” ENTRE ORIENTAÇÕES SEXUAIS

Nº	Questão	% Sim	
		Hétero	LGBPA+
18	Pelo menos um(a) professor(a) discutiu/apresentou questões de gênero e sexualidade na sala de aula durante minha vida acadêmica universitária.	20,26	29,17
19	Pelo menos um(a) professor(a) discutiu/apresentou questões de gênero e sexualidade na sala de aula durante minha vida escolar.	16,99	12,50
20	Abordo questões de gênero e sexualidade em minhas aulas.	47,06	75,00**
21	Oferece alguma disciplina que envolva a temática gênero e sexualidade?	15,69	33,33*
22	Você acha que tem privilégios diante da sociedade devido ao seu gênero e a sua orientação sexual?	59,48	50,00
23	Você busca se atualizar sobre os temas que contemplam a sexualidade humana?	66,01	87,50*
25	Você já presenciou casos de LGBTI+fobia em sala de aula?	27,45	41,67
28	Você teve dificuldade em responder ao questionário?	39,87	25,00
29	Me sinto plenamente capaz de lidar com questões de gênero e sexualidade em sala de aula.	46,41	54,17

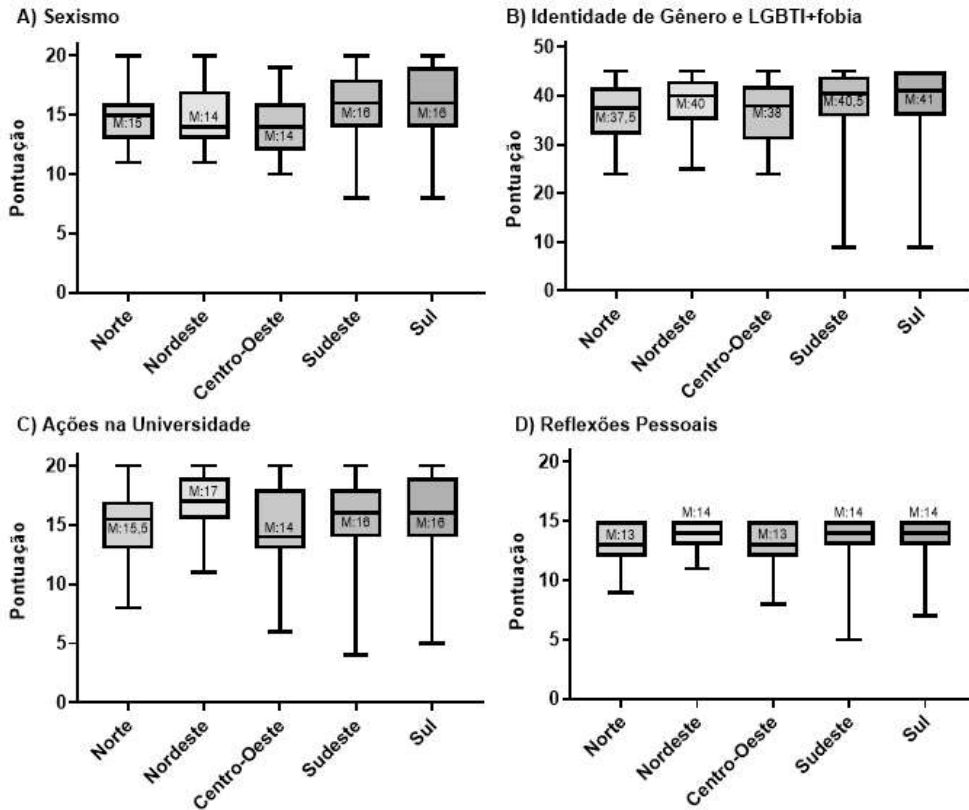
FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

NOTA: *diferença significativa ($p = 0,03$). **diferença significativa ($p = 0,01$).

4.2.4 Temáticas do Questionário Avaliadas por Região do Brasil

Sobre o recorte analítico da regionalidade, verificamos que não houve diferenças significativas quando comparamos as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil (Figura 9), o que pode decorrer da desigualdade no número de participantes de cada região do Brasil, havendo baixa adesão principalmente do Centro-Oeste. Nas temáticas “Sexismo”, “Ações na Universidade” e “Reflexões Pessoais”, os resultados variaram em até dois pontos, já na temática “Identidade de Gênero e LGBTI+fobia” essa variação foi de até quatro pontos. Portanto, os resultados aqui demonstrados foram similares aos observados com a pontuação geral, ou seja, a região em que o/a docente atua não é determinante sobre sua postura perante o tema.

FIGURA 9 - COMPARAÇÃO DE PONTUAÇÃO ENTRE AS REGIÕES DO BRASIL



FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

LEGENDA: Cada boxplot representa uma temática, comparando a pontuação entre regiões do Brasil. As temáticas são: sexismo, identidade de gênero e LGBTI+fobia, ações na universidade e reflexões pessoais. M = valor da mediana.

A comparação entre as respostas objetivas de cada região do Brasil (Tabela 8) nos possibilita observar que o Centro-Oeste obteve as menores porcentagens de afirmações, com exceção das questões sobre a dificuldade de responder o questionário e o sentimento de plena capacidade para lidar com as questões de gênero e sexualidade em sala de aula, nas quais apresentaram os maiores valores. Docentes do Nordeste (62,16%) foram os/as que mais declararam que abordam as temáticas aqui trabalhadas em suas aulas, seguidas do Sul (58,97%), Norte (57,14%), Sudeste (40,74%) e, por fim, Centro-Oeste (31,58%). A percepção sobre as questões 18, 19, 21 e 22 não apresentaram variações significativas, apesar de o Centro-Oeste ter porcentagens bem baixas de respostas “sim”. Na questão 25, é notório que professores/as do Norte foram os/as que mais presenciaram casos de LGBTI+fobia em sala de aula, com 42,86%. Por fim, os/as docentes que mais buscam se atualizar sobre os temas são das regiões Sudeste (77,78%), Sul (74,36%) e Nordeste (72,97%), e os/as que menos se atualizam são do Norte (50%)

e do Centro-Oeste (52,63%), apresentando diferenças significativas quando comparamos as cinco regiões.

TABELA 8 - PORCENTAGEM DE RESPOSTAS “SIM” ENTRE REGIÕES DO BRASIL

Nº	Questão	% Sim				
		N	NE	CO	SE	S
18	Pelo menos um/a professor/a discutiu/apresentou questões de gênero e sexualidade na sala de aula durante minha vida acadêmica universitária.	25,00	27,03	5,26	18,52	25,64
19	Pelo menos um/a professor/a discutiu/apresentou questões de gênero e sexualidade na sala de aula durante minha vida escolar.	25,00	18,92	10,53	11,11	17,95
20	Abordo questões de gênero e sexualidade em minhas aulas.	57,14	62,16	31,58	40,74	58,97
21	Oferece alguma disciplina que envolva a temática gênero e sexualidade?	25,00	21,62	15,79	14,81	15,38
22	Você acha que tem privilégios diante da sociedade devido ao seu gênero e a sua orientação sexual?	57,14	67,57	36,84	59,26	58,97
23	Você busca se atualizar sobre os temas que contemplam a sexualidade humana?	50,00	72,97	52,63	77,78	74,36*
25	Você já presenciou casos de LGBTI+fobia em sala de aula?	42,86	29,73	15,79	27,78	28,21
28	Você teve dificuldade em responder ao questionário?	42,86	35,14	47,37	31,48	41,03
29	Me sinto plenamente capaz de lidar com questões de gênero e sexualidade em sala de aula.	42,86	45,95	52,63	50,00	46,15

FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

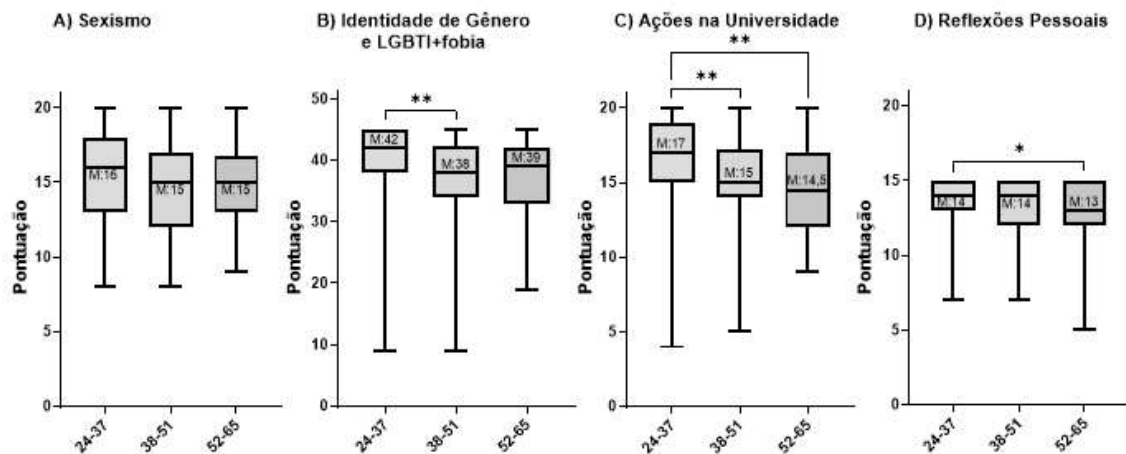
LEGENDA: N - Norte; NE - Nordeste; CO - Centro-Oeste; SE - Sudeste; S - Sul.

NOTA: *diferença significativa ($p = 0,04$) entre os cinco grupos. Não houve diferença significativa na comparação par-a-par.

4.2.5 Temáticas do Questionário Avaliadas por Grupo Etário

A comparação entre os grupos de idades (Figura 10) expôs resultados semelhantes à comparação entre orientações sexuais, havendo diferenças significativas nas temáticas “Identidade de Gênero e LGBTI+fobia”, “Ações na Universidade” e “Reflexões Pessoais”. Docentes mais jovens, entre 24 e 37 anos, se mostraram mais progressistas em relação à diversidade sexual e de gênero do que aqueles/as entre 38–51 anos e 52–65 anos, mas existe uma certa concordância entre as gerações em relação às questões voltadas para o sexismo, machismo e para a misoginia, contidas dentro da temática “Sexismo” do questionário.

FIGURA 10 - COMPARAÇÃO DE PONTUAÇÃO ENTRE OS RECORTES ETÁRIOS



FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

LEGENDA: Cada boxplot representa uma temática, comparando a pontuação entre os grupos de idade. As temáticas são: sexismo, identidade de gênero e LGBTI+fobia, ações na universidade e reflexões pessoais. M = valor da mediana.

NOTA: B - **valor de p igual a 0,0056. C - **valor de $p < 0,01$. D - *valor de p igual a 0,0441.

Quando dissecamos as perguntas do bloco “Ações na Universidade” (Tabela 9), fica notório que quanto mais velho o grupo, menor é a sua porcentagem de concordância, principalmente nas questões sobre o interesse pelo tema e o reconhecimento de que a comunidade LGBTI+ sofre preconceito no ambiente universitário, as quais apresentaram diferenças significativas entre os grupos etários. Desta forma, 79,37% dos/as docentes de 24–37 anos possuem interesse pelo tema, 88,89% consideram importante que a universidade ofereça apoio à comunidade interna LGBTI+, 76,19% reconhecem que a comunidade LGBTI+ sofre preconceito no ambiente universitário, e 80,95% julgam que esses temas devem ser abordados por professores/as durante a formação universitária. Enquanto 41,88% dos/as professores/as de 52–65 anos possuem interesse pelo tema, 71,88% consideram importante a universidade oferecer apoio às pessoas LGBTI+, 50% reconhecem que essa comunidade sofre preconceito nas universidades, e 59,38% são favoráveis à abordagem das questões de gênero e sexualidade por docentes durante a formação universitária.

TABELA 9 - PORCENTAGEM DE CONCORDÂNCIA ENTRE RECORTES ETÁRIOS SOBRE A TEMÁTICA “AÇÕES NA UNIVERSIDADE”

Nº	Questão	% de concordância		
		24–37 anos	38–51 anos	52–65 anos
14	É importante que a universidade ofereça apoio à comunidade interna LGBTI+.	88,89	82,93	71,88

15	Tenho interesse pelo tema questões de gênero e sexualidade.	79,37	52,44	46,88**
16	Gênero e sexualidade devem ser temas abordados pelos/as professores/as durante a formação universitária.	80,95	69,51	59,38
17	A comunidade LGBTI+ sofre preconceito no ambiente universitário.	76,19	70,73	50,00*

FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

NOTA: *diferença significativa entre os três grupos ($p = 0,03$), mas principalmente entre 24–37 anos e 38–51 anos ($p = 0,002$). **diferença significativa entre os três grupos ($p = 0,0008$), mas principalmente entre 24–37 anos e 38–51 anos ($p = 0,003$) e entre 24–37 anos e 52–65 anos ($p = 0,004$).

Na Tabela 10, verificamos que houve diferenças significativas quando questionamos se os/as docentes já foram apresentados/as ao tema durante a vida acadêmica universitária, se abordam as questões de gênero e sexualidade em suas aulas, se oferecem alguma disciplina que envolve essa temática e se sentem plenamente capazes de trabalhar o assunto em sala de aula. A partir disso, observamos que docentes de 24–37 anos são os/as que mais presenciaram discussões sobre gênero e sexualidade durante a sua vida acadêmica universitária (34,92%), assim como na sua vida escolar (23,81%). Podemos inferir que, apesar de baixos os valores, houve um aumento de abordagens de gênero e sexualidade em sala de aula ao longo das últimas gerações. Dos/as docentes mais jovens, 63,49% abordam esses temas em suas aulas, 28,57% oferecem uma disciplina que envolva a temática, 66,67% reconhecem que possuem privilégios diante da sociedade devido à sua identidade de gênero e orientação sexual, e 34,92% já presenciaram casos de LGBTI+fobia em sala de aula. Para concluir, é evidente que somente 25% dos/as professores/as de 52–65 anos manifestaram ter dificuldade em responder o questionário e 65,63% se sentem plenamente capazes de lidar com questões de gênero e sexualidade em sala de aula, se demonstrando mais confiantes do que os/as docentes de 24–37 anos, com porcentagens de respostas “sim” de 38,10% nas duas questões.

TABELA 10 - PORCENTAGEM DE RESPOSTAS “SIM” ENTRE RECORTES ETÁRIOS

Nº	Questão	% Sim		
		24–37 anos	38–51 anos	52–65 anos
18	Pelo menos um/a professor/a discutiu/ apresentou questões de gênero e sexualidade na sala de aula durante minha vida acadêmica universitária.	34,92	14,63	12,50****
19	Pelo menos um/a professor/a discutiu/ apresentou questões de gênero e sexualidade na sala de aula durante minha vida escolar.	23,81	14,63	6,25
20	Abordo questões de gênero e sexualidade em minhas aulas.	63,49	41,46	50,00**
21	Oferece alguma disciplina que envolva a temática gênero e sexualidade?	28,57	12,20	12,50***
22	Você acha que tem privilégios diante da sociedade devido ao seu gênero e a sua orientação sexual?	66,67	54,88	50,00
23	Você busca se atualizar sobre os temas que contemplam a sexualidade humana?	71,43	68,29	65,63
25	Você já presenciou casos de LGBTI+fobia em sala de aula?	34,92	29,27	18,75
28	Você teve dificuldade em responder ao questionário?	38,10	42,68	25,00
29	Me sinto plenamente capaz de lidar com questões de gênero e sexualidade em sala de aula.	38,10	47,56	65,63*

FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

NOTA: *diferença significativa entre os três grupos ($p = 0,04$), mas principalmente entre 24–37 anos e 52–65 anos ($p = 0,03$). **diferença significativa entre os três grupos ($p = 0,03$), mas principalmente entre 24–37 anos e 38–51 anos ($p = 0,02$). ***diferença significativa entre os três grupos ($p = 0,02$), mas principalmente entre 24–37 anos e 38–51 anos ($p = 0,03$). ****diferença significativa entre os três grupos ($p = 0,005$), principalmente entre 24–37 anos e 38–51 anos ($p = 0,009$), e entre 24–37 anos e 52–65 anos ($p = 0,02$).

4.2.6 Declarações Gerais Sobre a Dimensão de Gênero e Sexualidade no Ensino

Realizando um apanhado geral das respostas obtidas na temática “Gênero e Sexualidade no Ensino” (Tabela 11), observamos que aproximadamente 80% dos/as 177 participantes declararam que nunca tiveram um/a professor/a que tenha discutido ou apresentado os temas de gênero e sexualidade em sala de aula, tanto durante a sua vida escolar quanto acadêmica universitária. E apesar de 50,85% dos/as professores/as de Anatomia e/ou Fisiologia afirmarem abordar as questões de gênero e sexualidade em sala de aula, apenas 18,08% oferecem alguma disciplina específica que envolva a temática. Em relação ao preconceito, 29,38% já presenciou casos de LGBTI+fobia em sala de aula e a maior parte dos/as docentes (58,19%) reconhece que possui privilégios diante da sociedade devido ao seu gênero e orientação sexual. 68,93% afirmaram que buscam se atualizar sobre os temas que contemplam a sexualidade humana. Por fim, mais da metade dos/as participantes declararam que não tiveram dificuldade em responder o questionário

(62,15%), mas que não se sentem plenamente capazes de lidar com essas questões em sala de aula (52,54%).

TABELA 11 - PORCENTAGEM GERAL DE RESPOSTAS SIM/NÃO

Nº	Questão	% Sim	% Não
18	Pelo menos um/a professor/a discutiu/apresentou questões de gênero e sexualidade na sala de aula durante minha vida acadêmica universitária.	21,47	78,53
19	Pelo menos um/a professor/a discutiu/apresentou questões de gênero e sexualidade na sala de aula durante minha vida escolar.	16,38	83,62
20	Abordo questões de gênero e sexualidade em minhas aulas.	50,85	49,15
21	Oferece alguma disciplina que envolva a temática gênero e sexualidade?	18,08	81,92
22	Você acha que tem privilégios diante da sociedade devido ao seu gênero e a sua orientação sexual?	58,19	41,81
23	Você busca se atualizar sobre os temas que contemplam a sexualidade humana?	68,93	31,07
25	Você já presenciou casos de LGBTI+fobia em sala de aula?	29,38	70,62
28	Você teve dificuldade em responder ao questionário?	37,85	62,15
29	Me sinto plenamente capaz de lidar com questões de gênero e sexualidade em sala de aula.	47,46	52,54

FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

Tomando como base os/as 121 docentes de Anatomia e/ou Fisiologia que buscam se atualizar sobre os temas que contemplam a sexualidade humana, a Tabela 12 mostra que os cinco principais meios utilizados para isso foram revistas (50,41%), redes sociais (48,76%), jornais (47,93%), plataforma *YouTube* (33,88%) e *podcasts* (26,45%). Já os cinco principais conteúdos de sexualidade humana abordados por esses/as docentes em sala de aula (Tabela 13), partindo do número total de participantes, foram Fisiologia (68,36%) e Anatomia (66,10%) do Sistema Reprodutor, Métodos Contraceptivos (48,02%), ISTs (33,33%) e Aborto (20,90%). Somente 9,60% dos/as docentes declararam que não abordam nenhum dos conteúdos elencados pela questão, ou outros relacionados, em sala de aula.

TABELA 12 - MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS PELOS/AS DOCENTES PARA SE ATUALIZAREM SOBRE OS TEMAS GÊNERO E SEXUALIDADE

Meio de Comunicação	N amostral	%
Revistas	61	50,41
Redes Sociais	59	48,76
Jornais	58	47,93
<i>YouTube</i>	41	33,88
<i>Podcasts</i>	32	26,45
Blogs	19	15,70
Publicações Científicas*	18	14,88

Livros*	10	8,26
Amizades*	5	4,13
Familiares*	4	3,31
Filmes*	1	0,83
Eventos Universitários*	1	0,83
Palestras*	1	0,83
Whatsapp*	1	0,83

FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

NOTA: A questão foi elaborada como múltipla escolha. *respostas obtidas por meio da opção “outro”.

TABELA 13 - CONTEÚDOS ABORDADOS PELOS/AS DOCENTES EM SUAS AULAS

Conteúdos	N amostral	%
Fisiologia do Sistema Reprodutor	121	68,36
Anatomia do Sistema Reprodutor	117	66,10
Métodos Contraceptivos	85	48,02
ISTs	59	33,33
Aborto	37	20,90
Questões Sociais da Sexualidade	25	14,12
Identidade de Gênero	23	12,99
Orientação Sexual	23	12,99
Relações Afetivas	20	11,30
Machismo	19	10,73
Homofobia	17	9,60
Nenhum	17	9,60
Abuso Sexual	11	6,21
Gestação/Parto*	2	1,23
Neurociência*	2	1,23
Endocrinologia Básica Humana*	1	0,56
Produções Hormonais*	1	0,56
Diferenciação Sexual*	1	0,56
Disfunções Genéticas e Fisiológicas*	1	0,56
Transgênero no Esporte*	1	0,56
Comportamento Reprodutivo*	1	0,56
Auto-conhecimento e Respeito*	1	0,56
Perspectiva Evolutiva da Reprodução*	1	0,56
Sexo por Dinheiro*	1	0,56

FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

NOTA: A questão foi elaborada como múltipla. *respostas obtidas por meio da opção “outro”.

A linguagem neutra tem se difundido no meio social e acadêmico a partir das discussões propostas por teóricas feministas, como Judith Butler (2020). Considerando a importância da sua utilização para a inclusão de pessoas dissidentes da cisheteronorma, tais como pessoas não binárias, voltamos a última questão da temática “Gênero e Sexualidade no Ensino” para verificar os posicionamentos de docentes de Anatomia e/ou Fisiologia no Brasil sobre esse assunto. Assim, na Tabela 14 observamos que 43,50% dos/as professores/as declararam que utilizam a linguagem neutra, 15,25% não concorda com a sua utilização em qualquer ambiente social, 12,43% não sabem como utilizá-la, 10,74%

utilizam apenas quando as pessoas pedem e 5,65% não concorda com a sua utilização em sala de aula. Por fim, as respostas variaram em relação à forma como se utiliza a linguagem neutra, mas é notório que mais da metade (58,19%) dos/as participantes têm buscado a neutralidade na fala, desde a utilização de termos neutros que já existem na língua portuguesa, como por exemplo “pessoa”, até a adaptação de palavras para o pronome neutro, seja por meio do “@”, ou da incorporação das letras “e”, “i” ou “u”, dependendo da palavra, como por exemplo “elu”, “dile” ou “alune”.

TABELA 14 - UTILIZAÇÃO DA LINGUAGEM NEUTRA PELOS/AS DOCENTES

Declarações	N amostral	%
Utiliza a linguagem neutra	77	43,50
Não concorda com a utilização da linguagem neutra em qualquer ambiente social	27	15,25
Não sabe como utilizar a linguagem neutra	22	12,43
Utiliza a linguagem neutra apenas quando pedem	19	10,74
Não concorda com a utilização da linguagem neutra em sala de aula	10	5,65
Não sabe do que se trata o assunto	7	3,96
Não utiliza a linguagem neutra*	4	2,26
Utiliza apenas em ambientes informais*	2	1,13
Busca utilizar termos neutros da língua portuguesa*	2	1,13
Utiliza termos neutros apenas na escrita*	2	1,13
Não possui uma opinião definida sobre o assunto*	2	1,13
Não concorda com a utilização da linguagem neutra*	1	0,56
Possui receio de utilizar a linguagem neutra de forma errada*	1	0,56
Está incorporando a linguagem neutra aos poucos*	1	0,56

FONTE: Elaborado por Godoy, Asinelli-Luz e Valle (2021).

NOTA: *respostas obtidas por meio da opção “outro”.

5 DISCUSSÃO

5.1 INCONSISTÊNCIAS

5.1.1 *Concepções Gerais*

O ensino sofreu diversas reformas ao longo da história, influenciadas por fatores políticos, econômicos e sociais, deixando, em teoria, de ser uma formação hegemônica e elitizada para contemplar a todos/as (Myriam KRASILCHIK, 2000). Entretanto, na prática observamos que o perfil de docentes permanece sendo branco, cisgênero e heterossexual. Com a aplicação do instrumento de pesquisa (Apêndice 1), evidenciamos um recorte dessa realidade.

No geral, os/as docentes de Anatomia e/ou Fisiologia no Brasil se demonstraram bastante progressistas. Comparando os resultados obtidos com a avaliação das temáticas “Sexismo”, “Identidade de Gênero e LGBTI+fobia”, “Ações na Universidade”, e “Reflexões Pessoais”, notamos que a temática que apresentou maior pontuação, com soma máxima de 15 pontos, foi a de Reflexões Pessoais (Figuras 7D, 8D, 9D e 10D). Isso indica que os/as participantes reconhecem a relevância do tema e a importância de refletir sobre o assunto, apesar de muitos/as não terem interesse pelas questões de gênero e sexualidade. Entretanto, observamos inconsistências nas declarações de alguns/algumas docentes, a depender do gênero, da orientação sexual, da região do Brasil e da idade.

As categorias que se mostraram mais relevantes, com diferenças significativas nas temáticas “Identidade de Gênero e LGBTI+fobia” e “Ações na Universidade”, foram as de idade e de orientação sexual. Por conseguinte, docentes mais jovens e/ou LGBPA+ possuem mais interesse sobre o tema (Tabelas 6 e 9), abordam mais os conceitos de gênero e sexualidade em sala de aula, e possuem uma maior tendência de criar disciplinas específicas para trabalhar esses assuntos (Tabelas 7 e 10) do que docentes de gerações mais velhas e/ou heterossexuais.

De acordo com Michel Foucault (2019), a sexualidade é utilizada em sociedades ocidentais como instrumento para perpetuar as relações de poder. Para tanto, o sexo é reduzido para a sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta, representando um modelo estratégico de dominação entre homens e mulheres, entre velhos/as e jovens, entre brancos e pessoas racializadas, entre

educadores/as e alunos/as, etc (FOUCAULT, 2019). O mesmo mecanismo é evidenciado por Bourdieu (2019), que destaca que a visão androcêntrica e falocêntrica, imposta como neutra, legítima e naturaliza a força da ordem masculina.

É curioso percebermos que os docentes do gênero masculino reconhecem mais a abordagem das questões de gênero e sexualidade durante a sua vida escolar e acadêmica universitária do que as professoras (Tabela 5). Outrossim, os professores também declararam maior confiança em relação ao seu conhecimento sobre as questões de gênero e sexualidade, tanto durante o preenchimento do questionário quanto para lidar com esses temas em sala de aula. As normativas de gênero e sexualidade, criadas como ferramentas de manutenção das relações de poder (FOUCAULT, 2019), conferem a esses indivíduos maior autoconfiança e certeza, mesmo que não busquem se atualizar sobre as questões de gênero e sexualidade. Dessa forma, a sexualidade é, muitas vezes, trabalhada nas instituições de ensino apenas do ponto de vista falocêntrico, negando às identidades femininas o conhecimento sobre seus próprios corpos, desejos e prazeres. Talvez seja por essa razão que muitas docentes não reconheceram a abordagem das questões de gênero e sexualidade no sistema educacional regular.

5.1.2 Desejabilidade Social

As declarações de docentes heterossexuais no bloco “Ações na Universidade” (Tabela 6) demonstraram contradições expressivas em comparação com as de docentes de outras orientações sexuais. Dos/as professores/as heterossexuais, 81,70% consideraram importante que a universidade ofereça apoio à comunidade LGBTI+, entretanto, essa porcentagem cai para 68,63% quando questionados/as se os temas de gênero e sexualidade devem ser abordados pelos/as professores/as durante a formação universitária. O mesmo ocorre para a questão sobre interesse pelo tema (58,17%) e para o reconhecimento da presença da LGBTI+fobia no ambiente universitário (67,32%).

Professores/as com faixa etária entre 38–51 anos e 52–65 anos também apresentaram contradições expressivas no bloco “Ações na Universidade” (Tabela 9) em comparação com os/as professores/as mais jovens, com idade entre 24 e 37 anos. Dos/as professores/as dos grupamentos 38–51 anos e 52–65 anos, 82,93% e 71,88%, respectivamente, reconheceram a importância de que a universidade

ofereça apoio à comunidade interna LGBTI+, contudo essa porcentagem cai, respectivamente, para 69,51% e 59,38% quando questionados/as se os temas de gênero e sexualidade devem ser abordados pelos/as professores/as durante a formação universitária.

A partir destes recortes analíticos, conseguimos inferir que ocorreu o fenômeno denominado de desejabilidade social nas respostas dos/as docentes heterossexuais ou com idade entre 38–51 anos e 52–65 anos. A desejabilidade social representa um tipo de enviesamento de respostas. Esse termo passou a ser utilizado para representar a tendência de participantes de pesquisa distorcerem seus relatos para uma direção socialmente aceitável, correta ou desejável, dissimulando a resposta real e passando uma imagem mais positiva (Valdiney GOUVEIA *et al.*, 2009). Neste sentido, alguns participantes de pesquisa tendem a responder os itens de uma pesquisa de modo a satisfazer os valores apropriados para o contexto em que se insere, negando em si próprios/as a presença de atitudes ou comportamentos indesejáveis (Pedro ALMIRO, 2017). O padrão de desejabilidade social pode ter motivações conscientes ou não conscientes, manifestando-se quando o/a participante (ALMIRO, 2017):

[...] dissimula deliberadamente, com a intenção de induzir o examinador em erro; o sujeito responde de acordo com o seu autoconceito ideal e não em função da sua autoavaliação; o sujeito é honesto a responder, mas realiza uma autoavaliação desadequada ou imprecisa; ou o sujeito é genuinamente conformista em relação às regras sociais. (ALMIRO, 2017, p. 253).

5.1.3 Efeito Dunning-Kruger

Outra condição pode ser observada na porcentagem de concordância dos/as docentes da região Centro-Oeste (Tabela 8). Apesar de não haver diferenças significativas entre as cinco regiões brasileiras, o Centro-Oeste se mostrou a região com professores/as que apresentaram a maior porcentagem de declarações ressaltando que tiveram dificuldade em responder ao questionário (47,37%) e a menor porcentagem dizendo que abordam questões de gênero e sexualidade em suas aulas (31,58%), ao passo que foram os que mais relataram plena confiança para abordar os temas de sexualidade e gênero em sala de aula (52,63%).

O mesmo pode ser observado no recorte etário, porém evidenciamos diferenças significativas entre os grupos em duas dessas questões (Tabela 10).

Professores/as entre 52–65 anos foram os/as que menos abordam as questões de gênero e sexualidade em suas aulas (50%) e os que mais se declararam capazes de lidar plenamente com essas questões em sala de aula (65,63%). Esses/as docentes foram, ainda, os/as que menos declararam dificuldades durante o preenchimento do questionário (25%). Ou seja, quanto menor o interesse e preparo de uma pessoa, mais confiante ela se sente para abordar o tema, seguindo, assim como os/as docentes do Centro-Oeste, o que é postulado pelo efeito Dunning-Kruger, ou efeito de superioridade ilusória.

David Dunning e Justin Kruger (1999 *apud* Marcelo MELO, 2020) conduziram um estudo em psicologia social, analisando comportamentos contraditórios das pessoas, ou tidos como sem sentido. Esses pesquisadores descobriram que as pessoas apresentam dificuldades em avaliar a extensão de seus conhecimentos, seja por ignorância sobre o assunto, por um mecanismo inconsciente ou por falta de habilidades para realizar uma autoanálise (Alessandro COSTA, 2019; MELO, 2020). Com isso, acabam superestimando o que sabem e não reconhecendo seus erros.

O efeito Dunning-Kruger demonstra que pessoas com muito pouco conhecimento, e nenhuma propriedade em determinado assunto, se pronunciam mais confiantes em relação ao que sabem. Basicamente, a pessoa estima que sabe muito mais do que realmente domina, o que também contribui para a sua dificuldade de percepção do seu nível de habilidades/conhecimento. Isto acaba reverberando em sua autoavaliação, expondo certeza em suas respostas e atitudes de autoafirmação, como é o caso dos/as participantes da região Centro-Oeste, ou com idade entre 52 e 65 anos. (MELO, 2020).

5.2 NORMATIVAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE

5.2.1 Superioridade Arbitrária

A representação da vagina como falo invertido, defendido pelo “modelo do sexo único” de Aristóteles e Galeno (*apud* LAQUEUR, 2001), toma como medida comparativa o princípio masculino, estabelecendo uma oposição entre o que seria considerado direito e o avesso, o positivo e o negativo (BOURDIEU, 2019). Além disso, esse modelo criou uma lógica cíclica entre os conceitos de sexo e gênero,

concebida pelo meio social e cultural. A busca por diferenças biológicas entre os sexos contribuiu para a migração de uma definição exclusivamente ambiental para uma exclusivamente biológica, sustentando os paradigmas e papéis sociais impostos a homens e mulheres. Na atualidade, teóricos/as pós-estruturalistas compreendem a sexualidade humana como composta por uma combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais. Todavia, fora da área de sexo, sexualidade, gênero e outras intersecções, ainda ocorre a polarização entre esses fatores, principalmente entre os conceitos de sexo e gênero, como mostrado por Castro (2016b), Costa e Ribeiro (2011), e Vasconcelos e Ferreira (2020).

Percebemos que as áreas de Anatomia e Fisiologia foram importantes ferramentas para o estabelecimento das normativas de gênero e sexualidade, sob influência de uma hegemonia, que destinou a esses conhecimentos sentidos que reforçassem as hierarquias e a sua posição de poder. A descrição e categorização dos processos biológicos é tratada como neutra e imparcial dos marcadores sociais, entretanto, considerando que esses conhecimentos foram produzidos e idealizados por pessoas, com crenças e experiências subjetivas, e dentro de um contexto histórico, defendemos que a ciência avança e se modifica em conjunto com a sociedade. Portanto, a definição de dois sexos já não é suficiente para abarcar toda a população, ela acaba limitando a pluralidade de corpos, identidades e comportamentos a duas possibilidades opostas, masculino ou feminino (FAUSTO-STERLING, 2006).

Na medida em que pessoas intersexo reconhecem a sua composição biológica como fora do binômio masculino/feminino, elas passam a desafiar crenças conservadoras sobre a existência de apenas dois sexos, utilizada para sustentar as normas de gênero e sexualidade (FAUSTO-STERLING, 2009). As discussões sobre a adoção da linguagem neutra não servem apenas para pessoas não binárias, que desafiam a lógica binária de homem/mulher e masculino/feminino, elas também contemplam pessoas intersexo. Bebês intersexo muitas vezes são direcionados a tratamentos hormonais ou procedimentos cirúrgicos logo após o seu nascimento. Essa atitude é considerada humanitária por muitos/as profissionais da saúde, mas ao mesmo tempo pode ser entendida como forma de medicalização e higienização do sexo (FAUSTO-STERLING, 2009). Tudo aquilo que se distancia de uma lógica reprodutora acaba sendo mutilada, invisibilizada e marginalizada por uma superioridade arbitrária.

Ao compararmos os estudos de Cuvier aos de Kinsey e de Money, assim como aos trabalhos de outros/as pesquisadores/as trazidos/as durante o capítulo “Referencial Teórico”, fica evidente que os avanços na ciência sofreram influência do tempo histórico e da cultura, mas também das mudanças nas necessidades da população. O médico Georges Cuvier contribuiu com a concepção de um corpo branco, endossexo masculino, cisgênero e heterossexual como superior aos outros, estabelecendo hierarquias de gênero, raça e classe (GUSMÃO, 2014).

As ideias de teóricos como Cuvier, distintamente ausentes de neutralidade, contribuíram para a cristalização de discursos preconceituosos sob a chancela de estudos científicos. A superioridade arbitrária proposta por Cuvier evidencia um dos mecanismos das relações de poder de perpetuar as desigualdades, tomando como norma apenas uma possibilidade sexual e reduzindo todas as outras a comportamentos desviantes ou patologias. Tal pensamento conservador também pôde ser observado na fala de alguns/algumas participantes, na sessão “comentários” do questionário. O exemplo a seguir destaca um discurso preconceituoso pautado nas normativas de gênero e sexualidade, defendendo uma hegemonia heterossexual e branca:

O problema de falar sobre esse assunto nas salas de aula é que não se pode ter uma opinião sobre o assunto que seja contrária ou divergente dos LGBT.... que gera o rótulo de homofóbico, o que não é verdade. Os conceitos deveriam ser repensados, e não tentar fazer essa minoria se sobrepor a maioria, assim talvez possa ser minimizado o conflito e aceitação de algumas minorias pela sociedade. Os seres humanos na sua maioria são homens e mulheres e assim perpetuam a espécie, desvios comportamentais irão aparecer, mas essa minoria não pode ditar o direcionamento da espécie humana. Todos tem direitos sociais, de viver a sua vida sem sofrer discriminação por sua opção sexual, diga-se de passagem que só é de fato definida quando se tem o entendimento sexual adulto. pois o maior mal da nossa sociedade atual é a diferença econômica entre as pessoas o que gera toda essa instabilidade social que vivemos hoje. O branco, pobre e hétero, sofre do mesmo jeito que qualquer outro ser humano excluído na sociedade. Que possamos ser uma sociedade mais igualitária nos direitos e deveres de todos. (DOCENTE152, 2021).

Por outro lado, pesquisadores como Alfred Kinsey e John Money evidenciaram a complexidade da sexualidade humana, trabalhando com a diversidade e as diferenças. Kinsey descreveu que a orientação sexual possui sete níveis de classificação, desde “exclusivamente heterossexual” até “exclusivamente homossexual”. Já Money desenvolveu a teoria dos diferentes “sexos” — tais quais cromossômico, gonadal, hormonal-fetal, reprodutivo interno, genital, cerebral,

hormonal da puberdade e morfológico da puberdade (FAUSTO-STERLING, 2009) — e ancorou “sexo” à biologia e “gênero” à cultura, preconizando uma separação entre sexo biológico e identidade de gênero (ARÁN, 2006).

Notamos que muitas pesquisas da área da saúde seguem a demanda popular, seja para garantir ou negar direitos, como pôde ser observado ao longo do processo de patologização e despatologização da homossexualidade e da transexualidade. Assim como teóricos/as pós-estruturalistas e feministas, reconhecemos que a produção científica sobre o sexo é importante para a descrição e compreensão dos corpos, mas a produção desse conhecimento carrega marcadores sociais que criam estigmas sobre as diferenças, sendo necessário redefinir e reestruturar as visões de sexo, gênero, classe e raça para alcançar uma equidade política (SCOTT, 1995). Dessa forma, destacamos a importância da biologia para a compreensão e aceitação da diversidade presente na espécie humana, mas esse entendimento deve partir de uma perspectiva transdisciplinar e interseccional, visto que a biologia não é o único fator que contribui para a complexidade da sexualidade humana.

5.2.2 Pedagogias Higienistas

Constatamos com a temática “Gênero e Sexualidade no Ensino” que o sistema reprodutor é o conteúdo mais abordado, tanto em anatomia quanto em fisiologia. Esse cenário também foi revelado pela literatura, no subcapítulo “Conhecimentos em Anatomia e Fisiologia”, todavia, outros conteúdos também apresentaram porcentagens na referida questão (Tabela 13), tais quais métodos contraceptivos, ISTs e aborto. Menos de 15 por cento dos/as docentes de Anatomia e/ou Fisiologia trabalham sobre questões sóciopolíticas da sexualidade humana. No geral, os principais tópicos trabalhados por esses/as professores/as no Brasil tratam a sexualidade a partir de um viés médico e higienista, impossibilitando o diálogo sobre a pluralidade de corpos, sexualidades, desejos e identidades existentes (MORANDO; SOUZA, 2019).

Trabalhar com gêneros, sexualidades e corpos dissidentes da cisheteronorma é uma questão política e de necessidade coletiva, não de opinião. O que ocorre é que o pressuposto da heterossexualidade está tão arraigado em nossa cultura, que a identificação da necessidade de metodologias mais inclusivas torna-se de difícil

visualização para um/a educador/a que se encontre dentro das normas. Assim, considerar todos/as os/as estudantes iguais é invisibilizar as suas individualidades e subjetividades, mesmo que de maneira inconsciente. O estudo do corpo de forma fragmentada, com ênfase apenas nas estruturas, órgãos, sistemas e funções biológicas, contribui para os tensionamentos entre currículo e as práticas pedagógicas da sexualidade, ocorrendo de forma idealizada e reforçando a hierarquização dos corpos, um reflexo das relações de poder (MOLINA; SANTOS, 2018).

Rizza, Ribeiro e Mota (2018), por meio do mapeamento de disciplinas de sexualidade e gênero em IES brasileiras, trazem para a reflexão o fato de que o avanço de políticas públicas brasileiras em prol da comunidade LGBTI+ tem impulsionado o debate sobre a diversidade e o respeito às diferenças nas instituições de ensino. Após o pânico moral que se espalhou pelo país em 2018, no período posterior às eleições, as universidades foram demandadas de forma mais incisiva a se posicionarem no debate sobre as questões de gênero e diversidade sexual (CIRQUEIRA; SANTANA; PEREIRA, 2021). O governo Bolsonaro evidenciou não só a necessidade de debater sobre esses assuntos, mas escancarou o preconceito sofrido por pessoas dissidentes da cisheteronorma e a urgência de políticas educacionais de combate à homofobia, à transfobia, ao racismo e à misoginia.

O estudo de Rizza, Ribeiro e Mota (2018), sugere que a sexualidade já não é mais abordada apenas por um viés determinista e higienista nas disciplinas que tratam sobre sexualidade humana. Todavia, vale ressaltar que 85% dessas disciplinas são optativas, incorporadas no currículo de cursos de graduação por meio do movimento de professores/as interessados/as pelo tema. Assim, podemos inferir que as temáticas de sexualidade e gênero quando presentes nas disciplinas de Anatomia e/ou Fisiologia, em geral, são trabalhadas com bases medicalizantes, frisando as funções reprodutoras dos corpos e ignorando os âmbitos social, político e ambiental.

5.2.3 Teoria e Prática

A relação entre teoria e prática é usualmente compreendida na lógica de continuidade, como se uma fosse a extensão da outra, mas a aplicação do

conhecimento nem sempre ocorre da forma que esperamos. Ela se refaz durante as interações sociais e de acordo com as bagagens culturais de cada sujeito (MOLINA; SANTOS, 2018), decorrentes de diferentes naturalidades, condições econômicas, etnias, religiões, características físicas, orientações sexuais, identidades de gênero, entre outras. Para muitos/as profissionais, principalmente da educação, trabalhar com as temáticas de sexualidade e gênero tem se configurado como um desafio, visto que os currículos dão maior ênfase aos aspectos biológicos desses assuntos (Matheus VITOR; Virgínia ANDRADE; Andréia ZÔMPERO, 2020), não proporcionando experiências reais com as intersecções presentes em nossa sociedade.

Muitos/as educadores/as, frente a um cronograma apertado, acabam se prendendo ao conteúdo base e se ausentando da necessidade de abordar conteúdos como gênero e sexualidade (KRASILCHIK, 2000), transferindo a responsabilidade para outras áreas, tais como filosofia, psicologia, sociologia, entre outras. Em uma pesquisa investigativa, Vitor, Andrade e Zômpero (2020) direcionaram seus olhares para os documentos oficiais de ensino, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de graduação em Ciências Biológicas, instituídas pelo Ministério da Educação em 2002, e as DCNs para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada dos/as professores/as da educação básica e ensino médio, instituídas em 2015. Os/as autores/as constataram que esses documentos orientam que as temáticas de sexualidade humana sejam incluídas nos currículos dos cursos responsáveis pela formação de tais profissionais. Portanto, as questões de gênero e sexualidade não são, e nem devem ser, assuntos exclusivos das humanidades.

De acordo com Rubem Alves (2005), obrigando os/as alunos/as a digerir o conhecimento, e a ler sem pensar, as escolas fizeram com que eles/as passassem a acreditar que a educação é pensar com os pensamentos dos outros. Gastar energia com a elaboração de novas críticas seria desnecessário. Para o autor, o objetivo de fazer as pessoas pensarem se dedica a perpetuar o conhecimento científico, apoiando-se em aspectos como competência e produtividade, e valorizando a quantidade de conhecimentos produzidos. Nesse contexto, os/as estudantes não se habituaram a desenvolver pensamentos próprios e acabam aceitando as informações que lhes são passadas nas instituições de ensino, sem questionar ou

entender os significados de tais conhecimentos na prática (Alexandre BITTENCOURT; Nilson STHAL, 2019).

As considerações propostas por Rubem Alves (2005) também podem ser aplicadas para profissionais da educação, afinal estes/as um dia passaram pelo sistema de ensino. A falta de autoanálise e autoreflexão desses/as profissionais auxilia na perpetuação de mecanismos institucionais que legitimam o preconceito e cristalizam as desigualdades no espaço acadêmico (FERRARI; CASTRO, 2013), tais como o currículo, que prioriza uma visão biológica da sexualidade em relação ao respeito às diferenças. Apesar do grande avanço no ensino, com todas as reformas políticas, econômicas e sociais, o currículo continua a ser precário, sobrecarregando os/as professores/as com a falta de recursos e possibilidades.

Altmann (2013) constatou em seu trabalho que as práticas educativas sobre sexualidade, quando concebidas de uma perspectiva biológica, tendem a se adequar a uma lógica reprodutora e higienista dos corpos, perpetuando a hierarquização, subalternização e marginalização de gêneros e sexualidades dissidentes da cisheteronorma. Reconhecemos que as dificuldades encontradas pelos/as professores/as em sala de aula não se resumem apenas às suas ações e reflexões frente ao currículo. A comunidade escolar e a equipe pedagógica muitas vezes também podem ser consideradas barreiras para a abordagem descentralizada da sexualidade humana, pois as crenças pessoais desses indivíduos equiparam o ensino da diversidade e do respeito a uma forma de doutrinação da população, ou de “incentivar a homossexualidade”. Desta maneira, frente a tantas dificuldades, muitos/as estudantes acabam nunca entrando em contato com essas temáticas no ambiente educacional. (ALTMANN, 2013).

Segundo bell hooks¹⁸, “todos os alunos, não somente os de grupos marginalizados, parecem mais dispostos a participar energeticamente das discussões em sala quando percebem que elas têm uma relação direta com eles [...]” (2013, p. 118). Outrossim, a formação de cidadãos e cidadãs, conscientes de suas responsabilidades político-sociais, necessita que os/as educandos/as reconheçam e coloquem em discussão a existência das diferenças. A naturalização do conhecimento biológico como isento de vínculo com os processos socioculturais

¹⁸ Pseudônimo da professora, escritora, artista, intelectual negra e teórica feminista Gloria Jean Watkins. Ela o usa sempre em caixa baixa para enfatizar o conteúdo que visa trabalhar, não dar destaque à pessoa. Isso representa uma das formas que a autora propõe para romper com as normas acadêmicas (Milena OGAWA; Maria HALLAL, 2020).

pode dificultar uma análise e compreensão contextualizada das experiências humanas (CASTRO; Nilson REIS, 2019) e, conseqüentemente, a elaboração de políticas públicas que garantam o exercício pleno da cidadania a toda a população.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada teve como objetivo geral compreender a concepção de professores/as de Anatomia e/ou Fisiologia de IES das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, sobre os conceitos de sexo, gênero, sexualidade, orientação sexual e preconceitos, e se os abordam em suas aulas. A partir disso, os objetivos específicos incluíram verificar a percepção e atitudes dos/as docentes de Anatomia e/ou Fisiologia em diferentes IES no Brasil, diante dos estereótipos e da discriminação por identidade de gênero e/ou orientação sexual; observar o interesse e conhecimentos de professores/as de Anatomia e/ou Fisiologia, de universidades brasileiras, acerca do tema questões de gênero e sexualidade; e analisar a influência da regionalidade nas concepções de professores/as das áreas de Anatomia e Fisiologia em IES brasileiras.

O instrumento de pesquisa, construído a partir do questionário de Moreira e Budel (2019), e compartilhado com os/as possíveis participantes de pesquisa por um link do *Google Forms* via *e-mail*, permitiu a compreensão da concepção dos/as docentes de Anatomia e/ou Fisiologia de diferentes IES do Brasil sobre os conceitos que envolvem a temática de gênero e sexualidade. Observamos, ainda, se esses/as professores/as abordam o tema em sala de aula, e se possuem interesse e conhecimento sobre cada conceito. Verificamos algumas contradições entre as percepções dos/as docentes e suas atitudes frente aos estereótipos e à discriminação por identidade de gênero e/ou orientação sexual. Por fim, constatamos que a região das IES em que os/as professores/as de Anatomia e/ou Fisiologia lecionam não se mostrou determinante sobre a sua postura perante o tema.

Nesse sentido, destacamos a importância da faixa etária e da orientação sexual do/a docente para a aplicação de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade sexual e de gênero, de modo que professores/as mais jovens e LGBPA+ tendem a se interessar mais pelo tema e abordá-lo em sala de aula. Rizza, Ribeiro e Mota (2018), por meio do mapeamento de disciplinas de sexualidade e gênero em IES brasileiras, notaram que o avanço de políticas públicas brasileiras LGBTI+ impulsionou o debate sobre a diversidade e o respeito às diferenças, tanto nas instituições de ensino quanto na sociedade em geral. Muitos/as docentes permanecem desinteressados/as pelo tema, não enxergando a relevância e a importância de trabalhar questões de gênero e sexualidade em instituições de

ensino. A eleição de Jair Bolsonaro evidenciou a urgência de políticas públicas que garantam à comunidade LGBTI+, e outras populações, direitos básicos de saúde, educação e segurança, escancarando que as estatísticas levantadas pelo GGB e pela ABGLT são muito mais do que apenas números. O Brasil é um dos países que mais mata a comunidade LGBTI+ e discutir sobre esses assuntos em sala de aula não é apenas questão de opinião, mas sim de direito público.

A abordagem de eventos históricos LGBTI+ e de representações positivas de pessoas LGBTI+, assim como a adaptação da fala, incorporando termos mais atualizados no debate sobre sexo e gênero, permitem o reconhecimento da pluralidade de corpos, raças, gêneros e sexualidades. A biologia, assim como outras áreas da ciência, é tratada como neutra e imparcial, porém, esse conhecimento é produzido e idealizado por pessoas, com vivências e credos individuais. Desta forma, os saberes científicos avançam em conjunto da sociedade, sob influência do tempo e da cultura em que os/as pesquisadores/as estão inseridos/as.

Neste trabalho, consideramos a importância do corpo docente para o acolhimento e inclusão de pessoas dissidentes da cisheteronorma em espaços educacionais, entretanto, se faz premente também o desenvolvimento de novos estudos que considerem as dimensões do currículo, da gestão e do espaço universitário. Rizza, Ribeiro e Mota (2018) reconheceram que o currículo ainda representa uma barreira para a abordagem das questões de gênero e sexualidade por uma perspectiva não determinista e não higienista. As práticas pedagógicas em biologia, apesar dos avanços no debate sobre a diversidade sexual nas universidades, auxiliam a perpetuar estereótipos binários e sexistas. Assim, pessoas preconceituosas acabam se utilizando do conhecimento biológico para justificar atos ou comentários de violência sexual e de gênero.

Roseno e Auad (2019) concluíram em sua pesquisa que, quando os temas “gênero” e “sexualidade” são abordados no currículo, isso só ocorre devido aos esforços de alguns/algumas professores/as. A partir disso, destacamos a importância da gestão nesse processo. É necessário compreendermos que a gestão muitas vezes representa uma barreira para a discussão das questões de gênero e sexualidade em sala de aula, motivados/as por suas crenças pessoais. Apesar de os documentos oficiais de ensino direcionarem as discussões sobre os conceitos da sexualidade humana para os/as professores/as, o posicionamento da gestão — composta por coordenadores/as, diretores/as, pedagogos/as, entre outros cargos —

é crucial para que os conteúdos sejam aplicados e perdurem nos cursos de graduação.

Outro fator importante é o espaço educacional, seja ele escolar ou universitário. Nessa dimensão se insere especialmente a segurança para as pessoas dissidentes das normativas, como pessoas LGBTI+, pessoas com deficiência, pessoas pretas, amarelas ou indígenas, etc. Além disso, as representações audiovisuais em propagandas ou posters, a divulgação e promoção de projetos, e a disponibilização de materiais de estudo que tratem sobre sexualidade humana também são importantes para a inserção da diversidade no cotidiano dos/as estudantes e para a naturalização do tema. Entretanto, ao longo da revisão da literatura não encontramos estudos que tratassem dessa dimensão.

Evidenciamos, mais uma vez, que esta pesquisa não buscou esgotar o tema, mas sim compreender a concepção de um recorte da comunidade docente do Brasil — professores/as de Anatomia e/ou Fisiologia. Reconhecemos a importância da anatomia e da fisiologia para a descrição e exploração dos sistemas, órgãos e sentidos, sendo relevante, principalmente, para as questões de saúde e aprendizagem. Contudo, é importante refletirmos quais são os símbolos e sentidos que conferem significado para esses conhecimentos, quais são os marcadores sociais presentes em termos como “homem” e “mulher”, e o que constrói a nossa percepção de mundo.

A sexualidade humana não se limita apenas ao que é masculino ou feminino, mas ela foi utilizada dessa maneira — binária, sexista e excludente — para servir como ferramenta de manutenção das relações de poder, como ressalta Michel Foucault (2019) em sua obra. O Estado, sob o controle da sexualidade, confere e retira direitos de acordo com as normativas estabelecidas por quem detém o poder, ou melhor, que se enquadra na cisheteronormatividade. Portanto, ser homem/mulher e heterossexual não é o destino da espécie humana, mas sim uma das possibilidades de autoidentificação e de formato de relacionamento existente, sendo tão válido quanto, por exemplo, a homossexualidade, a transexualidade e pessoas intersexo, afinal o natural é ser diverso.

Esperamos que a realização dessa pesquisa contribua para que os/as docentes reflitam ativamente sobre o seu papel no ensino e a sua contribuição com o respeito às diferenças. Por fim, consideramos a necessidade da ampliação desta pesquisa para os demais contextos amostrais, permitindo a avaliação conjunta da

influência das dimensões do currículo, da gestão, do espaço e do corpo docente para a abordagem das temáticas de gênero e sexualidade nas IES, e para a implementação de políticas públicas inclusivas, que garantam às pessoas dissidentes da cisheteronorma o exercício pleno de sua cidadania.

REFERÊNCIAS

- AIRES, Margarida de M. **Fisiologia**. Grupo GEN, 5ª edição, 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527734028/>>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- ALMIRO, Pedro A. **Uma nota sobre a deseabilidade social e o enviesamento de respostas**. Avaliação Psicológica, Itatiba, v. 16, n. 3, p. 253-386, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712017000300001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 dez. 2021.
- ALTMANN, Helena. **Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente**. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, n.13, p. 69–82, 2013.
- ALVES, Everton F; TSUNETO, Luiza T. **A orientação homossexual e as investigações acerca da existência de componentes biológicos e genéticos determinantes**. Scire Salutis, Aquidabã, v.3, n.1, p. 63, 2013.
- ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. São Paulo: Loyola, 2005.
- ANDRADE, Francisco L. de. **Determinismo Biológico e Questões de Gênero no Contexto do Ensino de Biologia: representações e práticas de docentes do Ensino Médio**. Salvador: UFBA/UEFS, 2011.
- ANDRADE, Francisco L. de. **Determinismo e Sexismo: Representações de Docentes de Biologia do Ensino Médio sobre Diferenças entre Homens e Mulheres**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.
- ANDRADE, Francisco L. de. **Do/s Sexo/s à Identidade de Gênero: Como a Biologia transita neste/s caminho/s?**. Revista Feminismos, v. 2, n. 3, 2014.
- ARÁN, Márcia. **A Transexualidade e a Gramática Normativa do Sistema Sexo-Gênero**. Revista Ágora, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 49–63, 2006.
- ARÁN, Márcia; ZIDHAFT, Sérgio; MURTA, Daniela. **Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva**. Revista Psicologia & Sociedade, v. 20, n. 1, p. 70–79, 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <<https://www.ibdsex.org.br/wp-content/uploads/2020/06/ibdsex-pesquisa-nacional-sobre-o-ambiente-educacional-no-brasil-2015-as-experiencias-de-adolescentes-e->

juvens-lesbicas-gays-bissexuais-travestis-e-transexuais-em-nossos-ambientes-educacionais.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2021.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. **Dossiê Assassinatos e Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

BERTASSO, Daiane; NASCIMENTO, Fernanda; GUSTAFSON, Jessica. **Jornalismo e gênero: a emergência de uma disciplina e um relato de docência compartilhada**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 2, 2019.

BITTENCOURT, Alexandre H. C.; STHAL, Nilson S. P. **Educação Sexual no Contexto do Ensino de Biologia: uma análise qualitativa sobre as percepções dos estudantes de Ciências Biológicas da UEMG Carangola**. Revista Sapiens, v. 1, n. 1, p. 1–16, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Maria H. Kuhner (Trad.), 16ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466/2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2021.

BRITANNICA, editores da Encyclopedica. **Georges Cuvier**. Encyclopedica Britannica, 19 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Georges-Cuvier>>. Acesso em: 28 out. 2021.

BRZOZOWSKI, Fabiola S.; CAPONI, Sandra. **Determinismo biológico e as neurociências no caso do transtorno de déficit de atenção com hiperatividade**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 941-961, 2012

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Renato Aguiar (Trad.). Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 19ª edição, p. 165–193, 2020.

CÂMARA, Rosana H. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações**. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2021.

CASSIANO, Ophelia. **Guia para “Linguagem Neutra” (PT-BR)**. Medium, 2021. Disponível em: <<https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

CASTRO, Pedro M. R. de. **Os modelos escalares são suficientes? O quase fetiche de escalas e o mundo g0y dos anos 2000: uma proposição de modelo**

masculino cis. Anais XII CONAGES. Campina Grande: Realize Editora, 2016a. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conages/2016/TRABALHO_EV053_MD1_SA7_ID1774_02052016170405.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

CASTRO, Roney P. de. **"... Ele Ficava Apavorado e Tampava Os Olhos": Provocações de um Filme Atravessando Formação Docente, Sexualidades e Religiosidades.** Revista Ártemis, v. XXII, n. 1, p. 43–54, 2016b.

CASTRO, Roney P. de; REIS, Nilson dos. **"Eu comecei a dar uma aula mais biológica mesmo, porque é bem polêmico": currículo de Ciências e Biologia e os atravessamentos de diversidade sexual e de gênero.** Ensino em Re-Vista, v. 26, n. 1, p. 25–29, Uberlândia, 2019.

CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. **Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar.** p. 13–19, Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

CIRQUEIRA, Nilson S.; SANTANA, José V. J. de; PEREIRA, Reginaldo S. **Formação docente e as relações de gênero e sexualidade no curso de Pedagogia.** Revista Práxis Educacional, v. 17, n. 45, p. 1–19, 2021.

COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Rane Souza (Trad.). BOITEMPO, São Paulo, 1ª edição, p. 2, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS.** Brasília: CFP, 2019. Disponível em: <[COSTA, Ana P.; RIBEIRO, Paulo R. M. **Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 336, 2011.](https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/#:~:text=Pela%20nova%20edi%C3%A7%C3%A3o%20da%20CID,como%20%E2%80%9Cincongru%C3%A2ncia%20de%20g%C3%A2nero%E2%80%9D.>>. Acesso em: 09 mar. 2021.</p></div><div data-bbox=)

COSTA, Alessandro M. **A Escalada do Efeito Dunning-Krueger na Desconstrução do Conhecimento Científico.** Revista Artigos.Com, v. 11, p. 1–11, 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules. **El Patriarcado Al Desnudo. Tres feministas materialistas: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu.** Brecha Lésbica, 1ª edição, p. 134, 2005.

DAMASCENO, Janaína. **Corpo de quem? Espetáculo e ciência no século XIX.** Com Ciência - SBPC/Labjor, 2007. Disponível em:

<<https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=29&id=338&tipo=1>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

DAMÁSIO, Bruno F. **Uso da análise fatorial exploratória em psicologia**. *Avaliação Psicológica*, v. 11, n. 2, p. 213–228, 2012.

DRAKE, Richard L.; VOGL, Wayne A.; MITCHELL, Adam W. M. **Gray's Anatomia Básica**. Grupo GEN, 3ª edição, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595151789/>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

DUNN, Olive J. **Multiple Comparisons Using Rank Sums**. *Technometrics*. v. 3, n. 6, p. 241–252, 1964. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00401706.1964.10490181>>. Acesso em: 28 out. 2021.

EKINS, Richard. **Science, Politics and Clinical Intervention: Harry Benjamin, Transsexualism and the Problem of Heteronormativity**. Sage Publications, v. 8, n. 3, p. 306–328, 2005.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Cuerpos Sexuados: la política de género y la construcción de la sexualidad**. Ambrósio G. Leal (Trad.), 1ª edição, Barcelona: Editorial Melusina, 2006.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Os cinco sexos: porque macho e fêmea não são o bastante**. Alice Gabriel (Trad. livre), p. 1–8, 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/38458732/_tradu%C3%A7%C3%A3o_Os_Cinco_Sexos_Revisitado_-_Anne_Fausto-Sterling?email_work_card=minimal-title>. Acesso em: 12 nov. 2021.

FERAY, Jean-Claude; HERZER, Manfred; PEPPEL, Glen W. **Homosexual Studies and Politics in the 19th Century: Karl Maria Kertbeny**. *Journal of Homosexuality*, v. 19, n. 1, p. 23–48, 1990.

FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney P. de. **“Nossa! Eu Nunca Tinha Parado Pra Pensar Nisso!” — Gênero, Sexualidades e Formação Docente**. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 3, n. 7, p. 69–83, 2013.

FERRARO, José L. **Toda a Biologia é queer: subjetivação e diversidade**. *Revista Histórica*, v. 26, n. 1, p. 179, Juiz de Fora, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Irley Franco (Trad.). Editora Francisco Alves, p. 1–9, 1982.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Paz & Terra, 9ª edição, v. 1, p. 112–125, 2019.

FREITAS, Henrique; OLIVEIRA, Mírian; SACCOL, Amarolinda Z.; MOSCAROLA, Jean. **O método de pesquisa Survey**. *Revista de Administração da USP*, v. 35, n. 3, p. 105–112, 2000. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/gianti/files/artigos/2000/2000_092_RAUSP.PDF>. Acesso em: 29 abr. 2021.

GARCIA, Marcos R. V.; MATTOS, Amana R. **“Terapias de Conversão”**: Histórico da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, n. 3, p. 49–61, 2019.

GOUVEIA, Valdiney V.; GUERRA, Valeschka M.; SOUSA, Deliane M. F. de; SANTOS, Walberto S.; COSTA, Josélia de M. **Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne: evidências de sua validade fatorial e consistência interna**. *Avaliação Psicológica*, v. 8, n. 1, p. 87–98, 2009.

GUSMÃO, João L. F. V. **Corpo e Raça durante o século XIX no filme “A Vênus Negra” (2010)**. *Anais do XIX Encontro Regional de História — Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho*. Montes Claros: ANPUH-MG, 2014.

HAIR, Joseph F.; BLACK, William C.; BABIN, Barry J.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L. **Análise multivariada de dados**. Adonai S. Sant’Anna (Trad.), 6ª ed, Porto Alegre: Bookman, 2009.

HALL, John E.; HALL, Michael E. **Guyton & Hall - Tratado de Fisiologia Médica**. Grupo GEN, 14ª edição, 2021. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788595158696/>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

HERDT, Gilbert. **Third Sex, Third Gender**. Zone Books, 2020. Disponível em: <<https://www.perlego.com/book/1732949/third-sex-third-gender-pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Marcelo B. Cipolla (Trad.), 1ª edição, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

IMAGEPNG.ORG. **Mapa do Brasil em Branco**. 27 nov. 2017. Disponível em: <<https://imagepng.org/mapa-do-brasil-em-branco/>>. Acesso em: 14 out. 2021.

KNOBLAUCH, Adriane. **Religião, formação docente e socialização de gênero**. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 899–914, 2017.

KOEPPEL, Bruce M.; STANTON, Bruce A. **Berne & Levy - Fisiologia**. Editora Elsevier, 7ª edição, 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788595151406/>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria C. P. de P.; HOHENDORFF, Jean V., orgs. **Manual de Produção Científica**. Porto Alegre: Penso, 2014.

KRASILCHIK, Myriam. **Reformas e Realidade: o caso do ensino das ciências**. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 1, p. 85–93, 2000.

KRUSKAL, William H.; WALLIS, Wilson A. **Use of Ranks in One-Criterion Variance Analysis**. Journal of the American Statistical Association, n. 47, v. 260, p. 583–621, Chicago, 1952.

LAQUEUR, Thomas W. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Vera Whately (Trad.), Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MACHADO, Paula S. **O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural**. Cadernos Pagu, n. 24, p. 249–281, 2005.

MANN, Henry B.; WHITNEY, Donald R. **On a test of whether one of 2 random variables is stochastically larger than the other**. Annals of Mathematical Statistics, v. 18, n. 1, p. 50–60, 1947.

MARIANO, Andre. **Categorias multiculturais na pesquisa sobre formação docente: reflexões a partir da classe social, raça/etnia e gênero e sexualidade**. Educação Unisinos, v. 16, n. 3, p. 262–271, 2012.

MELO, Marcelo M. **Educação e Aprendizagem Organizacional - Um Estado Evolutivo**. Simpósio Nacional de Estratégias e Multidebates da Educação - Saberes que Educam (Anais do Evento), p. 107–112, 2020.

MOLINA, Ana M. R.; SANTOS, Welson B. **Educação Sexual e Currículo de Ciências/Biologia: desafios à prática docente**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 13, n. 3, p. 1149–1163, Araraquara, 2018.

MOORE, Keith L.; DALLEY, Arthur F.; AGUR, Anne M. R. **Anatomia Orientada para Clínica**. Grupo GEN, 8ª edição, 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527734608/>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MORANDO, André; SOUZA, Nadia G. S. de. **Corpo, Sexualidade e Gênero: verdades imbricadas ao ensino de Ciências e de Biologia**. Revista Diversidade e Educação, v. 7, n. 1, p. 227–243, 2019.

MOREIRA, Fernanda S.; BUDEL, Maria L. T. **Questões de Gênero e Sexualidade Segundo os Estudantes da UFPR: estamos formando profissionais tolerantes e inclusivos?** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) — Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

NARDI, Henrique C.; MACHADO, Paula S.; MACHADO, Frederico V.; ZENEVICH, Letícia. **O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero**. Teoria e Sociedade, n. 21.2, p. 179–200, 2013.

NETTER, Frank H. **Atlas de Anatomia Humana**. Grupo GEN, 7ª edição, 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595150553/>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

NUNES, Eliana; RAMOS, Kátia P. **Homossexualidade Humana: Estudos na Área da Biologia e da Psicologia**. INTELLECTUS — Revista Acadêmica Digital do Grupo POLIS Educacional, n. 5, p. 5–7, 2008.

OGAWA, Milena R. A.; HALLAL, Maria C. L. **Pensando a Educação como Libertadora: uma proposta de oficina diaspórica em um curso popular**. Caderno de Resumos do I Encontro de Pesquisa Arqueológicas Invisibilizadas, p. 67–69, Rio Grande: Arche, 2020. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/64043773/Caderno%20de%20resumos%20EPAI-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1638989380&Signature=TCrYwu2-0bSQ82k3kQ8~e2WNSJDq9vPvjOkt5DcFHIXVq69KJGXkE-kRmqkld3nzyak6~gusxwINu2g0Xi1vAU6j8tAM1o0UX2jGfvxHniG-rjhLxDTiRmpQuWTgRWXW89sCVh2RoyArcTmsDA-agVvq-VBDInawH~58hmSc4FJEC5omstYbhXvZ-Vs09KdDTF552tzWmgXRZpf9OSdd91fZFSjW1cZRWLB9R052bkHfWA~aDNnvKM~67BZrg~Nj19WbBaZqYsPjHz-fa9DlGKr9ZRL98D0gfXL-w1TUh9cYgs90usuzw3NlkyCm7w7vxKzvZse~l6FjirVy0QILcw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=67>. Acesso em: 08 dez. 2021.

OLIVEIRA, Megg R. G. de. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. 1ª edição, Salvador: Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Samuel G. M. de. **Formação inicial docente para a educação sexual: revelando realidades de licenciatura em Ciências Biológicas**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2016.

OLIVEIRA, José M. D. de; MOTT, Luiz. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil - 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia**. 1ª edição. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/04/relatc3b3rio-ggb-mortes-violentas-de-lgbt-2019-1.doc>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

PERRIEN, Jean; CHÉRON, Emmanuel J.; ZINS, Michel. **Recherche en marketing: méthodes et décisions**. Montreal: Gaetan Morin Editeur, 1984.

PIOVEZAN, Gustavo. **Determinismo Biológico e Educação Sexual: análise retórica da concepção da sexualidade em livros didáticos**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

REIS, Toni, org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição, p. 17–34, Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / Gay Latino, 2018.

RIZZA, Juliana L.; RIBEIRO, Paula R. C.; MOTA, Maria R. A. **A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 44, 2018.

ROSENO, Camila dos P.; AUAD, Daniela. **"Formação Docente em Universidades Públicas do Nordeste: gênero como resistência democrática nos currículos"**. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 15, n. 35, p. 273–292, 2019.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Maria del P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5ª edição. São Paulo: McGrawHill, 2013.

SANTOS, Luciano R. dos. **Cultura Universitária e Formação Docente: situando as temáticas de gênero e sexualidade no curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe**. Revista Feminismos, v. 5, n. 1, 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SHAPIRO, Samuel S.; WILK, Martin B. **An Analysis of Variance Test for Normality (Complete Samples)**, Biometrika, v. 52, n. 3/4. p. 591–611, 1965.

SILVA, Matheus E. F. da; BRABO, Tânia S. A. M.; MORAIS, Alessandra de. **Gênero na Formação em Pedagogia: Concepções de Futuras(os) Docentes a Partir de Cinco Conceitos**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 37, 2021.

SORDI, Bárbara A.; MOREIRA, Ana C.. **Do sexo único a diferenciação dos sexos: a influência histórica na elaboração de Freud sobre a sexualidade feminina**. VI Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e XII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental. Belém: UFPA, 2014.

SOUZA, Leandro C. **Gênero e sexualidade na formação de docentes em Biologia**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) — Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SOUZA, Leandro C.; DINIS, Nilson F. **Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia**. Revista Pro-Posições, Campinas, v. 21, n. 3 (63), p. 119–134, 2010.

STULP, Camille B.; MANSUR, Samira S. **O estudo de Claudio Galeno como fonte de conhecimento da anatomia humana**. Khronos, Revista de História da Ciência, n. 7, 2019.

SWAIN, Tânia N. **Heterogênero: “Uma categoria útil de análise”**. Editora UFPR, n. 35, p. 23–36, Curitiba: Educar, 2009.

TORRES, Juliana R.; CARRIL, Lourdes de F. B. **Formação docente crítica em torno das questões de raça, etnia, gênero e sexualidade à luz da concepção de educação libertadora de Paulo Freire**. Educar em Revista, Curitiba, v. 37, 2021.

VASCONCELOS, Camila M. T.; FERREIRA, Lílian A. **A Formação de Futur@s Professor@s de Educação Física: reflexões sobre gênero e sexualidade**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 36, 2020.

VEIGA, Edison. **Há 30 anos, OMS retirava homossexualidade da lista de doenças.** Deutsche Welle, 17 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/h%C3%A1-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doen%C3%A7as/a-53447329#:~:text=Foi%20s%C3%B3%20em%2017%20de,cidadania%20plena%20para%20essa%20minoria.>>. Acesso em: 09 mar. 2021.

VICENTE, Guilherme C. **Direitos sexuais e reprodutivos de homens trans, boycetas e não-binários: uma luta por reconhecimento e redistribuição de saúde pública no Brasil.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2020.

VIEIRA, Marcelo. **“Quero Poder Existir”: Contornos da Violência Simbólica contra Orientações Sexuais não Binárias entre Universitários LGBT da Universidade Federal de Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado em Saúde), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

VITOR, Matheus; MAISTRO, Virgínia I. de A.; ZÔMPERO, Andréia de F. **Educação para a Sexualidade e Formação Inicial Docente: uma investigação nos currículos de licenciatura em Ciências Biológicas.** Investigações em Ensino de Ciências, v. 25, n. 1, p. 282–305, 2020.

YARED, Yalin B.; MELO, Sônia M. M. de. **Opção sexual ou orientação sexual? A compreensão de professores de um curso de Medicina sobre sexualidade.** Revista Portuguesa de Educação, v. 31, n. 2, p. 175–195, 2018.

APÊNDICE 1 - INSTRUMENTO DE PESQUISA

Pesquisa sobre o conhecimento da comunidade universitária acerca das questões de gênero e sexualidade

Nesta pesquisa objetivamos entender a opinião e o conhecimento dos/as professores/as de Fisiologia e/ou Anatomia acerca de questões de gênero e sexualidade. Inicialmente, o foco é conhecer a perspectiva sobre os papéis de gênero e orientação sexual; em seguida, gostaríamos de entender a contribuição dos/as professores/as para o debate e a formação dos/as estudantes como cidadãos/ãos, não só para lidar respeitosamente com a diversidade dentro do campus, mas também em sua futura atuação profissional.

Por fim, vamos explorar o conhecimento dos termos em voga dentro do universo LGBTI+, além de saber se há uma demanda dessa discussão por parte da comunidade. Os formulários são anônimos e as respostas serão usadas em uma monografia de conclusão de curso para obtenção do título de bacharel em Ciências Biológicas, cujo projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFPR (nº do CAAE: 13312019.4.0000.0102; nº do Parecer: 5.098.979).

**O questionário completo levará cerca de 20–30 minutos para ser respondido.
Agradecemos previamente sua participação.**

DADOS PESSOAIS

Com qual gênero você se identifica?

() Feminino () Masculino () Travesti () Não-binário () Outro _____

Você se considera cisgênero ou transgênero?

() Cisgênero () Transgênero () Prefiro não dizer () Não conheço esses termos ()
Outro _____

Orientação Sexual:

() Homossexual () Heterossexual () Bissexual () Assexual () Pansexual ()
Outro _____

Idade: _____

Cor/Raça:

() Pardo () Negro () Indígena () Branco () Amarelo () Outro _____

Formação (curso de graduação)? _____

Naturalidade (cidade/estado): _____

Cidade e estado em que leciona: _____

Leciona para quais cursos? _____

Disciplinas em que leciona: _____

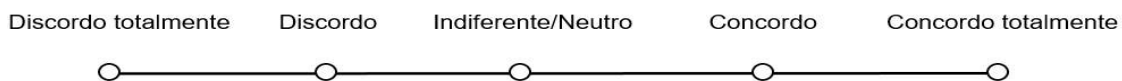
Ano de ingresso na docência: _____

A instituição em que você leciona é pública ou privada? _____

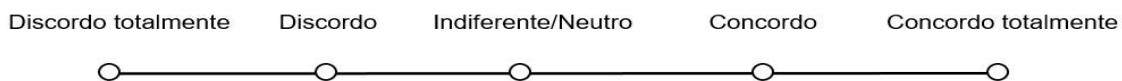
QUESTIONÁRIO

Por favor, expresse sua opinião sobre as frases abaixo marcando entre as alternativas que se seguem as que mais condizem com seu pensamento.

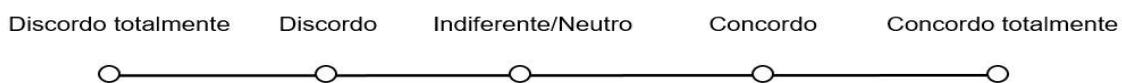
1. **Homens possuem maiores habilidades com cálculo e matemática do que mulheres.**



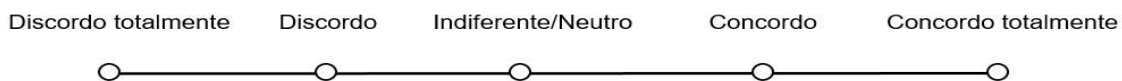
2. **Mulheres devem sempre se depilar, pois é higiênico.**



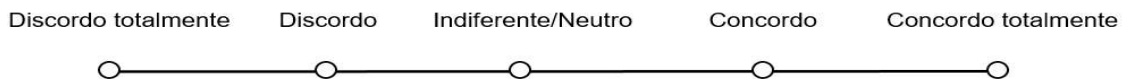
3. **O natural é que homens tomem a iniciativa num relacionamento amoroso.**



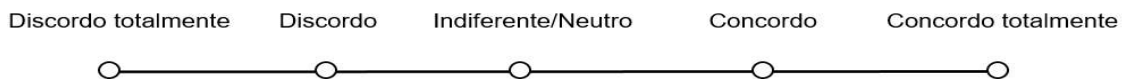
4. **As mulheres são mais detalhistas e cuidadosas.**



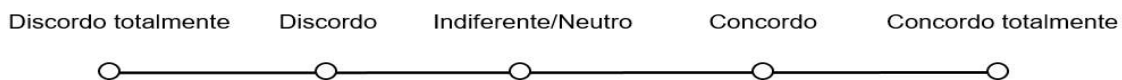
5. **Um núcleo de pessoas que moram juntas e que é composto por dois pais (dois homens) e três crianças é uma família.**



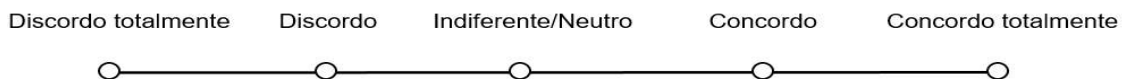
6. **Pessoas podem se sentir atraídas afetivo-sexualmente por homens e também por mulheres.**



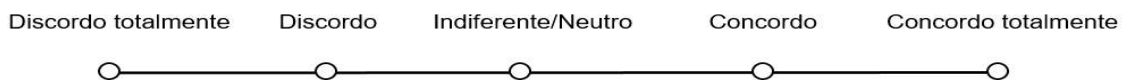
7. **O natural é que homens prefiram se relacionar sexo-afetivamente com mulheres e vice-versa.**



8. **É possível que uma pessoa não se identifique nem como homem nem como mulher.**




9. **Ser LGBTI+ é um tipo de transtorno psiquiátrico.**




10. **As pessoas transgênero devem ter o direito de retificar seu nome nos documentos de identificação.**

Discordo totalmente Discordo Indiferente/Neutro Concordo Concordo totalmente




11. **Algumas pessoas ainda na infância podem não se identificar com o gênero que lhes foi designado ao nascer.**

Discordo totalmente Discordo Indiferente/Neutro Concordo Concordo totalmente




12. **Pessoas transgênero devem frequentar o banheiro público do gênero que se identificam.**

Discordo totalmente Discordo Indiferente/Neutro Concordo Concordo totalmente




13. **Devemos respeitar os pronomes do gênero com o qual a pessoa se identifica e o nome social/retificado das pessoas trans.**

Discordo totalmente Discordo Indiferente/Neutro Concordo Concordo totalmente




14. **É importante que a universidade ofereça apoio à comunidade interna LGBTI+.**

Discordo totalmente Discordo Indiferente/Neutro Concordo Concordo totalmente




15. **Tenho interesse pelo tema questões de gênero e sexualidade.**

Discordo totalmente Discordo Indiferente/Neutro Concordo Concordo totalmente




16. **Gênero e sexualidade devem ser temas abordados pelos/as professores/as durante a formação universitária.**

Discordo totalmente Discordo Indiferente/Neutro Concordo Concordo totalmente



17. **A comunidade LGBTI+ sofre preconceito no ambiente universitário.**

Discordo totalmente Discordo Indiferente/Neutro Concordo Concordo totalmente



18. **Pelo menos um/a professor/a discutiu/apresentou questões de gênero e sexualidade na sala de aula durante minha vida acadêmica universitária.**

() Sim

() Não

19. **Pelo menos um/a professor/a discutiu/apresentou questões de gênero e sexualidade na sala de aula durante minha vida escolar.**

Sim Não

20. **Abordo questões de gênero e sexualidade em minhas aulas.**

Sim Não

21. **Oferece alguma disciplina que envolva a temática gênero e sexualidade?**

Sim Não

22. **Você acha que tem privilégios diante da sociedade devido ao seu gênero e a sua orientação sexual?**

Sim Não

23. **Você busca se atualizar sobre os temas que contemplam a sexualidade humana?**

Sim Não

24. **Em caso afirmativo na questão anterior, por quais meios de comunicação?**

Jornais Revistas Podcasts Blogs Youtube Redes Sociais
 Outros _____

25. **Você já presenciou casos de LGBTI+fobia em sala de aula?**

Sim Não

26. **Dos temas a seguir, quais você aborda em suas aulas?**

Anatomia do sistema reprodutor
 Fisiologia do sistema reprodutor
 Relações afetivas
 Orientação sexual
 Identidade de gênero
 Questões sociais da sexualidade
 Direitos reprodutivos
 Métodos contraceptivos
 ISTs — Infecções Sexualmente Transmissíveis
 Machismo
 Homofobia
 Abuso sexual
 Aborto
 Nenhum
 Outro. _____

27. **Você tenta utilizar linguagem neutra sempre que possível, seja em sala de aula ou em outros ambientes sociais?**

Sim
 Apenas quando me pedem
 Não sei como utilizar a linguagem neutra
 Não concordo com a utilização de linguagem neutra em sala de aula
 Não concordo com a utilização de linguagem neutra em qualquer ambiente social
 Não sei do que se trata
 Outro. _____

28. **Você teve dificuldade em responder ao questionário?**

() Sim

() Não

29. **Me sinto plenamente capaz de lidar com questões de gênero e sexualidade em sala de aula.**

() Sim

() Não

30. **A reflexão sobre os temas acima abordados é importante.**

Discordo totalmente Discordo Indiferente/Neutro Concordo Concordo totalmente



31. **Na vida de qualquer indivíduo, seja vida estudantil, pessoal e profissional, é crucial zelar pelo respeito a todos os tipos de diferenças concernentes ao gênero e sexualidade.**

Discordo totalmente Discordo Indiferente/Neutro Concordo Concordo totalmente



32. **Após defrontar-me com os conceitos e dilemas sobre gênero e sexualidade abordados no questionário, sinto a necessidade de aprender mais sobre o tema.**

Discordo totalmente Discordo Indiferente/Neutro Concordo Concordo totalmente



33. **Sinta-se livre para fazer comentários gerais sobre o questionário, para que assim seja possível torná-lo mais eficaz e abrangente.**

APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Prof. Dra. Máira Mello Rezende Valle e aluno de graduação Gabriel Santinelli Felipe Godoy, da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando você, docente nas áreas Biológica ou Biomédica de disciplinas de Fisiologia e/ou Anatomia, a participar de um estudo intitulado “Gênero e Sexualidades Dissidentes: Ensino de Fisiologia e Anatomia no Brasil”.

a) O objetivo desta pesquisa é investigar qual a concepção de professores/as de Fisiologia e/ou Anatomia de diferentes regiões do território brasileiro sobre os conceitos sexo, gênero, sexualidade e orientação sexual, e se abordam estes temas transversais em suas aulas.

b) Caso você participe da pesquisa, será necessário que você responda um questionário, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (nº do CAAE: 13312019.4.0000.0102; nº do Parecer: 5.098.979). Este questionário contém dez questões de identificação, que não incluem o nome real do/a entrevistado/a, e sim outros dados que não comprometem o anonimato. Além destas questões, há mais quarenta questões específicas, que abordam as temáticas de gênero e sexualidade e como os temas são tratados dentro do ambiente universitário. As questões foram estruturadas em escala intervalares de Likert composta por cinco alternativas variando de “concordo totalmente” até “discordo totalmente”.

c) Para tanto, você deverá responder o questionário que será disponibilizado em seu *e-mail*, através de um link do *Google Forms*, pelo graduando Gabriel Santinelli Felipe Godoy. Responder ao questionário proposto neste projeto levará aproximadamente de 20 a 30 minutos.

d) É possível que você experimente algum desconforto, principalmente relacionado aos assuntos abordados no questionário. Haverá um campo para que você possa expressar seu desconforto ou fazer qualquer comentário. Seu anonimato será mantido por toda a pesquisa.

e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser o constrangimento, desconforto e/ou intolerância frente ao assunto pesquisado. Seu anonimato será mantido por toda a pesquisa.

f) Os benefícios esperados com essa pesquisa servirão como norte para que os alunos e professores, os cursos e universidades tomem consciência de seus conhecimentos sobre gênero e sexualidade, de forma a sensibilizar a comunidade acadêmica a melhorar aspectos pedagógicos e curriculares, para preencher as possíveis lacunas de conhecimento sobre estas temáticas, sempre visando formar profissionais mais humanizados e capacitados, que tragam melhora para a sociedade na qual estão inseridos.

g) A pesquisadora Prof. Dra. Máira Mello Rezende Valle e o aluno de graduação Gabriel Santinelli Felipe Godoy, responsáveis por este estudo, poderão ser contactados por meio de *e-mail*: mairamvalle@gmail.com ou godoygsf@gmail.com e telefone (11) 967146533 ou (41) 998794265, nos horários da manhã das 9:00h às 12:00h e da tarde das 13:00h às 18:00h, para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

h) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento durante o preenchimento do questionário. Entretanto, se a desistência ocorrer após o envio das respostas, os pesquisadores não terão como identificar e excluir os seus dados, devido ao caráter de total anonimato e ao formato online da pesquisa.

i) É de grande importância que você, participante de pesquisa, guarde em seus arquivos uma cópia desse documento eletrônico.

j) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas (Prof. Dra. Máira Mello Rezende Valle e aluno de graduação Gabriel Santinelli Felipe Godoy). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade.

k) O material obtido — os questionários — será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado ao término do estudo, dentro de três anos.

l) Uma vez assinado, o Termo de Consentimento será armazenado no dispositivo eletrônico do aluno de graduação Gabriel Santinelli Felipe Godoy, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual ou ambiente compartilhado. O mesmo será feito com os questionários respondidos, garantindo a segurança no armazenamento dos dados.

m) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

n) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

o) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da

Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone (41) 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

Eu li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e o objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Sim

Não